

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE  
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ISCAL

A COMPARABILIDADE E A  
COMPREENSIBILIDADE DOS  
GASTOS E RENDIMENTOS  
FINANCEIROS REPORTADOS  
PELAS ENTIDADES COTADAS EM  
PORTUGAL

---

Luís Manuel Fernandes Marques

Lisboa, junho de 2017



INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E  
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

A COMPARABILIDADE E A  
COMPREENSIBILIDADE DOS GASTOS E  
RENDIMENTOS FINANCEIROS REPORTADOS  
PELAS ENTIDADES COTADAS EM PORTUGAL

Luís Manuel Fernandes Marques

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade, realizada sob a orientação científica de Fábio Henrique Ferreira de Albuquerque, Equiparado a Adjunto, e coorientação científica de António José Rodrigues de Almeida Cariano, Assistente Convidado, Área Científica: Contabilidade e Auditoria.

Constituição do Júri:

Presidente: Doutora Paula Gomes dos Santos

Arguente: Doutor Carlos Santos Pinho

Vogal (Orientação): Doutor Fábio Henrique Ferreira de Albuquerque

Vogal (Coorientação): Mestre António José Rodrigues de Almeida Cariano

L i s b o a , j u n h o d e 2 0 1 7

## **Declaração**

Declaro ser o autor desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido (no seu todo ou qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio – a utilização de elementos alheios sem referência ao seu autor – constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

## **Dedicatória**

Mãe, a ti por me indicares a luz...

Aos meu filhos, Tomás e João e à minha companheira de uma vida,  
Teresa, o meu obrigado por compreenderem a minha ausência e pelo  
apoio incondicional.

## Epígrafe

*"We believe that this topic will remain pertinent even after the adoption of the IAS/IFRS in Europe in 2005, since the IAS 1 (IASB, 2003) does not impose one specific financial statement format."*

(Ding, Jeanjean e Stolowy, 2005:23)

## **Agradecimentos**

Agradeço aos meus colegas do 6º Mestrado em Contabilidade do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, aos meus colegas de grupo de trabalho, Nuno Rodrigues e Paulo Costa, e à minha colega Ana Feliciano pelas revisões e acompanhamento nesta jornada. A todos estou agradecido pelo companheirismo e também pela aprendizagem.

Aos professores pela dedicação e pela partilha do conhecimento, em particular ao Professor António Cariano pela coorientação, e em especial ao Professor Fábio de Albuquerque pela dedicação inexaurível na orientação do estudo.

“O material que é trabalhado pelos professores não pode ser quantificado.  
Não há números ou casas decimais com suficiente precisão para medi-lo.”

José Luís Peixoto

## Resumo

A inexistência de um modelo padronizado para a apresentação das demonstrações financeiras dificulta a análise das demonstrações financeiras por parte dos *stakeholders*, designadamente na análise dos resultados financeiros, sendo esta uma questão reconhecida pelo próprio International Accounting Standards Board (IASB), em virtude da flexibilidade existente na *International Accounting Standards* (IAS) 1. Partindo desta problemática, o presente estudo analisa os detalhes relativos às componentes de gastos e rendimentos financeiros, bem como os fatores explicativos que respondem pelo maior nível de apresentação e divulgação de tais componentes na demonstração dos resultados e nas notas às contas, respetivamente. Para o efeito, foram analisados os relatórios e contas consolidados das entidades cotadas no Euronext Lisboa nos anos de 2005, 2010 e 2015, totalizando 118 relatórios analisados ao longo desse período. Os dados foram submetidos ao teste estatístico não paramétrico de Mann-Whitney U, tendo-se identificado indícios de que alguns fatores explicativos influenciam o nível de apresentação dos itens de gastos e rendimentos financeiros na demonstração dos resultados, onde se incluem mais fortemente, em particular, o auditor externo, a rendibilidade, o normativo contabilístico e o período de relato da informação financeira. Relativamente à divulgação da referida informação nas notas às contas, no entanto, não foram identificados resultados que permitam suportar relações estatisticamente significativas com os referidos fatores. Esta investigação contribui para a discussão em torno da comparabilidade e compreensibilidade das demonstrações financeiras, devido à não imposição de modelos padronizados, com benefícios, entre outros, para os organismos normalizadores nessa matéria.

**Palavras-chave:** Gastos e rendimentos financeiros, comparabilidade, compreensibilidade.

**JEL Classification System:** M410; M480.

## **Abstract**

The lack of a standardized model for the presentation of financial statements makes it difficult for stakeholders to analyse those financial statements, particularly the analysis of financial results. This is an issue recognized by the International Accounting Standards Board (IASB) itself, which reflects the existing flexibility in International Accounting Standards (IAS) 1. Taking into account this issue, the present thesis analyses the details of components of financial expenses and incomes, as well as the explanatory factors that account for a higher level of presentation and disclosure of such components in income statements and in the notes, respectively. To this purpose, we analysed the reports and consolidated accounts of entities listed in Euronext Lisboa for the years 2005, 2010 and 2015, totaling 118 reports evaluated during this period. The data were submitted to the Mann-Whitney U non-parametric statistical test. We found evidence that some explanatory factors influence the level of presentation of financial expenses and income items in the income statement, including most strongly, in particular, the auditor, profitability, accounting standards and the reporting period of the financial information. Regarding the disclosure of such information in the notes, however, no evidence was found supporting statistically significant relationships with these factors. This research contributes to the discussion about the comparability and understandability of financial statements resulting from the non-imposition of standardized models, which benefits, among others, the standard setters.

**Keywords:** Financial expenditures and income, comparability, comprehensibility

**JEL Classification System:** M410; M480.

## Índice

<b>1. Introdução .....</b>	<b>1</b>
1.1 Questão e relevância do estudo .....	2
1.2 Objeto e objetivos do estudo .....	3
1.3 Estrutura da dissertação .....	5
<b>2. Enquadramento teórico .....</b>	<b>6</b>
2.1 A comparabilidade e a compreensibilidade da informação financeira.....	6
2.2 Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras .....	10
2.3 Revisão da literatura .....	29
<b>3. Hipóteses e metodologia.....</b>	<b>37</b>
3.1 Hipóteses .....	37
3.2 Metodologia.....	46
3.2.1 População, período e fonte de recolha.....	46
3.2.2 Variáveis .....	49
3.2.3 Técnicas estatísticas utilizadas .....	54
<b>4. Análise e discussão dos resultados .....</b>	<b>56</b>
4.1 Análise descritiva dos itens financeiros.....	56
4.2 Fatores explicativos relativos à apresentação e divulgação.....	60
<b>5. Conclusões, limitações e perspetivas futuras.....</b>	<b>75</b>
5.1 Conclusões do Estudo.....	75
5.2 Limitações .....	78
5.3 Perspetivas futuras.....	79
<b>6. Referências bibliográficas.....</b>	<b>80</b>

## Índice de Quadros

<b>Quadro 2.1:</b> Custos e perdas e proveitos e ganhos financeiros. ....	12
<b>Quadro 2.2:</b> Demonstração dos resultados (Custos e perdas). ....	13
<b>Quadro 2.3:</b> Demonstração dos resultados (Proveitos e Ganhos). ....	14
<b>Quadro 2.4:</b> Custos e perdas e proveitos e ganhos financeiros (Contas POC). ....	17
<b>Quadro 2.5:</b> Demonstrações financeiras no âmbito do SNC. ....	22
<b>Quadro 2.6:</b> Demonstrações dos resultados. ....	24
<b>Quadro 2.7:</b> Estudos baseados nas teorias explicativas da divulgação. ....	36
<b>Quadro 3.1:</b> Sumário das hipóteses e estudos relacionados. ....	45
<b>Quadro 3.2:</b> Caracterização da população por setor de atividade. ....	47
<b>Quadro 3.3:</b> Caracterização da população por subsetor de atividade. ....	48
<b>Quadro 3.4:</b> IA para a comparabilidade. ....	50
<b>Quadro 3.5:</b> ID para a compreensibilidade. ....	51
<b>Quadro 3.6:</b> Variáveis independentes e formas de determinação. ....	53
<b>Quadro 3.7:</b> Cálculo de Mann-Whitney U. ....	55
<b>Quadro 5.1:</b> Síntese dos resultados identificados no presente estudo. ....	77

## Índice de Tabelas

<b>Tabela 4.1:</b> Frequência dos índices.....	57
<b>Tabela 4.2:</b> Frequência dos itens IA.....	58
<b>Tabela 4.3:</b> Frequência dos itens ID.....	59
<b>Tabela 4.4:</b> Medidas descritivas para o fator explicativo dimensão.....	61
<b>Tabela 4.5:</b> Teste de Mann-Whitney U (Significância Bilateral) para o fator explicativo dimensão.....	62
<b>Tabela 4.6:</b> Medidas descritivas para o fator explicativo PSI-20.....	62
<b>Tabela 4.7:</b> Teste de Mann-Whitney U (Significância Bilateral) para o fator explicativo PSI-20.....	63
<b>Tabela 4.8:</b> Medidas descritivas para o fator explicativo endividamento.....	63
<b>Tabela 4.9:</b> Teste de Mann-Whitney U (Significância Bilateral) para o fator explicativo endividamento.....	64
<b>Tabela 4.10:</b> Medidas descritivas para o fator explicativo Big4.....	64
<b>Tabela 4.11:</b> Teste de Mann-Whitney U (Significância Bilateral) para o fator explicativo Big4.....	65
<b>Tabela 4.12:</b> Medidas descritivas para o fator explicativo setor de atividade.....	65
<b>Tabela 4.13:</b> Teste de Mann-Whitney U (Significância Bilateral) para o fator explicativo setor de atividade.....	66
<b>Tabela 4.14:</b> Medidas descritivas para o fator explicativo rendibilidade.....	66
<b>Tabela 4.15:</b> Teste de Mann-Whitney U (Significância Bilateral) para o fator explicativo rendibilidade.....	67
<b>Tabela 4.16:</b> Medidas descritivas para o fator explicativo normalização contabilística.....	67
<b>Tabela 4.17:</b> Teste de Mann-Whitney U (Significância Bilateral) para o fator explicativo normativo contabilístico.....	68
<b>Tabela 4.18:</b> Medidas descritivas para o fator explicativo temporalidade.....	69
<b>Tabela 4.19:</b> Teste de Mann-Whitney U (Significância Bilateral) para o fator explicativo temporalidade.....	69
<b>Tabela 4.20:</b> Medidas descritivas para o fator explicativo resultado financeiro.....	70
<b>Tabela 4.21:</b> Teste de Mann-Whitney U (Significância Bilateral) para o fator explicativo resultado financeiro.....	71

<b>Tabela 4.22:</b> Valores médios para os IAT. ....	72
<b>Tabela 4.23:</b> Valores médios para os IDT. ....	73
<b>Tabela 4.24:</b> Teste de Mann-Whitney U (Significância Bilateral): Síntese . ....	74

## Índice de Fórmulas

<b>Fórmula (3.1)</b> Índice de apresentação e divulgação .....	52
--	----

## Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

**APOTEC** - Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade

**AT**- Variável total do ativo

**Big4** - Fator explicativo / variável auditor externo

**CB** - Variável capitalização bolsista

**CC** - Código de contas

**CE** - Comissão Europeia

**CEE** - Comunidade Económica Europeia

**CMVM** - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

**CSR** - *Corporate Social Responsibility Reporting*

**CVM** - Código dos Valores Mobiliários

**CVM** - Comissão dos Valores Mobiliários

**DF** - Demonstração(ões) Financeira(s)

**DIM** - Fator explicativo dimensão

**EBITDA** - *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization*

**EBIT** - *Earnings before interest and tax*

**EC** - Estrutura Conceptual

**END** - Fator explicativo endividamento

**ENDV** - Variável endividamento

**ESNL** - Entidades do setor não lucrativo

**EUA** - Estados Unidos da América

**FASB** - Financial Accounting Standards Board

**GAAP** - *Generally Accepted Accounting Principles*

**GRI** - Global Reporting Initiative

**H** - Hipótese(s)

**IA** - Índice(s) de apresentação

**IAT** - Índice de apresentação total

**IAS** - *International Accounting Standard(s)*

**IASB** - International Accounting Standards Board

**IASC** - International Accounting Standards Committee

**ICB** - *Industry Classification Benchmark*

**ID** - Índice(s) de divulgação

**IDT** - Índice de divulgação total

**IES** - Informação Empresarial Simplificada

**IFRIC** - IFRS Interpretations Committee

**IFRS** - *International Financial Reporting Standard(s)*

**IIRC** - International Integrated Reporting Council

**IOSCO** - International Organization of Securities Commissions

**IR** - *Integrated reporting*

**IRC** - Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas

**NC** - Fator explicativo / variável normalização contabilística

**NCA** - Norma(s) de Contabilidade Ajustada(s)

**NCM** - Normalização Contabilística para as Microentidades

**NCRF** - Norma(s) Contabilística(s) e de Relato Financeiro

**NCRF-PE** - Norma(s) Contabilística(s) e de Relato Financeiro para pequenas empresas

**NIC** - Norma(s) Internacional(is) de Contabilidade

**NTRA** - Normas Técnicas de Revisão/Auditoria

**PAT** - *Positive Accounting Theory*

**PME** - Pequenas e médias empresas

**PWC** - PricewaterhouseCoopers

**POC** - Plano Oficial de Contabilidade

**PSI** - *Portuguese stock index*

**PSI-20** - Fator explicativo / variável *Portuguese stock index* - 20

**RA** - Variável rendibilidade do ativo

**REN** - Fator explicativo rendibilidade

**RF** - Fator explicativo resultado financeiro

**RF\_DR** - Variável apresentação do RF na demonstração dos resultados

**RF\_N** - Variável apresentação do RF nas notas às contas

**ROE** - *Return on Equity*

**RV** - Rendibilidade das vendas

**SET** - Fator explicativo / variável setor de atividade

**SFAC** - *Statement of Financial Accounting Concepts*

**SAD** - Sociedade(s) Anónima(s) Desportiva(s)

**SIC** - Standards Interpretations Committee

**SEC** - *Securities and Exchange Commission*

**SER** - *Social and Environmental Reporting*

**SNC** - Sistema de Normalização Contabilística

**SOLV** - Variável solvabilidade

**SPSS** - *Statistical Package for Social Sciences*

**SR** - *Sustainability Reporting*

**TEMP** - Fator explicativo / variável temporalidade

**UE** - União Europeia

**VN** - Variável volume de negócios

**U.S.** - United States

**XBRL** - *eXtensible Business Reporting Language*

# 1. INTRODUÇÃO

As opções de apresentação dos itens na demonstração dos resultados podem influenciar o cálculo de indicadores de desempenho como o *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization* (EBITDA), informação designada como *non-Generally Accepted Accounting Principles (non-GAAP)*, e que tem alcançado particular evidência nas *press releases* divulgadas pelas entidades. Tais decisões apresentam, nesse sentido, potencial impacto nas decisões tomadas pelos distintos *stakeholders* (Marques, 2010).

No plano nacional, o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) propõe modelos de demonstrações financeiras (DF) para as distintas entidades incluídas no seu âmbito através de itens mínimos a serem considerados para efeitos de apresentação, o mesmo se verificando historicamente no Plano Oficial de Contabilidade (POC). Tais modelos tiveram por base, fundamentalmente, modelos assentes em diretivas europeias.

O mesmo não se verifica, contudo, quando em causa está a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) do International Accounting Standards Board (IASB)<sup>1</sup>. Não obstante a proposição de elementos mínimos a serem considerados nas DF, a *International Accounting Standard (IAS) 1 “Presentation of Financial Statements”* (2008a), emanada daquele organismo, permite que as entidades definam modelos próprios para efeitos de apresentação. Em muitos casos, tal possibilidade conduz, à adoção das propostas sugeridas pelas multinacionais do ramo da auditoria, embora não exclusivamente (Albuquerque, Marcelino e Quirós, 2015). A referida flexibilização poderá conduzir, ainda, a DF apresentadas de modo mais distinto por parte de tais entidades, com particular efeito na demonstração dos resultados (Ding, Jeanjean e Stolowy, 2005; Ding, Stolowy e Tenenhaus, 2001; Stolowy, Lebas e Ding, 2013; Wamugo, 2009).

Tendo por base os elementos anteriormente mencionados, este estudo pretende analisar os distintos modelos de apresentação e de divulgação dos itens de gastos e rendimentos

---

<sup>1</sup> Por Normas Internacionais de Contabilidade deve-se compreender, em sentido mais lato, as *International Accounting Standard(s)* (IAS), as *International Financial Reporting Standard(s)* (IFRS) e respetivas interpretações emanadas do Standards Interpretations Committee (SIC) e IFRS Interpretations Committee (IFRIC), em todos os casos publicadas pelo IASB.

financeiros, conceitos que se encontram associados, respetivamente, à comparabilidade da demonstração dos resultados e à compreensibilidade das notas às contas.

O estudo será conduzido através da análise de conteúdo aos relatórios e contas consolidados das entidades com valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado nacional, adotantes das NIC com carácter obrigatório. Mais concretamente, será analisada a informação reportada na demonstração dos resultados e nas notas às contas das entidades cotadas no Euronext de Lisboa a partir de três períodos distintos: os anos de 2005, 2010 e 2015.

Nos pontos seguintes serão apresentados mais detalhadamente os elementos que estão na base do estudo conduzido na presente dissertação.

## **1.1 Questão e relevância do estudo**

Tendo por base o problema de investigação identificado no ponto anterior, esta dissertação parte das seguintes questões de investigação, as quais serão refletidas nos objetivos do estudo a ser conduzido:

1. Encontram-se detalhadamente apresentados na demonstração dos resultados, sendo mais facilmente comparáveis, os itens de gastos e rendimentos financeiros entre as distintas entidades adotantes das NIC? Existem fatores que respondem pelo maior nível de detalhe na apresentação de tais elementos pelas distintas entidades?
2. Adicionalmente, será possível aos utilizadores identificar adequadamente os conceitos subjacentes aos referidos itens, tendo por base exclusivamente a informação constante nas notas às contas? Existem fatores que respondem pelo maior nível de divulgação de tais elementos pelas distintas entidades?

A primeira questão encontra-se associada, tal como já mencionado, à inexistência de um modelo padronizado para a apresentação dos diversos itens integrantes da demonstração dos resultados à luz da IAS 1, o que pode conduzir à dificuldade de comparabilidade entre distintas entidades. De referir ainda que alguns dos elementos habitualmente apresentados pelas entidades na referida demonstração, onde se inclui o EBITDA, são conceitos de ampla divulgação no relato financeiro sem, contudo, encontrarem-se oficialmente

regulamentados – sendo por isso designados como conceitos *non-GAAP* (Albuquerque, Marcelino e Cariano, 2015; Guillamon-Saorin, Helena e Marques, 2014).

O anexo ou notas às contas<sup>2</sup>, todavia, poderia mitigar tais constrangimentos se efetivamente permitisse aos utilizadores a obtenção dessa informação, num processo de *matching* (ou reconciliação) entre as notas do anexo e os itens apresentados nas restantes DF. Tal consideração encontra-se refletida na segunda questão de investigação, acima apresentada.

Assim, e com o objetivo de analisar a informação contida nos relatórios e contas, serão utilizados os itens de gastos e rendimentos financeiros apresentados na demonstração dos resultados e respetivas notas às contas para estudar a frequência da sua apresentação e divulgação, respetivamente. Adicionalmente, será efetuada a análise em torno de eventuais fatores explicativos do nível de apresentação (na demonstração dos resultados) e de divulgação (nas notas às contas).

A relevância deste estudo assenta no facto de que a informação financeira, para ser útil para efeitos de tomada de decisão por parte dos *stakeholders*, precisa anteder não apenas às características qualitativas fundamentais da relevância e representação fidedigna, mas também às características qualitativas que reforçam aquelas, onde se incluem a comparabilidade e a compreensibilidade. Tal consideração encontra-se expressa na nova *Framework* do Financial Accounting Standards Board (FASB) e do IASB, resultado de um projeto conjunto conduzido pelos dois organismos.

A ausência de comparabilidade e compreensibilidade na informação financeira condiciona, potencialmente, a tomada de decisão por parte dos *stakeholders*, particularmente os investidores, que têm como principal fonte de informação para esse propósito o relato financeiro publicado pelas entidades.

## **1.2 Objeto e objetivos do estudo**

Esta investigação encontra-se relacionada com a análise dos itens constantes das DF – mais especificamente da demonstração dos resultados e nas notas às contas – que são

---

<sup>2</sup> Para efeitos deste estudo, as expressões “notas às contas” e “anexo” são utilizadas como expressões sinónimas, sendo a segunda preferível à primeira quando relacionada especificamente com um documento que assim a mencione.

considerados gastos e rendimentos financeiros e, como tal, incluídos nos resultados financeiros compilados e apresentados pelas distintas entidades.

Utilizando a análise de conteúdo como método de pesquisa, será recolhida a informação existente nos relatórios e contas de 2005, 2010 e 2015 das entidades com valores mobiliários admitidos à negociação no Euronext de Lisboa com respeito aos referidos itens, constituindo-se esta fonte, assim, o objeto deste estudo. A análise de conteúdo utilizada para efeitos da presente investigação aos relatórios e contas é descrita por Calado e Ferreira (2005:8) «como um procedimento destinado a destabilizar a integridade imediata da superfície textual, evidenciando os seus aspe[c]tos que não são diretamente intuitivos, mas estão presentes».

Na base da seleção dos períodos anteriormente mencionados encontra-se a tentativa de abarcar a vigência do POC e o primeiro ano de adoção das NIC, em 2005, a entrada em vigor do SNC, em 2010, e, por fim, o ano mais recente de divulgação das DF por parte das entidades incluídas neste estudo. Após a recolha da informação será avaliado o nível de apresentação na demonstração dos resultados e de divulgação nas notas às contas de tais itens, medidas que podem condicionar a comparabilidade (apresentação) e a compreensibilidade (divulgação) da informação financeira.

Adicionalmente, a presente investigação pretende aferir da existência de fatores que eventualmente respondam pelo maior ou menor nível de apresentação (na demonstração dos resultados) e de divulgação (nas notas às contas), onde se incluem a dimensão, a sua inclusão, ou não, no *Portuguese Stock Index 20* (PSI-20), o endividamento, o auditor externo, o setor de atividade, a rendibilidade, o normativo contabilístico utilizado, o período de relato e a apresentação e divulgação do resultado financeiro.

Numa fase seguinte, após a recolha da informação, os dados serão sujeitos a técnicas de análise estatística descritiva, nomeadamente análises de frequência, assim como ao teste não-paramétrico bivariado de Mann-Whitney U, utilizado para verificar, entre outros objetivos, da existência de diferenças estatisticamente significativas entre as distribuições analisadas (Pereira e Patrício, 2013; Laureano, 2013). O tratamento estatístico será efetuado com recurso ao programa informático *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), similarmente ao utilizado em estudos semelhantes sobre índices de apresentação e divulgação (Albuquerque e Marcelino, 2009; Cazzari, 2012; Costa, 2009; Frias, 2012; Hassan, Percy e Stewart, 2006; Lemos, 2011; Tsalavoutas, 2009).

### **1.3 Estrutura da dissertação**

A estrutura da dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos.

No primeiro capítulo da dissertação (Introdução), serão discutidos e apresentados a questão e a relevância do estudo, bem como o objeto e os objetivos da presente investigação.

O segundo capítulo (Enquadramento Teórico) encontra-se dividido em três subcapítulos. No primeiro, serão inicialmente apresentadas e discutidas as questões relacionadas com a comparabilidade e a compreensibilidade (transparência) como características qualitativas integrantes da Estrutura Conceptual (EC) e a relação entre estas e a utilidade da informação financeira para a tomada de decisão por parte dos *stakeholders*. Na sequência, serão divulgados os normativos contabilísticos e de relato financeiro sob o ponto de vista das DF, em particular, nos aspetos mais diretamente ligados à apresentação e divulgação dos gastos e rendimentos financeiros, numa perspetiva histórica e transnacional. Não serão descurados, nesse âmbito, as NIC emitidas pelo IASB, bem como as diretivas, regulamentos europeus e outros diplomas com incidência nessa área. Serão ainda referenciados, ao longo dos subcapítulos precedentes, a literatura em torno deste tema sob um ponto de vista eminentemente teórico-doutrinário, onde se incluem as questões relacionadas com a comparabilidade e a compreensibilidade da informação financeira. No último subcapítulo, serão apresentados alguns estudos mais diretamente relacionados com o tema objeto desta investigação, base do estudo empírico a ser desenvolvido.

O terceiro capítulo (Hipóteses e Metodologia) destina-se a apresentar as questões de investigação e respetivas hipóteses, bem como as linhas metodológicas gerais, onde se incluem a população objeto de estudo, variáveis dependentes e independentes utilizadas e as técnicas estatísticas propostas.

O quarto capítulo (Análise e Discussão dos Resultados) será dedicado à análise e interpretação dos resultados obtidos a partir das técnicas estatísticas utilizadas.

Por último, no quinto capítulo (Conclusões, Limitações e Perspetivas Futuras) serão apresentados os tópicos indicados no seu título, à luz dos resultados obtidos e tendo por base as linhas metodológicas identificadas no antepenúltimo capítulo.

## 2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O enquadramento teórico encontra-se segmentado em três subcapítulos. O primeiro versa, particularmente, sobre a comparabilidade e compreensibilidade enquanto características qualitativas da informação financeira previstas na EC. Na sequência, serão apresentados e discutidos os normativos contabilísticos e de relato financeiro, bem como a legislação nacional e internacional que versem sobre a forma de apresentação e divulgação dos gastos e rendimentos financeiros. Tais matérias serão particularmente enfatizadas nesse contexto tendo em conta os objetivos propostos para esta investigação, identificando-se as questões teórico-doutrinárias que cercam as referidas problemáticas, e que servirão de suporte ao estudo empírico a ser desenvolvido. O subcapítulo seguinte dedica-se, por fim, à apresentação de estudos mais diretamente relacionados com a investigação a ser conduzida na presente dissertação.

### 2.1 A comparabilidade e a compreensibilidade da informação financeira

Para avaliar a importância da comparabilidade e compreensibilidade, importa ter presente a evolução do normativo contabilístico, bem como as razões por trás de uma EC que prescreve conceitos subjacentes à preparação e apresentação das DF.

Na década de 60 assiste-se a uma série de fusões e aquisições a nível mundial, especialmente na economia norte-americana e com particular destaque na aquisição de empresas europeias. Esta fase é caracterizada por uma tendência internacionalista que lança as primeiras questões em torno da comparabilidade da informação financeira das empresas multinacionais (Zeff, 2014). Para dar resposta a esta questão, surge, em 1973, o International Accounting Standards Committee (IASC), organismo precursor do IASB (advindo de uma reestruturação daquele, em 2001), que tinha como desígnio promover a harmonização internacional das práticas contabilísticas. Trata-se da primeira tentativa de normalização contabilística a nível internacional.

Decorrente da fundação IASC surge a necessidade de criar uma estrutura para auxiliar na definição de conceitos que estão subjacentes à preparação e apresentação das DF para *stakeholders*.

Surge a primeira EC do IASB que foi aprovada pelo Conselho do IASC em abril de 1989, sendo publicada em julho do mesmo ano EC (1989). De referir que a EC (1989) foi incorporada pela União Europeia (UE) por via do Anexo 5 das “Observações relativas a certas disposições do Regulamento (Comissão Europeia (CE)) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho”, publicado em novembro de 2003.

Sob o ponto de vista da normalização contabilística, o estabelecimento de uma EC é importante para a definição de conceitos gerais que se materializam nas DF, tais como os conceitos de ativos, passivos e capital próprio (apresentados no balanço) e os gastos e rendimentos (apresentados na demonstração de resultados).

Outro ponto definido no âmbito de uma EC é a identificação das características qualitativas que determinam a utilidade da informação financeira. Santos (2012:8) reafirma que «[a] EC destina-se fundamentalmente, a auxiliar os preparadores das DF, na aplicação das normas e os utentes na interpretação da informação que delas deriva...», para que possa ser possível efetuar comparações das DF na mesma entidade ao longo de vários períodos ou entre entidades distintas no mesmo período.

Importa sublinhar que a EC não é uma norma, mas um conjunto de conceitos que servem de base às próprias normas. Albuquerque e Almeida (2009) reforçam esse entendimento ao referirem que os objetivos declarados da EC destinam-se ao estabelecimento de um referencial teórico orientador da regulação contabilística, minimizando quanto possível a existência de conflitos e inconsistências entre as normas.

A EC (1989) reforça a importância das DF, que correspondem à principal fonte de informação financeira para os *stakeholders*, identificando no seu âmbito as seguintes matérias:

- o objetivo das DF;
- as características qualitativas que determinam a utilidade da informação nas DF;
- a definição, o reconhecimento e a mensuração dos elementos a partir dos quais se constroem as DF; e
- os conceitos de capital e de manutenção de capital.

Dentro das matérias indicadas, importa destacar os dois primeiros pontos, na medida em que se encontram mais diretamente ligadas aos objetivos do presente estudo.

O primeiro, identificado com os objetivos das DF, em que estão assentes no facto de os mesmos proporcionarem informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira das empresas, e conjuntamente fornecendo informação sobre acontecimentos passados e sobre a possibilidade de gerar *cash flows* futuros.

O segundo, pelas quatro características qualitativas identificadas naquela EC, nomeadamente: a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade.

A compreensibilidade assegura que a informação transmitida seja de fácil compreensão aos utentes (Cazzari, 2012). Não obstante, é necessário que os utentes da informação tenham um conhecimento razoável das atividades económico-empresariais e contabilísticas da entidade que relata, analisando a informação com razoável diligência (Freitas, 2009).

Por sua vez, a relevância encontra-se associada à própria utilidade das DF, como elementos indissociáveis, na medida em que a tomada de decisões por parte dos utentes baseia-se nesta característica, isto é, na informação que apresenta a capacidade de influenciar as suas decisões. Enquanto característica qualitativa, tem nas componentes valor preditivo e valor confirmatório os atributos de, respetivamente, avaliar se a entidade gera fluxos de caixa com base nos recursos existentes, por um lado, e verificar se as previsões passadas foram efetivamente alcançadas, por outro (Freitas, 2009). A materialidade é igualmente um seu atributo, uma vez que a relevância considera esse elemento, para além da natureza própria da informação, como “duas faces da mesma moeda”. A medida da materialidade, à luz da EC, baseia-se na capacidade de uma omissão ou inexatidão de informação influenciar as decisões dos utentes.

A informação tem fiabilidade quando se encontra isenta de erros materiais que possam influenciar as decisões dos *stakeholders*. A representação fidedigna das transações e acontecimentos encontra-se implícita, tendo por base a substância sobre a forma na sua contabilização, atributo que determina que a realidade económica se sobrepõem à forma legal. A fiabilidade impressa nas DF passa igualmente, na sua preparação, pela neutralidade, isto é, isenção de preconceitos; prudência no exercício do juízo de valor; e na plenitude dos eventos e transações que devem representar.

A comparabilidade é identificada por Albuquerque e Rodrigues (2015) como tendo duas vertentes, a temporal e a relativa, em que existe uma comparação das DF ao longo do

tempo e entre entidades diferentes, respetivamente. Importa mencionar o atributo da consistência temporal na mensuração e apresentação das transações e acontecimentos semelhantes, quer para a entidade que relata, quer entre diferentes entidades. De referir, ainda, que a comparabilidade não deve, de acordo com a EC, confundir-se com a mera oportunidade, não sendo impeditiva da introdução de melhorias nas políticas contabilísticas adotadas, designadamente pela introdução de uma norma contabilística ou pela revisão das normas existentes.

Posteriormente as características foram atualizadas por um projeto conjunto FASB-IASB com o FASB a emitir a *Statement of Financial Accounting Concepts (SFAC)* n.º 8, de setembro de 2010.

A relevância da informação vê a sua importância reforçada no que toca à capacidade de influenciar as decisões económicas dos *stakeholders*, tendo implícito a sua materialidade e natureza da informação (Cazzari, 2012), com a materialidade a surgir como um constrangimento da informação financeira (Albuquerque e Almeida, 2009).

Por sua vez, o conceito de fiabilidade é substituído pelo conceito de representação fidedigna, para realçar os elementos de preenchimento, onde a informação deve ser completa, e apresentar-se sem erros materiais (*ibidem*).

No âmbito do referido projeto, foram identificadas a comparabilidade, a verificabilidade, a tempestividade e a compreensibilidade como características qualitativas que suportam a relevância e a representação fidedigna da informação financeira, determinando estas últimas como fundamentais e as primeiras, conseqüentemente, como de reforço. A representação fidedigna e a relevância enquanto características qualitativas fundamentais correspondem aos atributos essenciais da informação financeira (características qualitativas fundamentais) para que esta seja útil aos utentes.

A representação fidedigna, enquanto característica qualitativa fundamental, deve ser completa, neutral e livre de erros e deve representar com fiabilidade as DF, onde se deve incluir uma descrição e explicação dos acontecimentos.

A conjugação destas duas características, relevância e representação fidedigna, na informação financeira que é disponibilizada aos *stakeholders* atribui à mesma, fiabilidade e garantia para a tomada de decisões, contribuindo ao mesmo tempo para a promoção da estabilidade financeira (Albuquerque, 2013).

Não obstante as características fundamentais da relevância e da representação fidedigna, essenciais quanto à utilidade e fiabilidade da informação financeira, as características de reforço, designadamente a comparabilidade e a compreensibilidade, devem estar presentes nas DF, onde se incluem a demonstração dos resultados e as notas às contas.

Descritas as características fundamentais e de reforço, elencadas na EC e mais tarde alteradas SFAC n.º 8, torna-se importante realçar a finalidade da EC, que assume a sua importância ao auxiliar os preparadores das DF na aplicação das normas e os *stakeholders* na interpretação da informação, conforme descrito no seu número um.

Refira-se que, apesar da sua relevância no âmbito da harmonização contabilística, a EC não define um modelo padrão que possa ser aplicado às DF. Assim, e apesar da importância dos normativos contabilísticos e a evolução ao nível regulamentar, o facto de não existir um modelo padrão para as DF dificulta a comparabilidade entre entidades e entre períodos diferentes da mesma entidade (Albuquerque *et al.*, 2015).

O IASB, ainda que não tenha definido um modelo padrão, procura estabelecer na IAS 1 a informação mínima a ser apresentada nas DF, para que a informação seja minimamente comparável. No entanto, os itens descritos na norma encontram-se, ainda assim, sujeitos à discricionariedade dos órgãos de gestão quanto à sua apresentação (*ibid.*).

Assim, a EC e a IAS 1 conduzem a um quadro que se pretende que represente a informação a ser incluída nas DF de forma relevante e fidedigna, para que as mesmas sejam compreensíveis e comparáveis ao longo do tempo e entre entidades diferentes

No subcapítulo seguinte será abordada a estrutura de apresentação das DF ao nível nacional e internacional, apresentando a evolução e respetivos ajustamento nos modelos definidos, desde a publicação da Quarta Diretiva (Diretiva n.º 78/660/Comunidade Económica Europeia (CEE), de 25 de julho).

## **2.2 Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras**

A legislação nacional e internacional, designadamente da União Europeia (UE), tem evoluído no sentido de uma maior harmonização e proteção dos investidores, com a publicação de informação financeira que seja construída com base nas mesmas regras e num conjunto único de normas contabilísticas (Cardeira, 2012; Costa, 2009).

Historicamente, a Quarta Diretiva constitui-se como um marco em termos de regulamentação em matéria contabilística na UE, permitindo uma relativa harmonização entre os Estados-membros, sem eliminar as características de cada sistema contabilístico nacional. O artigo 2.º da referida diretiva define o conjunto de documentos que fazem parte da informação financeira exigíveis a certas formas de sociedades, onde se incluem o balanço, a conta de ganhos e perdas e o anexo.

Ao nível interno, o POC, criado pelo Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de fevereiro, foi então alterado por via Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de novembro, no sentido de introduzir alguns dos ajustamentos sugeridos pela Quarta Diretiva, nomeadamente os modelos das DF. Com a referida alteração foram definidos a estrutura e o conteúdo das contas anuais e os itens que compõem os resultados correntes–operacionais, correntes–financeiros e os resultados extraordinários, tal como identificado já no seu preâmbulo. O mesmo Decreto-Lei estabeleceu ainda a informação mínima obrigatória a constar nas DF e nas notas às contas <sup>3</sup>. De facto, a evolução da segregação das várias rubricas na componente financeira inicia-se com a Quarta Diretiva. Os itens financeiros que integram a demonstração dos resultados por naturezas foram definidos nos números 9 a 13, do artigo 23º, a saber:

- Proveitos provenientes de participações, com menção separada dos provenientes de empresas ligadas;
- Proveitos provenientes de outros valores mobiliários e de créditos incluídos no ativo imobilizado, com menção separada dos provenientes de empresas ligadas;
- Correções de valor sobre imobilizações financeiras e sobre valores mobiliários fazendo parte do ativo circulante; e
- Juros e encargos assimilados, com menção separada dos respeitantes a empresas ligadas.

Os resultados financeiros que derivam do modelo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 410/89 seguem os modelos obrigatórios propostos por aquela Diretiva, que no POC resulta na seguinte classificação:

- Rendimentos de participações de capital;
- Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras; e
- Outros juros e proveitos similares.

---

<sup>3</sup> As notas às contas, atualmente designadas “anexo”, não integravam concetualmente o conjunto das DF.

Posteriormente, o artigo n.º 7 do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de julho, refere que são efetuadas alterações ao POC, nomeadamente as normas de consolidação de contas e as DF consolidadas constantes do anexo I, integrando o n.º 44 a demonstração de resultados financeiros, com as várias rubricas de custos e perdas e de proveitos e ganhos que a constituem. Surgem, nesse contexto, as rubricas de “Perdas em empresas do grupo e associadas” e “Ganhos em empresas do grupo e associada”, sendo igualmente elencadas todas as rubricas de custos e perdas e de proveitos e ganhos que são considerados parte dos itens financeiros, conforme Quadro 2.1.

**Quadro 2.1:** Custos e perdas e proveitos e ganhos financeiros.

	Exercícios				Exercícios	
	N	N-1			N	N-1
<b>Custos e perdas</b>			<b>Proveitos e ganhos</b>			
681 Juros suportados	x	x	781 Juros obtidos	x	x	
682 Perdas em empresas do grupo e associadas	x	x	782 Ganhos em empresas do grupo e associadas	x	x	
683 Amortizações de investimentos em imóveis	x	x	783 Rendimentos de imóveis	x	x	
684 Provisões para aplicações financeiras	x	x	784 Rendimentos de participações de capital	x	x	
685 Diferenças de câmbio desfavoráveis	x	x	785 Diferenças de câmbio favoráveis	x	x	
686 Descontos de pronto pagamento concedidos	x	x	786 Descontos de pronto pagamento obtidos	x	x	
687 Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	x	x	787 Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	x	x	
688 Outros custos e perdas financeiros	x	x	788 Outros proveitos e ganhos financeiros	x	x	
Resultados financeiras	±x	±x				
	x	x		x	x	

**Fonte:** Decreto-Lei n.º 238/91.

No anexo II do mesmo Decreto-Lei apresenta-se, no ponto 7, a demonstração dos resultados, descrevendo subtotais nos vários grupos de custos e perdas e nos proveitos e ganhos, compreendendo os primeiros os itens entre o subtotal (A) e (C) e os segundos entre o subtotal (B) e (D), evidenciado dessa forma os itens que os compõem. Da diferença entre (D-B) e (C-A) resulta o apuramento dos resultados financeiros, conforme se apresenta nos Quadros 2.2 e 2.3., relativos aos custos e perdas e aos proveitos e ganhos, respetivamente.

**Quadro 2.2:** Demonstração dos resultados (Custos e perdas).

Códigos das contas			Exercícios			
CEE ( <sup>1</sup> )	POC		N		N-1	
A			<b>Custos e perdas</b>			
2. a)	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
		Mercadorias.....	X		X	
		Matérias.....	X	X	X	X
2. b)	62	Fornecimentos e serviços externos .....		X		X
3		Custos com o pessoal:				
3. a)	641+ 642	Remunerações.....	X		X	
3. b)		Encargos sociais:				
	643+ 644	Pensões.....	X		X	
	645/8	Outros.....	X	X	X	X
4. a)	66	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo .	X		X	
4. b)	67	Provisões.....	X	X	X	X
5	63	Impostos.....	X		X	
5	65	Outros custos e perdas operacionais.....	X	X	X	X
		(A).....		X		X
6	682	Perdas em empresas do grupo e associadas.....		X		X
6	683+ 684	Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros .....	X		X	
7	( <sup>2</sup> )	Juros e custos similares:				
		Relativos a empresas do grupo .....	X		X	
		Outros.....	X	X	X	X
		(C).....		X		X
10	69	Custos e perdas extraordinários .....		X		X
		(E).....		X		X
8+11	86	Imposto sobre o rendimento do exercício .....		X		X
		(G).....		X		X
13	88	Resultado líquido do exercício .....		±X		±X
				X		X

**Fonte:** Decreto-Lei n.º 238/91.

**Quadro 2.3:** Demonstração dos resultados (Proveitos e Ganhos).

Códigos das contas			Exercícios			
CEE ( <sup>1</sup> )	POC		N		N-1	
<b>B</b>			<b>Proveitos e ganhos</b>			
1	71	Vendas:				
		Mercadorias.....	x		x	
		Produtos.....	x	x	x	x
1	72	Prestação de serviços .....	x	x	x	x
2	( <sup>3</sup> )	Variação da produção .....		±X		±X
3	75	Trabalhos para a própria empresa .....		x		x
4	73	Proveitos suplementares .....	x		x	
4	74	Subsídios à exploração .....	x		x	
4	76	Outros proveitos e ganhos operacionais .....	x	x	x	x
		(B).....		x		x
5	782	Ganhos em empresas do grupo e associadas.....	x		x	
5	784	Rendimentos de participações de capital.....	x		x	
6	( <sup>4</sup> )	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:				
		Relativos a empresas do grupo .....	x		x	
		Outros.....	x		x	
7	( <sup>5</sup> )	Outros juros e proveitos similares:				
		Relativos a empresas do grupo .....	x		x	
		Outros.....	x	x	x	x
		(D).....		x		x
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários.....		x		x
		(F).....		x		x
<b>Resumo:</b>						
		Resultados operacionais: (B)-(A)= .....		x		x
		Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)= .....		x		x
		Resultados correntes: (D)-(C)= .....		x		x
		Resultados antes de impostos: (F)-(E)= .....		x		x
		Resultado líquido do exercício: (F)-(G)= .....		x		x

(<sup>1</sup>) Em conformidade com o artigo 24.º da 4.ª Diretiva da CEE

(<sup>2</sup>) 681+685+686+687+688

(<sup>3</sup>) Diferença algébrica entre as existências finais e iniciais de «Produtos acabados e intermédios» (C/33), «Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos» (C/34) e «Produtos e trabalhos em curso» (C/35), tomando ainda em consideração o movimento registado em «Regularização de existências» (C/38).

(<sup>4</sup>) 7812+7815+7816+783

(<sup>5</sup>) 7811+7813+7814+7818+785+786+787+788

**Fonte:** Decreto-Lei n.º 238/91.

Embora com a aprovação do POC, pelo Decreto-Lei n.º 410/89, a conta de “Perdas em empresas do grupo e associadas - 682” estivesse já contemplada na rubrica de custos e perdas financeiros, apenas com a aprovação do Decreto-Lei n.º 238/91 a referida rubrica passou a ser identificada isoladamente na demonstração dos resultados. Situação semelhante relativamente à conta de “Ganhos em empresas do grupo e associadas - 782”, anteriormente parte integrante da rubrica de “Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras”.

Assim, ficaram desde então devidamente segregadas as perdas e ganhos em empresas dos grupo e associadas na demonstração dos resultados. Tem-se, por outro lado, uma outra desagregação nos outros gastos e proveitos financeiros respeitantes aos “Relativos a empresas do grupo” e “Outros”, dando-se assim enfoque especial às operações com empresas do grupo e associadas.

Em 2003, e passados quinze anos sobre a publicação da quarta diretiva, é publicada a Diretiva n.º 2003/51/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho, relativas às contas anuais<sup>4</sup> e às contas consolidadas de certas formas de sociedades, bancos e outras instituições financeiras e empresas de seguros. A referida diretiva vem alterar as diretivas anteriores no sentido da sua modernização, refletindo a evolução no contexto internacional em termos normativos, particularmente na utilização do justo valor e nas reavaliações, dando aos Estados-Membros a faculdade de o utilizarem nos normativos internos.

Mais tarde, o Decreto-Lei n.º 88/2004, de 20 de abril, veio incorporar mais alterações na informação financeira divulgada nas DF, com a definição da aplicação justo valor, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2001/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de setembro.

A utilização de um modelo de justo valor para certos instrumentos financeiros tinha como objetivo garantir a comparabilidade das informações financeiras e limitar a sua aplicação à maior parte dos empréstimos e depósitos bancários, obrigando ainda à inclusão de informações sobre instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor no anexo às contas.

---

<sup>4</sup> Por contas anuais deve entender-se o mesmo que contas individuais.

Assim, as DF foram objeto de novas alterações com o Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2003/51/CE. Não obstante, as várias alterações nas DF resultantes da publicação do referido Decreto-Lei não produziram diferenças significativas na apresentação do balanço, demonstração dos resultados e anexos, nomeadamente na formação do resultado do exercício (Pires e Rodrigues, 2005). Contudo, na apresentação dos resultados financeiros foram incorporadas novas contas, a saber:

- 7881 - Reversões de ajustamentos de aplicações de tesouraria
- 7882 - Reversões de ajustamentos de investimentos financeiros
- 7883 - [...] <sup>5</sup>
- 7888 - Outros proveitos e ganhos financeiros

Como descreve o preâmbulo do Decreto-Lei n.º 35/2005, a sua publicação visa igualmente assegurar a coerência entre a legislação contabilística comunitária e as NIC, em vigor desde 1 de maio de 2002, ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002. Com o advento daquele Decreto-Lei, foi então criado no quadro jurídico nacional um novo regime contabilístico, que tem subjacente o normativo comunitário, que, para além da sua imposição obrigatória nas contas consolidadas de entidades com valores mobiliários admitidos à negociação, possibilitou às empresas nacionais, que antes aplicavam o POC, a apresentação das suas contas individuais e/ou consolidadas de acordo com as NIC, em casos especificamente previstos. Foram ainda introduzidos novos conceitos no âmbito dos custos e perdas e dos proveitos e ganhos, de modo a ir ao encontro do normativo internacional, como o caso das provisões, incluído de modo a atender a IAS 37 (*ibid.*).

O impacto das alterações determinadas pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, e decorrente da transposição da Diretiva n.º 2003/51/CE, não introduziu novas formas de reconhecimento, mas antes uma nova estrutura de contas cujo objetivo passava por um «tratamento contabilístico mais consistente e consonante com a natureza dos factos que se pretende relevar e relatar» (*ibid.*).

O Quadro 2.4 reflete a nova estrutura, com os conceitos derivados do Decreto-Lei indicado anteriormente.

---

<sup>5</sup> Conta que pode ser adaptada casuisticamente a cada entidade.

**Quadro 2.4:** Custos e perdas e proveitos e ganhos financeiros (Contas POC).

	<i>Custos e perdas</i>
	682 - Perdas em empresas do grupo e associadas (1) 683 - Amortizações de investimentos em imóveis 684 - Ajustamentos de aplicações financeiras (2)
<i>Juros e custos similares</i>	681 - Juros suportados 685 - Diferenças de câmbio desfavoráveis 686 - Descontos de pronto pagamento concedidos 687 - Perdas na alienação de aplicações de tesouraria 688 - Outros custos e perdas financeiros
	<i>Proveitos e ganhos</i>
	782 - Ganhos em empresas do grupo e associadas (1) 784 - Rendimentos de participações de capital
<i>Rendimentos, Títulos e Outras aplicações financeiras</i>	7812 - Obrigações e títulos de participação (1) 7815 - Outras aplicações de tesouraria 7816 - Outros investimentos financeiros 783 - Rendimentos de imóveis
<i>Outros Juros e Proveitos Similares</i>	7811 - Depósitos bancários 7813 - Empréstimos correntes 7814 - Empréstimos de financiamento 7818 - Outros juros 785 - Diferenças de câmbio favoráveis 786 - Descontos de pronto pagamento obtidos 787 - Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria 788 - Reversões e outros proveitos e ganhos financeiros(2) 7881 - Reversões de ajustamentos de aplicações de tesouraria (3) 7882 - Reversões de ajustamentos de investimentos financeiros (3) 7883 - [...] (3) 7888 - Outros proveitos e ganhos financeiros (3)
	(1) Redação dada pelo Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de julho (2) Redação dada pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro (3) Aditada pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro

**Fonte:** Decreto-Lei n.º 35/2005.

Posteriormente, o SNC, através do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, procede à revogação do POC, reestabelecendo ainda a aplicação das NIC através da faculdade prevista no artigo 5.º do Regulamento n.º 1606/2002, já anteriormente inseridas no contexto nacional por via do Decreto-Lei n.º 35/2005 referido. Aquele mesmo diploma redefine igualmente os requisitos relativamente à consolidação, incluindo os grupos que se encontram obrigados a apresentar contas consolidadas.

De destacar, no entanto, que o SNC fortaleceu o alinhamento do normativo nacional ao internacional (NIC), através da adoção de normas globalmente consistentes com estas, para além da adoção de uma mesma EC, o que terá igualmente resultado, como referido no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 158/2009, em requisitos mais consistentes relativamente à preparação e apresentação das DF. O normativo nacional então em vigor definiu, distintamente do internacional, modelos de DF com formatos padronizados, incluindo um modelo orientador para as divulgações (anexo).

Com o SNC, foram ainda definidas novas bases e princípios essenciais para a apresentação das DF. Simultaneamente, verificou-se a necessidade da existência de modelos padronizados, tal como historicamente existente em POC, como princípios orientadores, embora permitindo alguma flexibilidade, conforme resulta do preâmbulo daquele Decreto-Lei.

São definidos novos limites, quanto ao reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação da informação contida nas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as pequenas entidades (NCRF-PE), tendo sido adotadas quando não ultrapasse dois dos três limites:

- i) Total do balanço: € 500 000;
- ii) Total de vendas líquidas e outros rendimentos: € 1 000 000;
- iii) Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 20.

A apresentação das reformuladas DF com modelos padronizados foram definidos pela Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro, obrigatórios para as entidades que apresentam as suas contas de acordo com o SNC, em vigor a partir do ano de 2010:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados por naturezas;
- Demonstração dos resultados por funções;
- Demonstração das alterações no capital próprio;
- Demonstração dos fluxos de caixa — método direto; e
- Anexo.

De acordo com o preâmbulo da Portaria, os instrumentos contabilísticos referidos anteriormente, de aplicação obrigatória para a generalidade das entidades, exceto para as entidades abrangidas por legislação específica, poderiam ser utilizadas pelas entidades

que apliquem as NIC, uma vez que, segundo o legislador, traria benefícios evidentes em termos de comparabilidade do relato financeira em Portugal.

Entretanto é definido para as microentidades, com a entrada em vigor da Lei n.º 35/2010, de 2 de setembro, um regime simplificado das normas e informações contabilísticas, quando não ultrapassem dois dos três limites seguintes:

- i) Total do balanço: € 500 000;
- ii) Volume de negócios líquido: € 500 000;
- iii) Número médio de empregados durante o exercício: cinco.

Mais tarde, o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, que transpõe a Diretiva n.º 2009/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho, relativa a determinados requisitos de divulgação para as médias sociedades e à obrigação de apresentar contas consolidadas, vem alterar algumas das regras previstas no anterior Decreto-Lei. Entre as quatro medidas essenciais trazidas pelo novo diploma, três apresentavam medidas específicas no âmbito da normalização contabilística, a saber:

- i) A aprovação do regime da normalização contabilística para as microentidades (NCM);
- ii) A aprovação do regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL); e
- iii) A consagração de regras que dispensam, em certos casos, a apresentação de contas consolidadas por empresas mãe.

A simplificação referida na anterior Lei n.º 35/2010, e objeto agora de regulamentação específica, dispensa as entidades acima referidas de apresentarem alguns dos modelos das DF, nomeadamente:

- i) Demonstração dos fluxos de caixa; e
- ii) Demonstração das alterações no capital próprio.

Adicionalmente, foi proposto um modelo mais reduzido pela Portaria n.º 104/2011, de 14 de março, de apresentação do balanço e da demonstração dos resultados, reduzindo substancialmente o anexo a partir de um modelo simplificado, isto é, sem as exigências do modelo mais completo ou, ainda, o das Pequenas Entidades, previstos no SNC.

A normalização contabilística para as ESNL também é redefinida no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, deixando de aplicar o anterior normativo do SNC e criando um novo, designado de regime da normalização contabilística para as ESNL, posteriormente também sujeita a modelos específicos, aprovados pela Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março.

Mais tarde, a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às DF anuais, e que altera a Diretiva n.º 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio, ao revogar as Diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho, de 13 de junho, vem reforçar a harmonização dos requisitos e ao mesmo tempo diminuir a carga administrativa das pequenas empresas, alterando o conteúdo das notas às DF e simplificando as mesmas para as pequenas empresas (Silva, 2014).

A diretiva responde pela criação de um novo paradigma em matéria de relato financeiro, com a regulamentação a considerar o peso administrativo na elaboração das DF como um fator importante.

O n.º 20 do preâmbulo da diretiva vem salientar a importância da comparabilidade e compreensibilidade das DF, indicando que um dos meios para atingir esse objetivo é limitar o número de estruturas de balanço e de demonstração dos resultados.

Silva (2014) identificou três objetivos essenciais na diretiva a reforçar o ponto anterior:

- Redução da carga e simplificação, dirigida às microempresas e pequenas empresa, diga-se a este respeito que foi necessário ao nível interno redefinir os novos limites considerando as instruções da diretiva.<sup>6</sup>
- Melhoria da clareza e comparabilidade das DF; e
- Proteção das necessidades dos utentes da informação.

Para limitação e uniformização das DF, o n.º 1º do artigo 13.º da diretiva, relativo à apresentação da demonstração dos resultados, refere que os Estados-Membros podem prescrever uma ou ambas as estruturas previstas nos Anexos V (Estrutura da demonstração de resultados por natureza de gastos) e VI (Estrutura da demonstração de resultados por função de gastos).

---

<sup>6</sup> O artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, categoriza as entidades de acordo com o total de balanço, volume de negócios e número de empregados.

A estrutura apresentada no anexo V da diretiva identifica as rubricas mínimas para a demonstração dos resultados por natureza de gastos, numeradas de 1 a 17, podendo unicamente ser simplificadas para as pequenas e médias empresas, ao agrupar as rubricas de 1 a 5, de acordo com o artigo n.º14.

No entanto, os Estados-Membros podem alterar as estruturas para que as DF possam ser apresentadas por via eletrónica, mas não negligenciando os princípios gerais de relato financeiro, nomeadamente a não compensação entre rubricas do ativo e passivo, ou entre gastos e rendimentos.

A referida Diretiva, transposta para a legislação nacional pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, veio trazer alterações à normalização contabilística nacional, expressando como objetivo assegurar uma melhor informação, não descurando, no entanto, os custos administrativos inerentes à preparação das notas às contas. Nesse sentido, propunha a redução das notas obrigatórias, particularmente para as entidades de menor dimensão.

A diretiva responde, assim, pela republicação do Decreto-Lei n.º 158/2009, objeto de revisão à luz dos requisitos impostos pela mencionada diretiva, com impactos em todos os regimes existentes.

Apesar disso, e uma vez que o Decreto-Lei anteriormente mencionado já previa DF diferenciadas consoante a dimensão das entidades (base para a definição dos distintos regimes contabilísticos existentes), os impactos em termos de estrutura das DF mostraram-se negligenciáveis, particularmente no que diz respeito à demonstração dos resultados.

Por sua vez, a Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, e na sequência da emissão do Decreto-Lei n.º 98/2015, foi responsável pela apresentação dos novos modelos de DF aplicáveis às entidades incluídas no âmbito de aplicação do SNC, tendo sido revogadas as Portarias n.º 986/2009, 104/2011 e 105/2011.

A Portaria n.º 220/2015 constitui-se, portanto, como o diploma nacional mais recente no que concerne à apresentação das DF, encontrando-se previsto modelos padronizados de apresentação compostos pelas seguintes DF: balanço, demonstração dos resultados (sendo obrigatória a apresentação por naturezas), demonstração das alterações no capital próprio, demonstração dos fluxos de caixa e anexo.

Os modelos das DF apresentam-se mais reduzidos e adaptados às entidades, de acordo com os limites legais estabelecidos no art.º 9 do Decreto-Lei n.º 158/2009, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, sendo a padronização dos modelos refletida em 19 anexos, em conformidade com o Quadro 2.5.

**Quadro 2.5:** Demonstrações financeiras no âmbito do SNC.

<b>Demonstrações financeiras</b>	<b>SNC</b>	<b>PE</b>	<b>ESNL</b>	<b>ME</b>
Balanço	Anexo 1	Anexo 7	Anexo 11	Anexo 18
Demonstração dos resultados por naturezas	Anexo 2	Anexo 8	Anexo 12	Anexo 19
Demonstração dos resultados por funções	Anexo 3	Anexo 9	Anexo 13	Não aplicável
Demonstração das alterações no capital próprio	Anexo 4	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais	Não aplicável	Não aplicável	Anexo 14	Não aplicável
Demonstração dos fluxos de caixa	Anexo 5	Não aplicável	Anexo 15	Não aplicável
Anexo	Anexo 6	Anexo 10	Anexo 16	Não aplicável
Pagamentos e recebimentos, património fixo e direitos e compromissos futuros	Não aplicável	Não aplicável	Anexo 17	Não aplicável

**Fonte:** Adaptado Portaria n.º 220/2015.

Relativamente aos itens financeiros na demonstração dos resultados, a mesma Portaria define que os juros e rendimentos similares obtidos e os juros e gastos similares suportados devem ser apresentados após o resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos), na demonstração dos resultados por natureza, de acordo com o anexo 2.

O anexo 3 da mesma Portaria, apresenta a demonstração dos resultados por funções, reduzindo os itens financeiros unicamente aos gastos de financiamento líquidos, após o apuramento do resultado operacional, o que permite identificar com relativa facilidade os itens a incluir nos resultados financeiros, quando apresentados por funções.

De referir que nesta, como na Portaria n.º 986/2009, o SNC passou a definir, para a demonstração dos resultados por naturezas, um novo enquadramento dos gastos e rendimentos financeiros. Assim, ao nível interno, e com as recentes alterações

legislativas, ficou estruturada uma nova forma de apresentação dos diversos itens na demonstração dos resultados, com menor ênfase para os resultados financeiros.

Os itens relacionados com os rendimentos e gastos financeiros previstos no anterior normativo (POC), ali designados proveitos e ganhos e custos e perdas financeiros, respetivamente, deixaram de ser diretamente apresentados na demonstração dos resultados em SNC, à exceção dos “ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas”, dos “juros e gastos similares suportados” e dos “juros e rendimentos similares obtidos”, embora não correspondendo ao mesmo conceito.

A primeira componente anteriormente referida, isto é, os “ganhos e perdas de empresas subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas”, passaram a figurar no “resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos”, que corresponde fundamentalmente ao conceito de EBITDA, surgindo imediatamente antes do “resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)”.

Adicionalmente, uma componente significativa dos anteriores rendimentos e gastos financeiros passaram a figurar igualmente antes do EBITDA, sendo incluídas nos “outros rendimentos” e “outros gastos”, respetivamente. Por fim, os “juros e gastos similares suportados” e os “juros e aos rendimentos similares obtidos” são apresentados após o “resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)” e antes do “resultado antes de impostos”.

A partir do Quadro 2.6 é possível identificar os itens previstos na demonstração dos resultados aplicáveis a cada um dos regimes contabilísticos previstos no SNC. Os vários normativos estruturam a demonstração dos resultados da mesma forma, embora alguns itens tenham sido adaptados em virtude da não utilização do justo valor.

São alterados os conceitos de imparidade por ajustamento, ou alterados para um conceito mais genérico, como imparidade e provisões no caso das microentidades. Situação a destacar é ainda o facto de tais entidades, exclusivamente, apresentarem a componente de financiamento pelo valor líquido, através do conceito de gastos de financiamento (líquidos).

**Quadro 2.6:** Demonstrações dos resultados.

Rendimentos e Gastos	Normativo		
	RG	PE	ME
Vendas e serviços prestados	X	X	X
Subsídios à exploração	X	X	X
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	X		
Variação de inventários na produção	X	X	X
Trabalhos para a própria entidade	X	X	X
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	X	X	X
Fornecimentos e serviços externos	X	X	X
Gastos com pessoal	X	X	X
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	X	X	
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		X	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	X	X	
Imparidade (perdas/reversões)			X
Provisões (aumentos/reduções)	X	X	X
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	X	X	
Outras imparidades (perdas/reversões)		X	
Aumentos / reduções de justo valor	X	X	
Outros rendimentos	X	X	X
Outros gastos	X	X	X
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	X	X	X
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	X	X	X
Imparidade de investimentos depreciáveis /amortizáveis (perdas/reversões)	X		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	X	X	X
Juros e rendimentos similares obtidos	X	X	
Juros e gastos similares suportados	X	X	
Gastos de financiamento (líquidos)			X
Resultado antes de impostos	X	X	X
Impostos sobre o rendimento do período	X	X	X
Resultado líquido do período	X	X	X

Legenda:

RG– Sistema de Normalização Contabilística - Regime geral (tal como comumente designado)  
PE– Sistema de Normalização Contabilística - Pequenas entidades  
ME– Sistema de Normalização Contabilística - Microentidades

**Fonte:** Adaptado Portaria n.º 220/2015.

Os itens a seguir indicados foram objeto de anulação ou exclusão na passagem do designado “Regime geral”<sup>7</sup> do SNC para os regimes das Pequenas Entidades ou Microentidades, conforme identificado por Carvalho (2011), Pereira (2012) e Pinto (2015):

- i) Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- ii) Ajustamentos de inventários (perdas/reversões);
- iii) Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões);
- iv) Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões);
- e
- v) Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões).

Relativamente aos normativos contabilísticos que tratam da apresentação das DF, e iniciando no plano nacional, a Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 1 do SNC, relativa à estrutura e conteúdo das DF, não identifica uma estrutura *standard* ou padronizada, na medida em que se encontra baseada na IAS 1 do IASB (mais adiante desenvolvida), que adota o mesmo entendimento. Resultam ambas, portanto, de uma proposta de apresentação mais flexível das DF. Situação semelhante se verifica para as entidades que apresentam as suas DF de acordo com o normativo aplicável às Pequenas Entidades e, como tal, apliquem a NCRF-PE, ou para as Microentidades no âmbito da NCM, uma vez que ambas têm a NCRF 1 como principal referência.

Assim, e apesar do que se encontra disposto no normativo contabilístico nacional, é possível identificar algumas diferenças importantes entre este e o internacional. Primeiro, por via de Portarias nacionais que estabelecem, como já referido, um modelo *standard* de apresentação. Adicionalmente existe um condicionamento pela obrigação de prestação de contas em carácter oficial, efetuada através da Informação Empresarial Simplificada (IES)<sup>8</sup>, um reporte que obriga à uniformização quanto à estrutura e conteúdo das DF.

---

<sup>7</sup> Designação comumente atribuída ao regime regra do SNC, isto é, ao regime não passível de aplicação às Pequenas Entidades ou Microentidades ou, ainda, aplicável a estas no caso de abdicarem de tais enquadramentos em termos contabilísticos.

<sup>8</sup> A IES consiste numa forma de entrega, por via eletrónica e de forma totalmente desmaterializada, de obrigações declarativas de natureza contabilística, fiscal e estatística. **Fonte:** Autoridade Tributária e Aduaneira. Consultado em [http://www.ies.gov.pt/site\\_IES/site/ies.htm](http://www.ies.gov.pt/site_IES/site/ies.htm).

Albuquerque, Marcelino e Cariano (2015) reforçam essa ideia ao referirem que a NCRF 1 permite, à semelhança da IAS 1, alguma flexibilidade na sua apresentação, não sendo, no entanto, consensual a possibilidade de alterações ao modelo proposto por via da IES, quer para as entidades incluídas no âmbito do SNC, quer para as entidades incluídas no âmbito das NIC (que adotam o modelo do SNC no reporte da IES).

Assim, e em síntese, é possível depreender que o normativo nacional tem pautado a apresentação da estrutura das DF de uma forma *standard* ou padronizada. Tal se verifica atualmente com a Portaria n.º 220/2015, do SNC, bem como, historicamente, com a publicação do POC através do Decreto-Lei n.º 47/77, objeto de sucessivas alterações. De destacar que a forma padronizada não se cinge, historicamente, à forma de apresentação das DF, mas também a algumas classes de itens nas notas às contas, sendo disso exemplos os itens financeiros e itens extraordinários no âmbito exclusivamente do POC, como se constata dos n.º 44 e 45 do anexo I, Decreto-Lei n.º 238/91.

No plano internacional, de referir que a tentativa de harmonização na UE não é nova, sendo de relevar o percurso iniciado com a publicação da Diretiva n.º 78/660/CEE, posteriormente atualizada pela Diretiva n.º 83/349/CEE (Sétima Diretiva), com o objetivo de harmonização no que concerne às contas consolidadas.

Contudo, e em termos da aplicação das normas internacionais pelas entidades em Portugal, de relevar-se a publicação do Regulamento n.º 1606/2002, que veio obrigar a que as entidades com valores mobiliários negociados publicamente preparassem as suas contas consolidadas de acordo com as NIC endossadas pela UE, dando a faculdade aos estados membros de abarcarem o âmbito de aplicação das NIC a outras entidades, quer nas suas contas individuais, quer nas suas contas consolidadas.

A informação reportada pelas entidades cotadas na demonstração dos resultados por naturezas e nas notas às contas tem como principal fonte orientadora a IAS 1, adotada na UE através do Regulamento (CE) n.º 1725/2003 da Comissão, de 29 de Setembro. A mesma norma enuncia no objetivo que pretende prescrever a base para a apresentação das DF, ao mesmo tempo que exige às entidades a divulgação de informação comparativa em relação ao período anterior, incluindo informação nas notas às contas. Mais tarde, o Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da comissão de 3 de novembro, substituindo o Regulamento n.º 1725/2003, incorporando num único texto todas as NIC aplicáveis a tais entidades. No mesmo ano, foi publicado ainda o Regulamento (CE) n.º 1274/2008 da

Comissão, de 17 de dezembro de 2008, em consequência da revisão da IAS 1 pelo IASB relativamente à apresentação das DF, com aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2009.

As principais rubricas a incluir na demonstração dos resultados foram enumeradas pelo IASB através da IAS 1, com os §§ 81 a 87 a indicarem quais os rendimentos e gastos que devem fazer parte integrante, como também as que não devem ser divulgadas, conforme § 87, ao referir a não inclusão dos itens extraordinários quer nas notas quer nas demonstrações dos resultados.

A IAS 1 preserva o princípio de não padronização dos modelos de DF, estabelecendo unicamente o § 82 a recomendação de desagregação de um conjunto de itens, onde se incluem os custos financeiros. Quanto às notas, o § 112 daquela norma apenas recomenda divulgações genéricas, como políticas contabilísticas utilizadas, remetendo para as respetivas IFRS a informação obrigatória a divulgar.

Os itens mínimos que devem incorporar a demonstração dos resultados, estão destacados em cinco itens importantes no § 82, nomeadamente:

- Réditos;
- Custos financeiros;
- Resultados positivos ou negativos pela aplicação do método da equivalência patrimonial;
- Resultados em unidade operacional descontinuada; e
- Lucros ou prejuízos.

Os restantes itens devem ser incluídos quando seja relevante para uma compreensão do desempenho financeiro da entidade e tendo em conta os seguintes fatores dos rendimentos e gastos: materialidade, natureza e função dos componentes.

Importa referir que a materialidade é apontada como um fator importante na divulgação dos itens, como refere o § 97 da IAS 1, ao mencionar que as naturezas e quantias devem ser divulgadas separadamente para melhor compreensão da informação financeira, quando materiais. Subentende-se por materialidade a informação que é relevante e cuja omissão ou distorção pode condicionar as decisões dos *stakeholders*, conforme §14 das Normas Técnicas de Revisão/Auditoria (NTRA).

Segundo o entendimento de Silva (2012), a natureza da informação constitui outro fator relativo às características ou atributos económicos que diferenciam os gastos e rendimentos que condicionam a apresentação da informação na DF.

A função, fator diretamente ligado às atividades primárias das empresas, como a venda, prestação de serviços e produção, determinam também a forma de apresentação das DF, conforme §57 da IAS 1. A referida norma identifica que os itens de natureza ou função diferente podem justificar a apresentação separada nas DF, para melhor compreensão da informação. Outros itens devem ainda ser apresentados após o apuramento dos resultados líquidos do período, como as imputações de lucros ou prejuízos para o período atribuíveis a interesse minoritário e atribuíveis aos detentores de capital próprio da empresa-mãe.

A estrutura e o conteúdo mínimo obrigatório das DF encontram-se descritos na IAS 1 do IASB, nomeadamente a demonstração do resultado integral, podendo apresentar duas estruturas:

- Uma única demonstração do resultado integral, com os rendimentos e gastos reconhecidos em lucros ou prejuízos ou noutro rendimento integral;
- Duas demonstrações:
  - Rendimentos e gastos em lucros ou prejuízos (demonstração de resultados separada);
  - Total dos lucros ou prejuízos e os rendimentos e gastos reconhecidos noutro rendimento integral.

A IAS 1 inicialmente endossada pela UE foi também objeto de algumas alterações posteriores, pelas revisões emitidas pelo IASB em junho de 2011, e endossada através do Regulamento (CE) n.º 475/2012 da Comissão, de 5 de junho. Esta última revisão alterou o § 82, clarificando as rubricas relativas aos resultados que devem ser apresentadas de forma desagregada na demonstração dos resultados, alterando a alínea b), custos financeiros, por custos de financiamento, enfatizando por esta via os custos financeiros mais diretamente ligados aos financiamentos.

O próximo subcapítulo dedica-se à apresentação dos estudos relacionados com a temática objeto de análise na recente dissertação.

### 2.3 Revisão da literatura

Um novo paradigma da divulgação surge com a necessidade das entidades, para além das divulgações obrigatórias, incluírem igualmente as divulgações voluntárias para legitimar as suas ações (Silva, 2015). Ereira, (2007:18) refere que « [é] neste contexto, que surge a contabilidade de responsabilidade social e a contabilidade ambiental», abrindo caminho a uma nova forma de divulgação, centrada nas motivações sociais das entidades (*ibid.*).

É nesse mesmo contexto que surge a dicotomia entre o relato financeiro e o não financeiro, por vezes utilizado com o mesmo sentido do relato obrigatório e voluntário, respetivamente, apesar de não consensual Rodrigues *et al.* (2016), designadamente, definem o relato financeiro como o relato com carácter obrigatório, baseado numa EC, modelos de DF e normas definidas por entidades reguladoras, ao passo que o relato não financeiro é identificado com as pressões internas e externas, sendo moldado em função da responsabilidade social e ambiental. Este último, refira-se, tem apresentado um incremento significativo nos últimos anos.

O relato não financeiro foca-se em temáticas económicas, sociais e ambientais cujo objetivo último assenta na sustentabilidade. A informação divulgada segue os relatórios padronizados por várias entidades, como o Global Reporting Initiative (GRI) e o Institute of Social and Ethical Accountability, sendo produzidos de forma autónoma e servindo de complemento aos documentos de prestação de contas (Martins, 2013). Os relatórios produzidos servem igualmente para produzir informação para a cotação no índice de sustentabilidade, como o exemplo do *Dow Jones Sustainability Index*, que avalia as empresas relativamente à capacidade de criação de valor a longo prazo. Tal relato pode adquirir as formas de Relato de Responsabilidade Social (*Corporate Social Responsibility Reporting* (CSR)); Relato de Sustentabilidade (*Sustainability Reporting* (SR)) ou Relato Social e Ambiental (*Social and Environmental Reporting* (SER)) (Rodrigues *et al.*, 2016).

Mais recentemente, em 2010, foi criado a International Integrated Reporting Council (IIRC), com o objetivo de propor um relatório integrado entre a informação não financeira (*non-GAAP*) e financeira com capacidade preditiva quanto à criação de valor nas empresas (Cheng *et al.*, 2014). A conceção do relatório integrado teve lugar durante quatro anos, culminando a sua conclusão em 2013.

Historicamente, no entanto, refira-se que o incumprimento nos empréstimos hipotecários residenciais nos Estados Unidos da América (EUA) foi o principal impulsionador para a crise do *subprime* de 2008/2009. Após esse período, foi desenvolvido um novo paradigma do *Corporate Reporting*, no sentido de dar resposta às alterações necessárias no relato das empresas e evitar a ausência de informação (Rodrigues *et al.*, 2016). O relatório integrado, designado por IR, pretende propiciar aos utentes informação útil e menos complexa para que estes possam tomar as suas decisões, centrando-se principalmente no relato financeiro (GAAP), relato não financeiro (*non-GAAP*) e na redução da complexidade da informação.

Cheng *et al.* (2014:92) identificam as matérias que levam à criação de valor no curto, médio e longo prazo, através do novo paradigma de IR, ao proporcionar informação nas seguintes matérias: estratégia, governação, desempenho e perspetivas futuras de uma organização.

A EC do IR indica que as empresas devem inclusive incluir informação sobre todos os recursos utilizados, identificando-os como *capitals*, com seis componentes: *financial; manufactured; intellectual; human; social and relationship; e natural (ibid.)*, informação que potencia uma correta avaliação do risco e uma perspetiva sobre o crescimento de valor da empresa (Rodrigues *et al.*, 2016).

A informação sobre o *capitals* proporciona aos utentes uma visão integrada do relato financeiro e não financeiro, existe uma visão integrada entre dinheiro e pessoas, atribuindo uma relevância não unicamente no capital financeiro e produtivo mas também nas atividades humanas, que compreende o intelectual, social e o relacionamento juntamente com os recursos humanos (*ibid.*).

A EC do IR baseia-se em princípios, definindo os conceitos fundamentais, os princípios básicos e os elementos de conteúdo do IR, onde os capitais financeiros e não financeiros aparecem integrados, por forma a reduzir a complexidade do relato ao se ter uma visão global(*ibid.*).

A componente mais importante no IR é saber como as empresas criam valor, e a interligação entre os vários componentes designados *capitals* que conduzem à criação de valor. A visão estratégica e a missão fazem parte do processo dinâmico que levam à criação de valor, perspetivando o futuro e não se baseando na informação histórica (*ibid.*).

A nova forma de ver o relato, que tende a ser menos complexo e mais integrado, pode levar a uma nova forma das empresas fazerem os seus negócios (Cheng *et al.*, 2014).

A adoção das NIC, com a flexibilidade concedida pela IAS 1, possibilitou às entidades adaptarem o relato às suas necessidades, tendo em conta a exposição internacional e a sinalização da informação aos *stakeholders*. A inclusão de várias formas de relato, como a demonstração dos resultados por natureza ou funções, notas de rodapé e apresentação *multi-step*, possibilitam uma melhor comparabilidade e compreensibilidade da informação (Ribeiro, 2014).

Embora o normativo contabilístico internacional tenha evoluído no sentido de uma clarificação da informação a apresentar nas DF, denota-se uma preocupação dos utentes na diversidade de apresentação, não descurando que demasiada agregação e inconsistência torna difícil a interpretação da informação entre os vários relatos (Albuquerque *et al.*, 2015).

Tais preocupações encontram-se patentes nas estratégias definidas pelo IASB, tendo o relato financeiro evoluído para outras formas de apresentação, como o já mencionado IR (Rodrigues *et al.*, 2016).

Na UE, tal preocupação deu lugar a uma nova diretiva com enfoque na componente não financeira. Em causa, a Diretiva n.º 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, e que altera a Diretiva 2013/34/UE no que se refere à divulgação de informações não financeiras. A referida diretiva introduz o artigo 19.º-A, onde descreve o conteúdo da informação não financeira a ser relatada pelas grandes empresas de interesse público. A informação não financeira passa a ser parte do relatório de gestão, como uma demonstração não financeira, e deve englobar informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades.

As recentes alterações ao relato traçam a preocupação do legislador com a estrutura e o conteúdo da informação não financeira que deve figurar no relato, para uma melhor comparabilidade e compreensibilidade da informação por parte dos utilizadores.

De referir, adicionalmente, que a evolução das novas formas de reporte não tem sido exclusivamente através da atualização das normas contabilísticas, mas igualmente com o

apoio das tecnologias de informação, como o eXtensible Business Reporting Language (XBRL).

O XBRL foi reconhecido pela IFRS Foundation (2010), como uma das ferramentas desenvolvidas para dar resposta ao crescente volume de informação e para o processamento da mesma de uma forma mais célere. O FASB reforça igualmente a importância desta linguagem, considerando o reporte atual possivelmente obsoleto face aos novos modelos de reporte.

Geron (2016) vai ainda mais longe, adicionando outros benefícios à sua utilização, como o aumento da perceção da informação relevante para uma maior compreensibilidade, assim como para diminuir a assimetria informacional, o que igualmente contribui para uma maior comparabilidade da informação.

Os estudos sobre a estrutura de apresentação das DF tiveram início nos EUA em meados do século XX a partir de Fjeld (1936b; 1936a)<sup>9</sup>. A mesma temática foi mais tarde desenvolvida por Ding, Stolowy e Tenenhaus (2003), onde foram analisadas as empresas francesas quanto à escolha da sua estrutura de relato e os seus fatores explicativos (Ding *et al.*, 2005).

No entanto, os estudos desenvolvidos sobre esta temática indicam que tradicionalmente o relato por funções está ligado à influência do *United States Generally Accepted Accounting Principles* (U.S. GAAP), ao passo que o relato por naturezas a uma tipologia mais rígida, como a que prevaleceu em França antes da adoção das IAS/IFRS, com forte influência da legislação fiscal no relato (Ding *et al.*, 2005). De referir que a situação destacada pelo autor encontra paralelo em Portugal através de duas vertentes: quer por via dos modelos propostos nos normativos nacionais (POC e SNC); quer por via da padronização estabelecida em termos nacionais no que respeita à obrigatoriedade de preenchimento da IES.

As teorias da agência e da sinalização justificam também a opção da apresentação do relato por funções. Nesse sentido, entidades com forte implementação internacional

---

<sup>9</sup> Fjeld, E. I., 'Balance-Sheet Form and Classification in Corporate Reports', **The Accounting Review**, Vol. 11, No. 3, 1936a.

Fjeld, E. I., 'Classification and Terminology of Individual Balance-Sheet Items', **The Accounting Review**, Vol. 11, No. 4, 1936b.

tendem a adotar o normativo IAS/IFRS, com o fator internacionalização a pesar na escolha das entidades aquando da adoção do tipo de relato (*ibid.*).

Outros fatores podem influenciar a estrutura de apresentação das DF, como verificaram Ding *et al.* (2005), pioneiros no estudo da estrutura das DF, que associaram a escolha da estrutura da demonstração dos resultados a determinados fatores explicativos, como a internacionalização das vendas e a dimensão.

Wamugo (2009) salienta a importância da estrutura de apresentação das DF na representação fidedigna da informação financeira da entidade e na avaliação do seu desempenho. O autor enfatiza ainda a importância da estrutura das DF para efeitos de tomada de decisões de investimento na seguinte passagem (*ibid.*: 57):

*The presentation format therefore should be such as to meet the users' needs. The investors use the income statement information to make different types of investment decisions therefore the information should be presented in such a way as to meet a variety of users' needs.*

A estrutura de apresentação das DF foi igualmente objeto de análise no estudo de Ding, Jeanjean e Stolowy (2005), que procuraram explicação acerca das formas alternativas *versus* formas *standards* ou padronizadas de apresentação das DF, as primeiras mais ligadas aos países anglo-saxónicos (países do tipo *common law*) e as segundas, tradicionalmente, aos países franceses (do tipo *code law*). A partir de uma amostra de 199 entidades francesas de larga dimensão, o estudo propôs-se a identificar as razões por trás da seleção, para a demonstração dos resultados e para o balanço, de um formato de apresentação por natureza (mais associado aos países franceses) em vez de um formato de apresentação por maturidade e função, respetivamente (mais associados aos países anglo-saxónicos). Entre os fatores explicativos identificados, através de regressão logística, como associados à seleção de um ou mais formatos de apresentação por tais entidades encontram-se o grau de internacionalização da entidade, assim como razões financeiras (auditor externo, cotação no exterior e a decisão de aplicar normativos contabilísticos alternativos) e comerciais (dimensão e nível de internacionalização).

Cumprer referenciar que Wamugo (2009), para além das estruturas indicadas por Ding *et al.* (2005), onde se incluem apresentação da demonstrações dos resultados por funções e naturezas, identificou várias outras com especificidades quanto à informação que podem transmitir aos utentes da informação, tais como:

- *The matrix format*, estrutura que dinamiza os utentes quanto à informação que é possível extrair das DF;
- *Numeric versus non Numeric Forms of Presentation*, em que é possível mais informação não financeira; e
- *Tabular versus graphical presentation*, onde existem um maior poder de sintetização da informação.

Embora a disposição da demonstração dos resultados seja mais ou menos consensual, considerando a maior exposição internacional à necessidade de ligação ao normativo Anglo-Saxónico e à sua forma de apresentação, ainda existe uma grande divergência na classificação (Ding *et al.*, 2001), embora permaneça a apresentação por *multi-step*<sup>10</sup>.

A disposição vertical tem larga influência dos requisitos das entidades de capital aberto quanto às obrigações fiscais a cumprir (Ding *et al.*, 2001; Wamugo, 2009). Situação análoga pode ser observada ao nível interno, no que diz respeito aos gastos financeiros líquidos diretamente ligados aos financiamentos das entidades.

Albuquerque, Marcelino e Quirós (2015), por sua vez, analisaram as designações apresentadas no balanço, mais recentemente designada demonstração da posição financeira, de entidades com valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado português durante os períodos de 2009 e 2010. O estudo procurou obter evidência acerca da existência, ou não de diferenças estatisticamente significativas relativamente à estrutura e alteração da estrutura do relato consolidado publicado pelas entidades, em virtude da entrada em vigor em Portugal do SNC. O estudo procurou obter evidências de que o normativo contabilístico utilizado nas contas individuais da empresa-mãe (NIC ou SNC) resultaria em diferenças estatisticamente significativas na estrutura e alteração da estrutura das entidades analisadas. Com base em medidas estatísticas descritivas e a partir do teste não paramétrico de Mann-Whitney U, não foi identificado, no entanto, um suporte razoável para as hipóteses inicialmente definidas.

Gonçalves (2013) releva a existência de distintas teorias que influenciam a divulgação da informação financeira nos relatórios e contas das sociedades. De facto, nos estudos sobre o tema é possível identificar que informação financeira divulgada pelas entidades, quer

---

<sup>10</sup> Apresentação de margem, custos operacionais e custos financeiros.

nos relatórios e contas, quer nas *press releases*, encontra-se influenciada por fatores explicativos que estão na base de distintas teorias, de onde se destacam as seguintes:

- Teoria da agência;
- Teoria da sinalização;
- Teoria baseadas na fiscalidade;
- Teoria económica da política;
- Teoria da legitimidade;
- Teoria dos *stakeholders*;
- Teoria positiva da contabilidade;
- Teoria da atribuição.

Tais teorias servem de base à construção de várias hipóteses em diferentes estudos com temáticas distintas, como o estudo sobre as opções de financiamento das pequenas e médias empresas (PME) portuguesas (Albuquerque, 2013), as teorias relacionadas com a estrutura de capital das empresas (Semedo, 2015), sobre o relato do risco (Ereira, 2007; Silva, 2015), bem como a divulgação de informação nas DF em distintas matérias (Avelino, Colauto e Cunha, 2013; Costa, 2015).

As teorias e respetivos fatores explicativos subjacentes à divulgação de informação não se cingem ao seu carácter obrigatório, mas também à informação voluntária, como identifica Isidro e Marques (2010), servindo como base para a formulação das hipóteses dos distintos estudos nessa área. O Quadro 2.7 identifica um conjunto de estudos baseados nas teorias explicativas da divulgação da informação financeira.

An *et al.* (2011) *apud* Almeida (2014:5)<sup>11</sup> identificou igualmente a existência de

outras teorias que poderiam explicar as divulgações voluntárias do capital intelectual, por exemplo, as teorias: institucional, custos de propriedade, perspectivas baseada em recursos, teoria da utilidade decisão, teoria da gestão de impressões, teoria contabilidade da economia política e outras que podem surgir.

O capítulo seguinte dedica-se à apresentação das hipóteses e linhas metodológicas definidas para esta dissertação.

---

<sup>11</sup> An, Y., Davey, H. & Eggleton, I.R.C (2011). **Towards a comprehensive theoretical framework for voluntary IC disclosure**. *Journal of Intellectual Capital*, 12(4), 571-585.

**Quadro 2.7:** Estudos baseados nas teorias explicativas da divulgação.

<b>Autores</b>	<b>Agência</b>	<b>Sinalização e assimetria da informação</b>	<b>Económica da política</b>	<b>Stakeholders</b>	<b>Legitimidade</b>	<b>Positiva da Contabilidade</b>	<b>Propriedade</b>	<b>Atribuição</b>	<b>Baseadas na fiscalidade</b>
<b>Albuquerque (2013)</b>	X	X							X
<b>Avelino, Colauto e Cunha (2013)</b>					X				
<b>Branco e Góis (2012)</b>	X	X							
<b>Costa (2015)</b>	X	X	X						
<b>Ereira (2007)</b>	X	X	X	X	X	X			
<b>Gaio e Mateus (2014)</b>	X	X	X		X				
<b>Jensen e Meckling (1976)</b>	X	X			X		X		
<b>Kabir (2010)</b>						X			
<b>Lemos (2011)</b>	X	X			X		X		
<b>Martins (2013)</b>	X	X		X	X				
<b>Reis (2012)</b>	X	X	X	X	X	X			
<b>Ross (1977)</b>		X							
<b>Semedo (2015)</b>	X	X							X
<b>Setyorini e Ishak (2012)</b>	X					X			
<b>Shehata (2014)</b>	X	X			X				
<b>Silva (2015)</b>	X	X	X	X	X	X	X	X	
<b>Spence (1973)</b>		X							
<b>Staubus (1994)</b>	X								
<b>Takao e Lantara (2007)</b>	X								
<b>Watts e Zimmerman (1978)</b>						X			

### 3. HIPÓTESES E METODOLOGIA

Este capítulo, dividido em dois subcapítulos, dedica-se à apresentação das hipóteses e da metodologia seguida nesta dissertação, de modo a dar resposta aos objetivos previamente definidos, e tendo em conta a revisão de literatura anteriormente apresentada. Nesse sentido, será possível identificar no subcapítulo relativo à metodologia a seguinte informação, por sua vez dividida em três subpontos: população, período e fonte de recolha da informação, variáveis dependentes e independentes utilizadas e, por fim, as técnicas estatísticas utilizadas.

#### 3.1 Hipóteses

Este estudo pretende analisar a comparabilidade e a compreensibilidade da informação reportada pelas entidades cotadas na demonstração dos resultados por naturezas e nas notas às contas, respetivamente, no que diz respeito aos itens de gastos e rendimentos financeiros.

Para o efeito, e em ligação com a revisão de literatura efetuada, foram definidas hipóteses que procuram identificar a existência de um maior ou menor nível de comparabilidade e de compreensibilidade, tal como anteriormente definidos, em função de determinados fatores explicativos selecionados a partir da revisão de literatura previamente efetuada.

Assim, foi definida a hipótese (H) geral que se apresenta seguidamente, a partir da qual derivam as hipóteses operacionais subsequentes.

**H1:** O nível de apresentação (**comparabilidade**) na demonstração dos resultados e de divulgação (**compreensibilidade**) nas notas às contas dos itens de gastos e rendimentos financeiros por parte das entidades cotadas distinguem-se em função de determinados fatores explicativos.

Os fatores explicativos selecionados para análise, e incluídos nas hipóteses operacionais, tiveram por base as teorias explicativas da agência, sinalização e legitimidade, que procuram justificar, em particular, o nível de divulgação a partir de elementos tais como a dimensão, o auditor externo, o endividamento, o setor de atividade e a rendibilidade (Albuquerque, 2013; Ereira, 2007; Silva, 2015; Costa, 2015; Gonçalves, 2013 e Isidro e Marques, 2010).

De acordo com a teoria da agência, as empresas de maior **dimensão** e, conseqüentemente, com maior exposição ao interesse público apresentam maiores necessidades de divulgação de informação (Silva, 2015).

A dimensão das empresas constitui um dos fatores explicativos mais utilizados nos estudos relacionados com a análise da estrutura de capital (Albuquerque, 2013). Efetivamente, os estudos empíricos têm maioritariamente comprovado a associação entre a dimensão e a informação divulgada (Watts e Zimmerman, 1978). A associação positiva entre dimensão da entidade e a divulgação é justificada ainda pelo maior número de *stakeholders*, que obriga a uma maior quantidade de informação a divulgar (Silva, 2015).

A associação da dimensão da entidade com a divulgação da informação também está presente quando existem conflitos entre a gestão e os acionistas à luz da teoria da agência, obrigando a uma divulgação mais extensa da informação nas empresas maiores (Branco e Góis, 2012). Ao mesmo tempo, a dimensão e a responsabilidade social das empresas providenciam um *full disclosure* da informação, ao facultar aos preparadores das DF melhores condições para a divulgação da informação (*ibid.*).

A maior exposição ao interesse público e, conseqüentemente, maiores necessidades de divulgação da informação, também explica a associação entre esta e a dimensão das entidades (Silva, 2015). Tal asserção é reforçada pela teoria da legitimidade, que pressupõe a existência de um contrato social entre a sociedade e a entidade (Ereira, 2007).

Verifica-se empiricamente, na generalidade dos estudos analisados, uma relação positiva entre a dimensão e a divulgação da informação financeira, sendo disso exemplo os estudos de Ding *et al.* (2005), Lemos (2011), Gaio e Mateus (2014), Branco e Góis (2012), Nunes (2014) e Gonçalves (2013).

O fator explicativo **dimensão** (DIM) encontra-se subjacente à definição da H1.1 proposta para este estudo.

É comumente aceite que as empresas com maior exposição ao interesse público estão associadas a empresas de maior dimensão (Ereira, 2007), uma vez que são estas as empresas com maior valor negociado em bolsa. Decorrente de tal exposição, as empresas que integram o **PSI-20**, à luz da teoria da sinalização, tendem a divulgar mais informação (*ibid.*), e a qualidade da informação apresenta-se tendencialmente superior, no sentido de enviar sinais ao *stakeholders* quanto ao valor da empresa (Branco e Góis, 2012).

Tal asserção é igualmente corroborada por Silva (2015), que refere a maior exposição ao interesse público como fator explicativo da divulgação.

Apresentando tais entidades indicadores superiores à média das empresas cotadas (Gao e Mateus, 2014), trata-se de um grupo diferenciado de entidades que poderão explicar, em parte, níveis de divulgação dos resultados financeiros diferenciados face ao grupo não pertencente ao mesmo índice.

O fator explicativo **PSI-20** encontra-se subjacente à definição da H1.2 proposta para este estudo.

O nível de **endividamento** das empresas é igualmente utilizado nos estudos envolvendo os índices de divulgação abarcando diferentes temáticas, designadamente os estudos de Ding *et al.* (2005), Lemos *et al.*, (2009), Lemos (2011) e Nunes (2014), subordinados aos instrumentos financeiros derivados, ou o estudo sobre as teorias da estrutura de capital das empresas desenvolvido por Semedo (2015).

A teoria da agência reforça, no mesmo sentido, a necessidade de mais informação quando existe um maior endividamento por parte das empresas. À luz da referida teoria, o endividamento surge como um fator explicativo, pela associação entre a divulgação de informação e os interesses dos gestores, credores e acionistas, como constata Gonçalves (2013:46) ao afirmar que «empresas mais endividadas tendem a divulgar mais informação para os seus credores e acionistas, para desta forma diminuírem os custos de agência e assimetria de informação». Conclusão idêntica à referida por Jacinto (2012), ao verificar que o endividamento influencia o nível de informação divulgada.

Silva (2015) refere que a teoria da sinalização ajuda a explicar a distinção entre as empresas que apresentam fracas rendibilidades e as que apresentam rendibilidades que lhes permitem captar investimento. Ross (1977) considera que uma entidade com acréscimo de alavancagem aumenta o seu valor, existindo por tal facto uma associação positiva entre o endividamento e o valor da entidade. Nesse sentido, a teoria da sinalização encontra-se igualmente associada ao endividamento, na medida que as empresas com maior valor ou mais crescimento emitem dívida como um sinal positivo relativamente ao negócio promovido pela empresa, opinião partilhada por Semedo (2015).

O estudo de Lemos *et al.* (2009) reafirma que a variável endividamento é das mais utilizadas relativamente à divulgação sobre instrumentos financeiros derivados. No âmbito de outra temática, Ku Ismail e Chandler (2005a)<sup>12</sup> *apud* Santos (2013) demonstraram que a divulgação da informação nos relatórios intercalares das empresas da Malásia era influenciada pelo endividamento das empresas, sendo esta a única variável em que existia uma associação direta.

O fator explicativo **endividamento** (END) encontra-se subjacente à definição da H1.3 proposta para este estudo.

A qualidade da informação das DF apresenta igualmente uma associação positiva com o **auditor externo** (Ding *et al.*, 2005; Lemos, 2011; Nunes, 2014; Lemos *et al.* 2009), designadamente, verificaram que o auditor externo constitui um fator explicativo do nível de divulgação.

Na mesma linha, Gaio e Mateus (2014) concluem que existe uma relação significativa entre a divulgação financeira e o tipo de auditor externo, identificando que as empresas «auditadas por grandes empresas internacionais (Big four) divulgam mais informação» (*ibid.*:65).

O fator explicativo **auditor externo** (Big4) encontra-se subjacente à definição da H1.4 proposta para este estudo.

Na ótica de Gaio e Mateus (2014), o **setor de atividade** com maior impacto na sociedade tendencialmente divulga mais informação. Por outro lado, quando a informação é adversa, as empresas seguem a mesma tendência da empresa dominante no setor, optando por não divulgar a informação (Branco e Góis, 2012). Apesar disso, não se identifica de uma forma clara ou precisa uma associação direta entre o nível de divulgação e o setor de atividade (*ibid.*).

O fator explicativo **setor de atividade** (SET) encontra-se subjacente à definição da H1.5 proposta para este estudo.

---

<sup>12</sup> KU ISMAIL, Ku Nor Izah; CHANDLER, Roy - **Disclosure in the quarterly reports of Malaysian companies, Financial Reporting Regulation and Governance.** [Em linha] The electronic journal of the Accounting Standards Interest Group of AFAANZ. ISSN 1449-2318. 4:1 (2005a).

A variável **rendibilidade** é normalmente utilizada como medida da eficiência empresarial (Branco e Góis, 2012), encontrando-se presente em vários estudos como determinantes dos níveis de divulgação (*ibid.*).

Designadamente, a rendibilidade surge como outro dos fatores que a teoria da agência associa ao nível de divulgação da informação, com entidades de maior rendibilidade a apresentarem níveis mais elevados de informação para apresentarem aos acionistas o resultado da sua gestão (Silva, 2015). Constata-se, nesse sentido, que a rendibilidade é superior com o aumento da participação dos gestores no capital, o que diminui os custos de agência em virtude da conciliação de interesses (Semedo, 2015), em sentido contrário à associação negativa entre o custo de financiamento e a qualidade da informação divulgada (Ereira, 2007), que pode conduzir a custos reais mais elevados do que os custos de agência.

Outra teoria que explica a divulgação da informação é a teoria da sinalização desenvolvida por Spence, em 1973, que se fundamenta nos sinais que as empresas enviam para o mercado para informar os *stakeholders* sobre determinadas informações relevantes para a tomada de decisões (Lopes, 2015). Os sinais referidos podem ser positivos ou negativos, de acordo com a rendibilidade das empresas (Albuquerque, 2013) e desempenham um meio também para sinalizar o valor da empresa, com as empresas de maior valor a enviar sinais positivos ao mercado (Branco e Góis, 2012). As empresas são compelidas a mostrar que têm mais valor que as demais para captar investimento e para a criação de uma imagem (Shehata, 2014), associando-se a esse crescimento de sinalização um incremento de informação financeira.

A teoria económica da política, por sua vez, sustenta que o sistema político-social e económico condiciona a forma de relato das entidades, legislando os governos no sentido de influenciar as entidades quanto ao seu relato (Ereira, 2007). Silva (2015) refere que a pressão exercida pelos vários agentes económicos leva a que as entidades divulguem informação voluntária para obter apoio dos *stakeholders*. Tsalavoutas (2009) reconhece que as entidades com resultados apreciáveis são alvo de maior escrutínio do público, como também da classe política, de modo a obter benefícios das suas atuações a favor do público em geral.

Os estudos empíricos de Lemos (2011) e Hassan, Percy e Stewart (2006), no que diz respeito à associação entre a divulgação e a rendibilidade das empresas, constataram que

existe uma associação positiva entre tais elementos. No entanto, a literatura não se apresenta consistente (Gaio e Mateus, 2014). O estudo de Silva (2015), a título de exemplo, não permitiu verificar uma associação estatisticamente significativa entre a rendibilidade e o nível de divulgação do risco nas empresas.

O fator explicativo **rendibilidade (REN)** encontra-se subjacente à definição da H1.6 proposta para este estudo.

Um dos elementos que também não pode ser descurado no contexto deste estudo respeita, ainda, aos potenciais efeitos da **normalização contabilística** incidente sobre os aspetos da apresentação e divulgação dos itens de gastos e rendimentos financeiros.

A normalização contabilística, como fator explicativo, pretende aferir em que medida a escolha do normativo contabilístico aplicável à entidade (através do normativo contabilístico utilizado pela empresa mãe) pode influenciar o nível de apresentação e de divulgação dos itens de gastos e rendimentos financeiros. Albuquerque *et al.* (2015), em estudo nacional, procuraram identificar em que medida o normativo contabilístico (POC/SNC ou IAS/IFRS) influenciavam os aspetos relacionados com a apresentação nas contas consolidadas de tais entidades. Contudo, os resultados do estudo não permitiram validar a hipótese proposta.

O fator explicativo **normalização contabilística (NC)** encontra-se subjacente à definição da H1.7 proposta para este estudo.

Sob outra perspetiva, a **temporalidade** na apresentação da informação financeira pode, eventualmente, influenciar a informação divulgada, nomeadamente pela aplicação de diferentes normativos contabilísticos aplicáveis à data ou efeitos de ajustamento e aprendizagem. Assim, se por um lado Soares (2012) defende que a informação transmitida deve conter algumas características como a padronização, de modo a que a mesma seja comparável mesmo que analisada em diferentes períodos, Fernández *et al.* (2006) *apud* Lemos *et al.* (2009)<sup>13</sup>, por outro, investigaram os efeitos do tempo e as várias alterações de normativos com as respetivas consequências na divulgação dos derivados

---

<sup>13</sup> FERNÁNDEZ, Carlos Mir, MORENO, David, OLMEDA, Ignacio (2006). Determinantes de la Revelación de Información sobre derivados financieros en el mercado Español. V *Workshop de Investigación Empírica en Contabilidad Financiera, I Jornada de Investigación de la REFC, 18 a 20 de outubro, Madrid;*

financeiros, comprovando que existem alterações nas contas anuais ao longo do tempo, evoluindo positivamente.

Considerando ainda os anos de 2005 e 2010 como marcos históricos na aplicação dos normativos contabilísticos em Portugal (IAS/IFRS e SNC, respetivamente), por parte das entidades que integram o índice geral do Euronext Lisboa, a inclusão dos dois fatores explicativos anteriormente mencionados (**normalização contabilística** e **temporalidade**) mostra-se relevante na tentativa de aferir das eventuais implicações de tais elementos em termos da apresentação e divulgação dos itens de gastos e rendimentos financeiros.

O fator explicativo **Temporalidade (TEMP)** será considerado para a análise dos índice de apresentação (IA) e índice de divulgação (ID) das empresas conforme o ano de recolha da informação (dados publicamente disponíveis) em cada um dos períodos: 2005, 2010 e 2015. As razões por trás da inclusão da referida variável encontram-se abaixo indicadas:

- no ano de 2005 as entidades cotadas passaram a estar sujeitas à obrigatoriedade de apresentar as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o normativo internacional (IAS/IFRS) tal como adotado pela UE, tendo por base quer o Regulamento n.º 1.606/2002, quer o Decreto-Lei n.º 35/2005;
- em 2010, foi aprovado um novo normativo contabilístico nacional, o SNC, através do Decreto-Lei n.º 158/2009, que revogou o anterior POC, atribuindo novo enquadramento dos gastos e rendimentos financeiros, tal como referido no capítulo anterior;
- por fim, a introdução do ano de 2015 no estudo justifica-se pela distância de dez anos desde a introdução das IAS/IFRS e cinco anos após a entrada em vigor do SNC e correspondente revogação do POC, sendo importante identificar a influência do período de relato (maior ou menor estabilização dos padrões de relato) no nível de apresentação e de divulgação dos itens de gastos e rendimentos financeiros.

O **TEMP** encontra-se subjacente à definição da H1.8 proposta para este estudo.

Por fim, é de importante menção o facto de a IAS 1 (IASB, 2005) não apresentar uma estrutura definida relativamente à apresentação da demonstração dos resultados por natureza, no entanto o § 85 Regulamento (UE) n.º 2015/2406 da Comissão, de 18 de

dezembro, vem enfatizar a necessidades de apresentar títulos e subtópicos na demonstração dos resultados, com especial incidência nos lucros e prejuízos atribuíveis aos detentores do capital próprio e dos interesses minoritários, quando essa informação seja relevante para a leitura das DF. A apresentação dos interesses minoritários na DF foram objeto de estudo por Albuquerque *et al.* (2015) quanto à terminologia utilizada, concluindo que a mesma era influenciada pelos melhoramentos no normativo do IASB, mas relativamente à disposição na demonstração dos resultados não foi aferida se a mesma era afetada.

Embora sejam escassos os estudos sobre a disposição dos resultados financeiros na demonstração dos resultados, é possível a partir do normativo seguir uma linha orientadora. O § 81 da IAS 1 do Regulamento n.º 1126/2008 indica como informação mínima da face da demonstração dos resultados o item de custos financeiros, entre outros itens financeiros que podem fazer parte integrante da referida demonstração, agrupando-os por natureza.

Com a introdução do fator explicativo **resultado financeiro (RF)** pretende-se verificar se o mesmo é apresentado na estrutura da demonstração dos resultados e nas notas às contas de forma consentânea com a estrutura mínima definida na IAS 1.

Embora o Regulamento n.º 1126/2008 dos §§ 103 a 107, não especifique um item financeiro para ser divulgado nas notas às contas, à imagem do § 81, a referência cruzada entre os itens da demonstração dos resultados e as notas às contas deve ser efetivo.

Embora a padronização e sistematização não seja rigidamente definida como no POC, o § 113 do Regulamento n.º 2015/2406, indica que as entidades devem apresentar as notas de uma forma sistemática, para não comprometer a compreensibilidade e a comparabilidade das demonstrações financeiras. Não obstante não existirem estudos que possam indicar um sentido, espera-se uma associação relevante quando as entidades divulgam os resultados financeiros na demonstração dos resultados e nas notas às contas.

O **(RF)** encontra-se subjacente à definição da H1.9 proposta para este estudo.

A Quadro 3.1 sintetiza as hipóteses operacionais propostas, identificando ainda os estudos mencionados na revisão da literatura que contribuíram para a sua formulação. A coluna “sinal esperado” corresponde ao sentido da relação proposta neste estudo entre os fatores explicativos analisados e o nível de apresentação (**comparabilidade**) na demonstração

dos resultados e de divulgação (**compreensibilidade**) nas notas às contas dos itens de gastos e rendimentos financeiros.

**Quadro 3.1:** Sumário das hipóteses e estudos relacionados.

<b>Hipótese operacional</b>	<b>Fator explicativo</b>	<b>Sinal esperado</b>	<b>Estudos relacionados</b>
<b>H1.1</b>	DIM	+ elevado	Albuquerque (2013); Branco e Góis (2012); Dantas, Rodrigues, Rodrigues, Capelletto (2010); Ding, Jeanjean e Stolowy (2005); Gaio e Mateus (2014); Gonçalves (2013); Lemos (2011); Nunes (2014); Pereira, (2013); Silva (2015); Watts e Zimmerman (1978).
<b>H1.2</b>	PSI-20	+ elevado	Gaio e Mateus (2014).
<b>H1.3</b>	END	+ elevado	Branco e Góis (2012); Ding, Jeanjean e Stolowy (2005); Ku Ismail e Chandler (2005a); Lemos (2011); Lemos, Rodrigues e Ariza (2009); Nunes (2014); Pereira, (2013); Santos (2013); Semedo (2015).
<b>H1.4</b>	Big4	+ elevado	Branco e Góis (2012); Ding, Jeanjean e Stolowy (2005); Ku Ismail e Chandler (2005a); Lemos (2011); Lemos, Rodrigues e Ariza (2009); Nunes (2014); Santos (2013); Semedo (2015).
<b>H1.5</b>	SET	Indeterminado	Branco e Góis (2012); Gaio e Mateus (2014).
<b>H1.6</b>	REN	Indeterminado	Branco e Góis (2012); Dantas, Rodrigues, Rodrigues, Capelletto (2010); Gaio e Mateus (2014); Hassan, Percy e Stewart (2006); Lemos (2011); Pereira, (2013); Silva (2015).
<b>H1.7</b>	NC	Indeterminado	Albuquerque, Marcelino e Cariano (2015).
<b>H1.8</b>	TEMP	Indeterminado	Soares (2012); Fernández, Moreno e Olmeda (2006); Lemos, Rodrigues e Ariza (2009).
<b>H1.9</b>	RF	+ elevado	Não foram identificados estudos que utilizassem a referida variável como fator explicativo em estudos similares.

O subcapítulo seguinte identifica as linhas metodológicas definidas no sentido de dar resposta às hipóteses propostas.

## 3.2 Metodologia

No presente subcapítulo são apresentados a população, o período de abrangência do estudo, a fonte e método de recolha da informação, as variáveis selecionadas e, por fim, os métodos estatísticos utilizados para a consecução dos objetivos inicialmente definidos.

### 3.2.1 População, período e fonte de recolha

A população objeto de estudo é constituída pelas empresas cotadas no Euronext Lisboa que integravam o índice PSI Geral em 2005, 2010 e 2015. Tais entidades encontram-se, ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, sujeitas às NIC tal como adotadas pela UE nas suas contas consolidadas.

O Quadro 3.2. identifica a população objeto deste estudo, compreendendo um total de 49 entidades distintas ao longo dos três períodos selecionados.

Entre as entidades constantes do índice PSI Geral foram excluídas as entidades do setor financeiro e segurador, por estarem sujeitas a regulamentação específica no âmbito da competência do Banco de Portugal e da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, respetivamente, o que poria em causa a comparabilidade da informação recolhida e sujeita à análise. As Sociedades Anónimas Desportivas (SAD) foram igualmente excluídas da população por apresentarem um período de relato diferente do ano civil, distintamente das restantes entidades objeto de estudo. Outras exclusões, decorrentes de situações particulares, respeitam à entidade Pharol, SGPS S.A. no ano de 2015, por estar envolvida em acontecimentos marcantes que resultaram em alterações significativas em alguns dos indicadores, bem como, para o mesmo ano, a Orey Antunes, S.A., excluída por apresentar as suas DF de acordo com as normas de contabilidade ajustadas (NCA).

A população selecionada segue, assim, procedimentos similares aos estudos em áreas relacionadas, designadamente os estudos de Albuquerque *et al.* (2015), Nunes (2014), Gaio e Mateus (2014) e Lemos (2011). A identificação das entidades que integram o PSI-20 foi efetuada a partir do *site* da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), ao passo que a classificação por setor de atividade teve por base o *Industry Classification Benchmark* (ICB) divulgado no *site* da Bolsa de Lisboa.

**Quadro 3.2:** Caracterização da população por setor de atividade.

Entidade (ICB)	ISIN	2005	2010	2015
Altri (2000)	PTALTOAE0002	Y	Y	Y
Brisa (2000)	PTBSSKOM0003	Y	Y	-
CIMPOR (2000)	PTCPR0AM0003	Y	Y	Y
CIN (1000)	PTCINOAE0007	Y	-	-
CIRES (1000)	PTCIR0AE0008	Y	-	-
Cofina (5000)	PTCFN0AE0003	Y	Y	Y
Compta (9000)	PTCOM0AE0007	Y	Y	Y
Corticeira Amorim (3000)	PTCOR0AE0006	Y	Y	Y
CTT (2000)	PTCTT0AM0001	-	-	Y
EDP (7000)	PTEDP0AM0009	Y	Y	Y
EDP Renováveis (7000)	ES0127797019	-	Y	Y
EFACEC Capital (2000)	PTEFA0AE0006	Y	-	-
Estoril Sol (5000)	PTESO0AE0000	Y	Y	Y
F. Ramada (1000)	PTFRV0AE0004	-	Y	Y
Fisipe (1000)	PTFSP0AE0004	Y	Y	-
Galp Energia (0001)	PTGAL0AM0009	-	Y	Y
Gescartão (1000)	PTGCT0AM0008	Y	-	-
Glantt Pararede (9000)	PTPAD0AM0007	Y	Y	Y
Ibersol (5000)	PTIBS0AE0008	Y	Y	Y
Imob. Construtora Grão Pará (2000)	PTGPA0AP0007	Y	Y	Y
Impresa (5000)	PTIPR0AM0000	Y	Y	Y
Inapa (1000)	PTINA0AP0008	Y	Y	Y
Jerónimo Martins (5000)	PTJMT0AE0001	Y	Y	Y
Lisgráfica (2000)	PTLIGOAE0002	Y	Y	Y
Luz Saude (4000)	PTEPT0AM0005	-	-	Y
Martifer (2000)	PTMFR0AM0003	-	Y	Y
Media Capital (5000)	PTGMC0AM0003	Y	Y	Y
Modelo Continente (50000)	PTMOC0AE0007	Y	-	-
Mota Engil (2000)	PTMEN0AE0005	Y	Y	Y
NOS - PT Multimédia (5000)	PTSON0AM0006	Y	Y	Y
Novabase (9000)	PTNBA0AM0006	Y	Y	Y
Orey Antunes (2000)	PTORE0AM0002	Y	Y	-
Papelaria Fernandes (1000)	PTPFE0AP0001	Y	-	-
Pharol - Portugal Telecom (6000)	PTPTC0AM0009	Y	Y	-
Reditus (9000)	PTRED0AP0010	Y	Y	Y
REN (7000)	PTRELOAM0008	-	Y	Y
Sacyr Vallehermoso (2000)	ES0182870214	Y	-	-
SAG Gest (5000)	PTSAG0AE0004	Y	Y	Y
Semapa (1000)	PTSEM0AM0004	Y	Y	Y
Soares da Costa (2000)	PTSCO0AE0004	Y	Y	Y
Sonae Indústria (2000)	PTS3POAM0017	Y	Y	Y
Sonae, SGPS (5000)	PTSON0AM0001	Y	Y	Y
Sonaecom (6000)	PTSNC0AM0006	Y	Y	Y
Sumolcompal (3000)	PTSMLOAM0009	Y	Y	Y
Teixeira Duarte (2000)	PTTDU0AM0007	Y	Y	Y
TERTIR (2000)	PTTIR0AE0002	Y	-	-
The Navigator Company - Portucel (1000)	PTPTI0AM0006	Y	Y	Y
Toyota Caetano Portugal (2000)	PTSCT0AP0018	Y	Y	Y
VAA Vista Alegre Atlantis (3000)	PTVAA0AE0001	Y	Y	Y
	<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>39</b>	<b>37</b>
<b>Legenda:</b>	Entidades cotadas no PSI-20			Y
	Entidades cotadas no ano			Y
	Entidades não cotadas no ano			-

Fonte: Euronext Lisboa (2016).

Na elaboração das contas individuais da empresa-mãe, o mesmo normativo poderá ser utilizado em alternativa aos normativos nacionais vigentes em Portugal (POC, até 2009; e SNC de 2010 em diante).

A introdução de mais anos na investigação atribui um ganho marginal na informação recolhida, em consequência da manutenção de políticas contabilísticas e de relato (Ding *et al.*, 2005). Contudo, no contexto do presente estudo os anos de 2005 e 2010 apresentam-se determinantes na identificação de novas políticas contabilísticas em virtude, designadamente, da entrada em vigor das IAS/IFRS no ano de 2005 para as entidades cotadas e, em 2010, a introdução de um novo sistema de normalização contabilístico, o SNC, razões que justificam a inclusão dos referidos anos.

O Quadro 3.3 apresenta as empresas distribuídas por setor de atividade, verificando-se uma maior concentração em três setores, 1000, *Basic Materials*, 2000, *Industrials* e 5000, *Consumer Services*, com 71% do total da população.

**Quadro 3.3:** Caracterização da população por subsetor de atividade.

	N.º	%	Classificação proposta	% Setor
<b>0001, Oil &amp; Gas</b>	1	2%		
<b>1000, Basic Materials</b>	9	18%		
<b>2000, Industrials</b>	16	33%	Setores industriais	
<b>3000, Consumer Goods</b>	3	6%		59%
<b>4000, HealthCare</b>	1	2%		
<b>5000, Consumer Services</b>	10	21%		
<b>6000, Telecommunications</b>	2	4%	Setores não industriais	
<b>7000, Utilities</b>	3	6%		
<b>9000, Technology</b>	4	8%		41%
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>100%</b>		<b>100%</b>

**Fonte:** Euronext Lisboa.

O setor industrial, que compreende as classificações de 0001 - *Oil & Gas* a 3000 - *Consumer Goods*, representam 59%, ao passo que o setor não industrial, com as classificações de 5000 *Consumer Services* a 9000 - *Technology*, representam os remanescentes 41% da população objeto de estudo.

### 3.2.2 Variáveis

Os IA e ID têm sido utilizados em estudos que abarcam distintos temas, tais como a comparabilidade, a divulgação dos riscos e as divulgações obrigatórias indicadas no âmbito das normas contabilísticas (Albuquerque *et al.*, 2015; Gaio e Mateus, 2014; Souza, 2012; Lemos, 2011; e Magro, 2014), servindo como instrumento de análise da problemática em causa (Branco e Góis, 2012). Tal metodologia utiliza uma pontuação dicotómica, com a atribuição do valor “1” quando o item é **aplicável e divulgado/apresentado** e o valor “0” quando é **aplicável e não divulgado/não apresentado**.

Para a atribuição da pontuação sobre as divulgações dos itens para este estudo foram definidos os seguintes critérios, à luz da metodologia utilizada por Frias (2012), e tendo por base uma classificação efetuada a partir dos seguintes valores:

- 0: quando a opção/item é **aplicável mas não divulgado/não apresentado**;
- 1: quando a opção/item é **aplicável e divulgado/apresentado**;
- 2: quando a opção/item não é aplicável (não é possível apurar o seu enquadramento na demonstração dos resultados ou nas notas às contas).

A escolha da pontuação acima apresentada não é isenta de objeções, tal como identifica Lemos (2011:88) ao referir que «[m]uitos dos itens não divulgados pelas empresas poderão estar relacionados com operações que não foram levadas a cabo e, por isso, a sua não divulgação não significa falta de cumprimento com o normativo». Lemos (2011) refere ainda, a esse propósito, que a utilização da opção “2” pode enviesar os resultados do estudo para os itens sobre os quais não foi possível apurar com precisão o seu enquadramento. Chau e Gray (2002) *apud* Frias (2012)<sup>14</sup> ressaltam, no entanto, que a atribuição da opção “2” apenas deve ser efetuada após serem analisadas todas as menções nas notas contabilísticas e retiradas todas as conclusões sobre a sua divulgação, de modo a minimizar a sua utilização, procedimento adotado neste estudo.

Para a análise dos conceitos relativos à comparabilidade e da compreensibilidade, tal como definidos neste estudo, foram construídos índices de apresentação e de divulgação, respetivamente, tendo como ponto de partida a estrutura identificada no anexo I do

---

<sup>14</sup> Chau, G.K. e Gray, S.J. (2002), “Ownership structure and corporate voluntary disclosure in Hong Kong and Singapore”, *The International Journal of Accounting* 37, 247-265.

Decreto-Lei n.º 238/91, que descreve as várias rubricas de custos e proveitos financeiros, tendo-se procedido na sequência aos devidos ajustamentos à luz dos desenvolvimentos emanados das IAS/IFRS e, por consequência, do SNC, designadamente, os itens relacionados com o justo valor.

No Quadro 3.4 são apresentados os catorze itens (IA<sub>j</sub>, onde j=1, 2, 3, ..., 14) que compõem o índice de apresentação total (IAT), recolhidos a partir da demonstração dos resultados.

**Quadro 3.4: IA para a comparabilidade.**

<b>Item</b>	<b>Itens de apresentação (IA) – Comparabilidade</b>
<b>IA1</b>	Apresentação dos montantes dos ganhos/perdas em empresas associadas ou entidades conjuntamente controladas
<b>IA2</b>	Apresentação dos montantes relativos às imparidades (perdas/reversões) e variações de justo valor em instrumentos financeiros (outros que não os identificados no IA1, incluindo outros investimentos financeiros), exceto derivados
<b>IA3</b>	Apresentação dos montantes relativos aos ganhos/perdas na alienação de instrumentos financeiros (outros que não os identificados no ID1), exceto derivados
<b>IA4</b>	Apresentação dos montantes relativos aos ganhos/perdas em instrumentos financeiros derivados
<b>IA5</b>	Apresentação dos montantes relativos aos juros suportados
<b>IA6</b>	Apresentação dos montantes relativos aos juros obtidos
<b>IA7</b>	Apresentação dos montantes relativos às diferenças de câmbio (favoráveis/desfavoráveis)
<b>IA8</b>	Apresentação dos montantes relativos aos descontos de pronto pagamento (obtidos/concedidos)
<b>IA9</b>	Apresentação dos montantes (residuais) relativos aos outros ganhos/perdas de natureza financeira ou de financiamento, que não os identificados acima (IA1 a IA8)
<b>IA10</b>	Existência de outras agregações para os ganhos em instrumentos financeiros (eventuais agregações dos IA1 a IA4 – todos ou alguns), que não as previstas individualmente nos itens acima
<b>IA11</b>	Existência de outras agregações para os juros (agregação do IA5 e IA6), que não as previstas individualmente nos itens acima
<b>IA12</b>	Existências de outras agregações com diferentes designações para os gastos financeiros, que não as previstas anteriormente (agregações de itens financeiros de formas distintas das anteriores - IA1 a IA11, exceto IA5)
<b>IA13</b>	Existências de outras agregações com diferentes designações para os rendimentos financeiros, que não as previstas anteriormente (agregações de itens financeiros de formas distintas das anteriores - IA1 a IA11, exceto IA6)
<b>IA14</b>	Existências de outras agregações com diferentes designações para os resultados financeiros

O quadro 3.5, por sua vez, apresenta os itens (ID<sub>j</sub>, onde j=1, 2, 3, ..., 15) que compõem o índice de divulgação total (IDT), recolhidos a partir das notas às contas.

A seleção de tais itens teve como pressuposto a necessidade de cumprimento do requisito imposto pelas NIC de referenciação cruzada entre a demonstração dos resultados e as notas às contas, tendo por tal facto cada IA<sub>j</sub> uma correspondência imediata com o ID<sub>j</sub> de

mesmo número. Assim, e na medida em que o referido requisito seja cumprido, é expectável a verificação de uma relação direta entre o nível de cumprimento de um IDj e o respetivo IAj associado.

**Quadro 3.5:** ID para a compreensibilidade.

<b>Item</b>	<b>Itens de divulgação (ID) – Compreensibilidade</b>
<b>ID1</b>	Divulgação dos montantes dos ganhos/perdas em empresas associadas ou entidades conjuntamente controladas
<b>ID2</b>	Divulgação dos montantes relativos às imparidades (perdas/reversões) e variações de justo valor em instrumentos financeiros (outros que não os identificados no ID1, incluindo outros investimentos financeiros), exceto derivados
<b>ID3</b>	Divulgação dos montantes relativos aos ganhos/perdas na alienação de instrumentos financeiros (outros que não os identificados no ID1), exceto derivados
<b>ID4</b>	Divulgação dos montantes relativos aos ganhos/perdas em instrumentos financeiros derivados
<b>ID5</b>	Divulgação dos montantes relativos aos juros suportados
<b>ID6</b>	Divulgação dos montantes relativos aos juros obtidos (ver divulgações do rédito a esse propósito)
<b>ID7</b>	Divulgação dos montantes relativos às diferenças de câmbio (favoráveis/desfavoráveis)
<b>ID8</b>	Divulgação dos montantes relativos aos descontos de pronto pagamento (obtidos/concedidos)
<b>ID9</b>	Divulgação dos montantes relativos aos outros ganhos/perdas de natureza financeira ou de financiamento, que não os identificados acima (ID1 a ID8)
<b>ID10</b>	Existência de outras agregações para os ganhos em instrumentos financeiros (eventuais agregações dos ID1 a ID4 – todos ou alguns), que não as previstas individualmente nos itens acima
<b>ID11</b>	Existência de outras agregações para os juros (agregação do ID5 e ID6), que não as previstas individualmente nos itens acima
<b>ID12</b>	Existências de outras agregações com diferentes designações para os gastos financeiros, que não as previstas anteriormente (agregações de itens financeiros de formas distintas das anteriores - ID1 a ID11, exceto ID5)
<b>ID13</b>	Existências de outras agregações com diferentes designações para os rendimentos financeiros, que não as previstas anteriormente (agregações de itens financeiros de formas distintas das anteriores - ID1 a ID11, exceto ID6)
<b>ID14</b>	Existências de outras agregações com diferentes designações para os resultados financeiros

Tal como proposto para um dos itens do IA, mais especificamente o IA0, foi igualmente proposto um ID específico, de carácter geral, para avaliar a existência de referência cruzada entre os itens financeiros apresentados na demonstração dos resultados e as notas do anexo (baseado no § 113 da IAS 1) – elemento subjacente ao IA0.

De referir que a opção pelo Decreto-Lei n.º 238/91, anteriormente referenciado, tem em conta o facto de ter sido este um modelo adotado durante um maior número de anos em Portugal, por um lado, bem como por ser este um modelo com maior nível de padronização e enfoque nas componentes de rendimentos e gastos financeiros, por comparação aos normativos anteriormente mencionados.

Os resultados relativos ao nível de apresentação dos itens de gastos e rendimentos financeiros foram analisados a partir de três índices para o efeito construídos, abaixo identificados:

1. IAT1, que corresponde a um detalhe do IAT e que inclui os itens IA1 a IA9;
2. IAT2, que corresponde a um detalhe do IAT e que inclui os itens IA10 a IA14;
3. IAT, que inclui os itens IA1 ao IA14;

Similarmente, foram criados três índices para a análise do nível de divulgação dos itens de gastos e rendimentos financeiros, conforme descritos abaixo:

1. IDT1, que corresponde a um detalhe do IDT e que inclui os itens ID1 a ID9;
2. IDT2, que corresponde a um detalhe do IDT e que inclui os itens ID10 a IA14;
3. IDT, que inclui os itens ID1 a ID14;

Cada um dos índices anteriormente referidos foram construídos em consonância com o descrito na fórmula 3.1.

$$(3.1) \quad \frac{\sum_{j=1}^n e_j}{n}$$

Onde:

$e_j$  = Elemento de divulgação  $j$  em análise do índice ;

$n$  = Pontuação máxima dos itens analisados do índice.

Para a interpretação dos dados, os parâmetros definidos por Taplin (2006) serão tidos por referência, considerando que um valor para o índice no intervalo [0-0,49(9)] denota um reduzido nível de apresentação e de divulgação; o intervalo [0,5-0,69(9)] indica, por sua vez, um nível moderado; e, por fim, valores iguais ou acima de 0,7 são identificativos de um nível elevado.

Para os fatores explicativos subjacentes às hipóteses definidas no subcapítulo 3.1., foram identificadas variáveis independentes que sirvam de *proxy* ao fenómeno ou realidade económica que se pretende captar. Tais variáveis foram selecionadas tendo por base as proposições identificadas em estudos similares sobre índices de apresentação ou divulgação, designadamente, Albuquerque (2013), Ding *et al.* (2005), Lemos (2011), Gaio e Mateus (2014), Branco e Góis (2012), Nunes (2014), Gonçalves (2013), Magro (2014) e Taplin (2011).

O quadro 3.6 sintetiza os fatores explicativos utilizados neste estudo, as variáveis que lhes servem de *proxies*, bem como a forma de identificação/obtenção das mesmas.

**Quadro 3.6:** Variáveis independentes e formas de determinação.

<b>Fator explicativo</b>	<b>Variável(is)</b>	<b>Forma de determinação</b>
<b>DIM</b>	Total do ativo (AT), volume de negócios (VN) e capitalização bolsista (CB)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Total do ativo</li> <li>▪ Volume de negócios</li> <li>▪ Capitalização bolsista</li> </ul> <p><b>Variáveis <i>dummies</i> obtidas a partir da seguinte classificação:</b>            0: Igual ou inferior à mediana da distribuição;            1: Superior à mediana da distribuição.</p>
<b>PSI-20</b>	PSI-20	Entidades classificadas como integrantes, ou não, o PSI-20. <p><b>Variável <i>dummy</i> obtida a partir da seguinte classificação:</b>            0-Não Integra o PSI-20;            1-Integra o PSI-20.</p>
<b>END</b>	Endividamento (ENDIV) e Solvabilidade (SOLV)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Total do passivo x 100 / Total do ativo</li> <li>▪ Capitais próprios x 100 / Total do passivo</li> </ul> <p><b>Variáveis <i>dummies</i> obtidas a partir da seguinte classificação:</b>            0: Igual ou inferior à mediana da distribuição;            1: Superior à mediana da distribuição.</p>
<b>Big4</b>	Big4	Entidades classificadas como pertencentes, ou não, às Big 4 <p><b>Variável <i>dummy</i> obtida a partir da seguinte classificação:</b>            0: Não pertencente às Big4;            1: Pertencente às Big4.</p>
<b>SET</b>	SET	Entidades classificadas como pertencentes, ou não, aos setores industriais [0001,3000] <p><b>Variável <i>dummy</i> obtida a partir da seguinte classificação:</b>            0: Não pertence aos setores industriais;            1: Pertence aos setores industriais.</p>

<b>Fator explicativo</b>	<b>Variável(is)</b>	<b>Forma de determinação</b>
<b>REN</b>	Rendibilidade do ativo (RA) e rendibilidade das vendas (RV)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Resultado líquido x 100 / Total do ativo</li> <li>▪ Resultado líquido x 100 / Volume de negócios</li> </ul> <p><b>Variáveis <i>dummies</i> obtidas a partir da seguinte classificação:</b>  0: Valor igual ou inferior à mediana da distribuição;  1: Superior à mediana da distribuição.</p>
<b>NC</b>	NC	<p>Entidades classificadas consoante utilizassem, ou não, para a elaboração das contas individuais da empresa-mãe, o normativo IAS/IFRS</p> <p><b>Variável <i>dummy</i> obtida a partir da seguintes classificação:</b>  0: Não utiliza o NC IAS/IFRS;  1: Utiliza o NC IAS/IFRS.</p>
<b>TEMP</b>	TEMP	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 2005</li> <li>▪ 2010</li> <li>▪ 2015</li> </ul> <p>Entidades classificadas consoante a informação em análise (dados disponíveis) respeitar, ou não, ao ano em análise.</p> <p><b>Variáveis <i>dummies</i> obtidas a partir da seguintes classificação:</b>  0: Informação não referente ao ano em análise;  1: Informação referente ao ano em análise.</p>
<b>RF</b>	Apresentação do RF: na demonstração dos resultados (RF_DR) e nas notas às contas (RF_N)	<p>Entidades classificadas consoante a divulgação, ou não, do RF na DR.</p> <p>Entidades classificadas consoante a divulgação, ou não, do RF nas notas às contas.</p> <p><b>Variável <i>dummy</i> obtida a partir da seguintes classificação:</b>  0: Não divulga o RF;  1-Divulga RF.</p>

De notar-se que, pelo facto de o presente estudo socorrer-se do teste não paramétrico de Mann Whitney-U (ver **secção 3.2.3** seguinte), tornou-se necessário proceder à transformação das variáveis contínuas, por intermédio de classificações, em variáveis dicotómicas (também designadas variáveis *dummies*). Para esse propósito, a escolha recaiu sobre o valor da mediana da distribuição, em linha com estudos anteriores (Ding, Jeanjean e Stolowy, 2005; Frias, 2012; Gonçalves, 2013; Lemos, Rodrigues e Ariza, 2009; Lopes e Rodrigues, 2006; Rodrigues, 2016; Souza, 2012).

### **3.2.3 Técnicas estatísticas utilizadas**

Para o tratamento inicial dos dados, foi utilizada a estatística descritiva e exploratória de dados, através das medidas de localização de tendência central como a média, mediana e

moda e medidas de dispersão como o desvio-padrão (Albuquerque, 2013; Branco e Góis, 2012; Cariano, 2012; Frias, 2012; Lemos, 2011; Silva, 2015).

Sequencialmente, foi efetuado o teste não-paramétrico de Mann-Whitney-U, utilizado normalmente para testar a igualdade de duas distribuições populacionais (Laureano, 2013; Pereira e Patrício, 2013), considerado uma alternativa ao teste *t* para amostras independentes (Pereira e Patrício, 2013; Laureano, 2013). Tendo em conta a necessidade de desagregar a população em dois grupos não emparelhados, tornou-se necessário para as variáveis não-dicotómicas, AT, VN, CB, ENDIV, RA e RV, efetuar o procedimento de separação em função da mediana da população. O referido recurso foi igualmente utilizado por Albuquerque (2013), Guillamon-Saorin, Helena e Marques (2014), Lopes (2015), Lemos, Rodrigues e Ariza (2009), Setyorini e Ishak (2012) e Silva (2015).

O teste tem como nível de significância bilateral o valor máximo de 0,05, medido através da estatística do teste, significância assintótica (Bilateral), para rejeitar a hipótese nula, para um nível de confiança de 95%. A fórmula subjacente ao cálculo é a que se apresenta no quadro 3.7.

**Quadro 3.7:** Cálculo de Mann-Whitney U.

$$U = n_1 n_2 + \frac{n_2(n_2 + 1)}{2} - \sum_{i=n_1+1}^{n_2} R_i$$

*U* = Test Mann-Whitney U

*n*<sub>1</sub> = Sample size one

*n*<sub>2</sub> = Sample size two

*R*<sub>*i*</sub> = Rank of the sample size

**Fonte:** Adaptado Gago e Silva (2001).

O tratamento estatístico será efetuado, com recurso ao programa informático SPSS, versão 23.0.

Apresentadas acima as linhas metodológicas subjacentes ao estudo proposto, o próximo capítulo dedica-se à apresentação e discussão dos resultados obtidos.

## **4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Para dar resposta às hipóteses formuladas no capítulo precedente, serão apresentados neste os resultados da análise estatística efetuada em consonância com as linhas metodológicas anteriormente definidas. Para o efeito, encontra-se estruturado em dois subcapítulos: na primeira, serão brevemente analisados os resultados globais identificados para cada índice proposto e os respetivos itens que os integram, com recurso à estatística descritiva e exploratória; na sequência, serão analisados os resultados relativos às hipóteses propostas, incluindo, nesse sentido, para além do recurso anterior, a análise do teste não paramétrico de Mann-Whitney U que permitirá identificar a existência, ou não, de diferenças significativas entre os resultados obtidos para cada índice em função dos fatores explicativos selecionados para esse estudo. Por fim, e ainda neste último subcapítulo, será apresentada uma sumarização dos principais resultados obtidos e detalhados nos pontos precedentes.

### **4.1 Análise descritiva dos itens financeiros**

No presente subcapítulo serão avaliados os índices e os itens quanto à sua frequência, tendo por consideração na sua expressão qualitativa os parâmetros definidos por Taplin (2006), identificados no capítulo precedente.

Relativamente à apresentação dos itens na demonstração dos resultados, a partir da Tabela 4.1 é possível verificar que o índice IAT, que compreende os itens IA1 a IA14, exibe um valor médio relativamente reduzido para os anos em análise (22%). O índice IAT1, composto pelos itens de IA1 a IA9, apresenta o valor médio mais reduzido, de 17%. A justificação para o valor médio mais reduzido, por comparação ao IAT2 (com média de 27%), que integra os itens IA10 a IA14, encontra-se associado ao facto de as entidades optarem pela maior agregação dos itens de gastos e rendimentos na demonstração dos resultados, o que se reflete nos valores mais elevados para o último índice mencionado.

No que respeita aos ID, e por recurso à mesma tabela, é possível verificar um comportamento inverso. O índice IDT assinala o valor médio de 66%, com os itens ID1 a ID9 a concorrer para a formação do valor mais elevado, como se confirma pelo valor médio de 96% do índice IDT1. Constata-se que o referido índice apresenta pouca oscilação ao longo dos anos em análise, sendo de notar um ligeiro crescimento. Assim, e

tendo em conta os valores obtidos para o referido índice, e por contraposição aos valores médios obtidos para o índice IDT2 (30%), que agrega os itens ID10 a ID14, é possível concluir que os itens relativos aos gastos e rendimentos financeiros são maioritariamente divulgados pelas entidades de uma forma não agregada.

Por fim, de notar que o ano de 2005 apresenta o menor valor para o IAT, em decorrência de um valor mais reduzido neste ano para o IAT2. Por outro lado, o IDT apresenta o valor mais elevado da série em 2010, por força sobretudo de um valor mais expressivo para o IDT2 observável no referido ano.

**Tabela 4.1:** Frequência dos índices.

<i>Âmbito</i>	<i>Índice</i>	<i>Valores médios anuais</i>			<i>Média</i>
		<b>2005</b>	<b>2010</b>	<b>2015</b>	
<i>Apresentação</i>	IAT1	18%	17%	17%	17%
	IAT2	17%	33%	31%	27%
	IAT	17%	24%	23%	22%
<i>Divulgação</i>	IDT1	94%	97%	98%	96%
	IDT2	23%	40%	26%	30%
	IDT	62%	72%	65%	66%

A Tabela 4.2 identifica, por sua vez, os itens integrantes dos índices relativos à apresentação das componentes de gastos e rendimentos na demonstração dos resultados.

Com base em tais dados, é possível verificar que o item IA1, respeitante à apresentação dos montantes dos ganhos/perdas em empresas associadas ou entidades conjuntamente controladas, constitui o item mais frequentemente apresentado (93% em média). Em 2005, o referido item foi apresentado por cerca de 95% das entidades, reduzindo ligeiramente nos anos de 2010 e 2015, com valores de 91% e 93% respetivamente. Ainda assim, tais valores apresentam-se sempre superiores aos restantes itens, fixando-se a média em 93%.

À exceção do item IA1 referido acima, apenas os itens IA12 a IA 14 apresentam valores médios superiores a um terço das observações, respeitando tais itens às agregações de vários itens de gastos e rendimentos financeiros.

É possível verificar um acréscimo nas frequências de apresentação de tais itens ao longo dos anos, exceção feita ao IA14 no ano de 2015. Relativamente ao IA2, apresentação dos montantes relativos às imparidades (perdas/reversões) e variações de justo valor em instrumentos financeiros, é possível verificar um acréscimo ao longo dos períodos analisados, duplicando a apresentação deste item desde 2005 a 2015. A fundamentação para o referido incremento encontra-se relacionada com entrada do novo normativo IAS/IFRS, caracterizado pelo princípio do justo valor, e a evidenciar esse facto na apresentação das DF (Costa, 2009).

Por fim, importa referir que o item IA0, com um valor médio de 42%, pretende avaliar, exclusivamente, se as entidades reportam o conceito de resultado financeiro na demonstração dos resultados, não integrando, por tal facto, os índices em análise neste estudo. Para o ano de 2005, o item anteriormente mencionado apresenta um valor de 48% registando um decréscimo para os restantes anos.

**Tabela 4.2:** Frequência dos itens IA.

Item	Anos			Média
	2005	2010	2015	
IA0	48%	38%	41%	42%
IA1	95%	91%	93%	93%
IA2	13%	17%	32%	20%
IA3	10%	36%	10%	19%
IA4	0%	6%	0%	2%
IA5	2%	0%	5%	3%
IA6	0%	0%	3%	1%
IA7	8%	10%	3%	7%
IA8	0%	0%	0%	0%
IA9	5%	3%	8%	5%
IA10	0%	6%	3%	3%
IA11	7%	6%	0%	4%
IA12	27%	46%	59%	44%
IA13	25%	44%	62%	44%
IA14	24%	54%	32%	37%

A Tabela 4.3 identifica, por fim, os itens integrantes dos índices relativos à divulgação das componentes de gastos e rendimentos nas notas às contas.

**Tabela 4.3:** Frequência dos itens ID.

Item	Anos			Média
	2005	2010	2015	
<b>ID0</b>	98%	97%	95%	97%
<b>ID1</b>	86%	85%	100%	91%
<b>ID2</b>	100%	100%	95%	98%
<b>ID3</b>	90%	100%	100%	97%
<b>ID4</b>	92%	100%	100%	97%
<b>ID5</b>	95%	100%	100%	98%
<b>ID6</b>	97%	100%	100%	99%
<b>ID7</b>	95%	100%	97%	97%
<b>ID8</b>	95%	93%	83%	91%
<b>ID9</b>	95%	100%	100%	98%
<b>ID10</b>	0%	6%	3%	3%
<b>ID11</b>	2%	3%	5%	4%
<b>ID12</b>	44%	87%	49%	60%
<b>ID13</b>	45%	87%	49%	60%
<b>ID14</b>	24%	10%	24%	20%

A partir da referida tabela é possível avaliar um comportamento bastante diferenciado face à tabela anterior, com os itens de divulgação a apresentarem em termos médios valores geralmente mais elevados do que os obtidos para os itens relacionados com os índices de apresentação.

De notar-se que os itens relacionados com o IDT1 (ID1 a ID9) apresentam valores moderados ou elevados de divulgação (geralmente superiores a 90%) e com menores flutuações ao longo dos anos, o que demonstra uma divulgação mais homogénea de tais itens nas notas às contas.

Os itens ID10 e ID11, integrantes do IDT2, correspondem aos elementos menos divulgados, e representam agregações para os ganhos/perdas em instrumentos financeiros e de outros juros. Tais resultados confirmam a reduzida propensão para as empresas agruparem informação desta natureza, possivelmente devido à especificidade e/ou complexidade dos instrumentos financeiros.

Também integrantes do IDT2, os itens ID12 e ID13 apresentam médias em torno dos 60%, seguindo-se-lhe o item ID14, com 20%.

O item ID0, não incluído nos índices relativos à divulgação em análise, e relacionado com a identificação da existência de referência cruzada entre os itens apresentados na demonstração dos resultados e nas notas às contas (§ 113 da IAS 1), indica um nível de divulgação elevado, com o valor de 98% em 2005, sofrendo uma redução em 2010 e 2015, mas ainda assim com o valor mínimo de 95% e média de 97%.

O subcapítulo seguinte dedica-se á análise dos resultados relativos aos fatores explicativos da apresentação e divulgação dos itens de gastos e rendimentos financeiros, tendo por referência o teste estatístico de Mann-Whitney U, sem descurar, contudo, a apresentação de dados relativos à análise descritiva.

## **4.2 Fatores explicativos relativos à apresentação e divulgação**

Este subcapítulo apresenta a análise relativa aos distintos fatores explicativos identificados no capítulo precedente como explicativos do nível de apresentação de divulgação dos itens de gastos e rendimentos financeiros na demonstração dos resultados e notas às contas, respetivamente. Relaciona-se, de igual modo e pela mesma ordem, com cada uma das hipóteses previamente definidas.

Para o fator explicativo DIM, foram definidas três variáveis como *proxies*, nomeadamente: AT, VN e a CB. Na Tabela 4.4 são apresentadas as medidas de tendência central e de dispersão para as variáveis relacionados com a DIM.

Com base nos dados da tabela 4.4, é possível identificar diferenças pouco expressivas para os valores médios na comparação entre os valores obtidos consoante os subgrupos em análise, isto é, com valores iguais ou inferiores à mediana (subgrupo “0”) e superiores à mediana (subgrupo “1”). Destacam-se, apesar disso, diferenças mais significativas nos índices relacionados com a apresentação, de forma mais consistente no que respeita ao IAT1.

De facto, apenas no contexto da CB as diferenças entre os subgrupos apresentam-se expressivas quer para o IAT1, quer para o IAT2. Para a variável IAT2, no entanto, sobressaem diferenças em torno da mediana para os subgrupos em análise para todas as variáveis independentes associadas ao DIM, com destaque para as duas últimas (VN e CB).

**Tabela 4.4:** Medidas descritivas para o fator explicativo dimensão.

<b>Variável AT</b>						
	<b>IAT1</b>		<b>IAT2</b>		<b>IAT</b>	
<b>Subgrupo</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>N. Observações</b>	58	60	58	60	58	60
<b>Média</b>	,145	,202	,264	,269	,202	,227
<b>Mediana</b>	,167	,167	,200	,325	,182	,231
<b>Desvio Padrão</b>	,1312	,1569	,1909	,1608	,1294	,1032
	<b>IDT1</b>		<b>IDT2</b>		<b>IDT</b>	
<b>Subgrupo</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>N. Observações</b>	58	60	58	60	58	60
<b>Média</b>	0,965	,962	,314	,283	,651	,671
<b>Mediana</b>	1,000	1,000	,400	,400	,679	,727
<b>Desvio Padrão</b>	,0844	,0983	,2022	,1897	,1262	,1137
<b>Variável VN</b>						
	<b>IAT1</b>		<b>IAT2</b>		<b>IAT</b>	
<b>Subgrupo</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>N. Observações</b>	58	60	58	60	58	60
<b>Média</b>	,144	,203	,261	,273	,200	,229
<b>Mediana</b>	,167	,167	,200	,400	,182	,231
<b>Desvio Padrão</b>	,1336	,1545	,1902	,1614	,1320	,0995
	<b>IDT1</b>		<b>IDT2</b>		<b>IDT</b>	
<b>Subgrupo</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>N. Observações</b>	58	60	58	60	58	60
<b>Média</b>	0,968	,960	,321	,276	,655	,668
<b>Mediana</b>	1,000	1,000	,400	,400	,700	,707
<b>Desvio Padrão</b>	,0827	,0995	,2016	,1890	,1261	,1144
<b>Variável CB</b>						
	<b>IAT1</b>		<b>IAT2</b>		<b>IAT</b>	
<b>Subgrupo</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>N. Observações</b>	58	60	58	60	58	60
<b>Média</b>	,152	,195	,236	,296	,192	,237
<b>Mediana</b>	,167	,167	,200	,400	,182	,240
<b>Desvio Padrão</b>	,1721	,1155	,1946	,1508	,1365	,0902
	<b>IDT1</b>		<b>IDT2</b>		<b>IDT</b>	
<b>Subgrupo</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>N. Observações</b>	58	60	58	60	58	60
<b>Média</b>	0,959	,968	,321	,276	,654	,669
<b>Mediana</b>	1,000	1,000	,400	,400	,700	,692
<b>Desvio Padrão</b>	,0929	,0904	,2051	,1854	,1380	,1002

Adicionalmente, e na comparação entre os valores obtidos consoante as variáveis utilizadas como *proxies* para o fator explicativo em causa, identificam-se valores relativamente próximos, indiciando que as variáveis discriminam de forma relativamente similar os subgrupos análise para o referido fator explicativo.

A Tabela 4.5 identifica, por seu turno, os resultados para o teste de Mann-Whitney U para cada uma das variáveis em análise associadas ao DIM. A partir da referida tabela, constata-se um nível de significância inferior a 5% apenas para a CB, e exclusivamente no que concerne aos índices IAT2 e IAT, relacionados com a apresentação dos itens de gastos e rendimentos na demonstração dos resultados. É também no contexto da mesma variável que o nível de significância do teste para o IAT1 apresenta o valor mais reduzido, sendo, no entanto, superior a 5% (apesar de inferior a 10%).

**Tabela 4.5:** Teste de Mann-Whitney U (Significância Bilateral) para o fator explicativo dimensão.

Variável	IAT1	IAT2	IAT	IDT1	IDT2	IDT
AT	0,22	0,64	0,15	0,89	0,42	0,34
VN	0,19	0,47	0,11	0,73	0,21	0,59
CB	0,09	0,04	0,01	0,50	0,18	0,94

Na Tabela 4.6 são apresentadas as medidas de tendência central e de dispersão para o PSI-20, identificativas das entidades listadas no índice de maior evidência da bolsa portuguesa (subgrupo “1”), sendo possível identificar que a diferença mais expressiva entre os subgrupos em análise para, tendo por base a média, associa-se ao índice IAT, sobretudo por via do IAT1.

**Tabela 4.6:** Medidas descritivas para o fator explicativo PSI-20.

Subgrupo	IAT1		IAT2		IAT	
	0	1	0	1	0	1
N. Observações	68	50	68	50	68	50
Média	,160	,193	,261	,274	,207	,225
Mediana	,167	,167	,200	,325	,191	,231
Desvio Padrão	,1623	,1222	,1904	,1546	,1286	,0995
Subgrupo	IDT1		IDT2		IDT	
	0	1	0	1	0	1
N. Observações	68	50	68	50	68	50
Média	0,961	,967	,304	,290	,653	,673
Mediana	1,000	1,000	,400	,400	,700	,707
Desvio Padrão	,0888	,0955	,2014	,1895	,1286	,1074

Na sequência, a Tabela 4.7 identifica os resultados do teste de Mann-Whitney U para o mesmo fator explicativo. Os dados da tabela identificam níveis de significância mais reduzidos para os IA. Apesar disso, não se apresentam estatisticamente significativos, contrariando os indícios anteriormente lançados.

**Tabela 4.7:** Teste de Mann-Whitney U (Significância Bilateral) para o fator explicativo PSI-20.

Variável	IAT1	IAT2	IAT	IDT1	IDT2	IDT
PSI-20	0,12	0,51	0,18	0,45	0,64	0,57

Para o END, foram definidas duas variáveis como *proxies*, nomeadamente: os rácios de endividamento (ENDIV) e de solvabilidade (SOLV).

A Tabela 4.8 apresenta as medidas de tendência central e de dispersão para as variáveis relacionadas com o END. Os dados identificam, em ambos os casos, diferenças mais expressivas para os índices IAT2 e IDT2 tendo a média por referência. Para a mediana, também as diferenças relativamente ao IDT2 mostram-se relevantes, ainda que de modo exclusivo para a ENDIV.

**Tabela 4.8:** Medidas descritivas para o fator explicativo endividamento.

Variável ENDIV						
	IAT1		IAT2		IAT	
Subgrupo	0	1	0	1	0	1
N. Observações	58	60	58	60	58	60
Média	,171	,176	,275	,259	,217	,213
Mediana	,167	,167	,200	,200	,218	,200
Desvio Padrão	,1259	,1659	,1761	,1761	,1067	,1271
	IDT1		IDT2		IDT	
Subgrupo	0	1	0	1	0	1
N. Observações	58	60	58	60	58	60
Média	0,968	,960	,280	,316	,654	,669
Mediana	1,000	1,000	,325	,400	,667	,727
Desvio Padrão	,0842	,0983	,1933	,1982	,1114	,1282
Variável SOLV						
	IAT1		IAT2		IAT	
Subgrupo	0	1	0	1	0	1
N. Observações	58	60	58	60	58	60
Média	,176	,172	,261	,272	,213	,216
Mediana	,167	,167	,200	,200	,200	,218
Desvio Padrão	,1685	,1242	,1788	,1736	,1291	,1051
	IDT1		IDT2		IDT	
Subgrupo	0	1	0	1	0	1
N. Observações	58	60	58	60	58	60
Média	0,958	,969	,313	,284	,665	,658
Mediana	1,000	1,000	,400	,400	,727	,667
Desvio Padrão	,0997	,0830	,2010	,1913	,1293	,1112

De notar-se, ainda, que apesar das duas variáveis independentes (ENDIV e SOLV) discriminarem em termos médios os mesmos índices nos subgrupos em análise (IAT2 e IDT2), os valores mais reduzidos para os referidos índices no contexto da ENDIV identificam-se nos subgrupos “0” (valores inferiores ou iguais à mediana), contrariamente ao que acontece relativamente à SOLV.

A Tabela 4.9 apresenta os resultados do teste de Mann-Whitney U para cada uma das variáveis associadas ao END. Com base em tais resultados, não se constata diferenças estatisticamente significativas, uma vez que os níveis de significância se apresentam superiores a 5% para todos os casos em análise.

**Tabela 4.9:** Teste de Mann-Whitney U (Significância Bilateral) para o fator explicativo endividamento.

Variável	IAT1	IAT2	IAT	IDT1	IDT2	IDT
ENDIV	0,88	0,66	0,63	0,93	0,21	0,23
SOLV	0,79	0,79	0,69	0,80	0,29	0,42

Seguidamente, a Tabela 4.10 apresenta as medidas de tendência central e de dispersão para o Big4, respeitante às entidades que são auditadas pelas quatro maiores empresas internacionais de auditoria (“0” se não forem auditadas pelas Big4; “1” em caso contrário).

**Tabela 4.10:** Medidas descritivas para o fator explicativo Big4.

Subgrupo	IAT1		IAT2		IAT	
	0	1	0	1	0	1
N. Observações	33	85	33	85	33	85
Média	,120	,195	,179	,301	,146	,241
Mediana	,167	,167	,200	,400	,167	,231
Desvio Padrão	,0953	,1584	,1833	,1609	,1100	,1090
Subgrupo	IDT1		IDT2		IDT	
	0	1	0	1	0	1
N. Observações	33	85	33	85	33	85
Média	0,953	,968	,279	,305	,635	,672
Mediana	1,000	1,000	,400	,400	,700	,700
Desvio Padrão	,1004	,0879	,1980	,1956	,1422	,1093

Por comparação aos fatores explicativos anteriores, verificam-se neste caso diferenças mais expressivas entre os subgrupos analisados para os valores médios associados aos diferentes índices relacionados com a apresentação, com valores médios mais elevados para o subgrupo de empresas auditadas. Sobressaem, particularmente, as diferenças em

torno da mediana para os subgrupos analisados relativamente ao IAT2, refletindo os seus efeitos no IAT. Para os ID, as diferenças mais relevantes destacam-se no âmbito do IDT2, utilizando uma vez mais os valores médios como referência. Também para este último índice são as empresas auditadas a apresentar valores mais expressivos.

Com recurso ao teste estatístico de Mann-Whitney-U, identificado na Tabela 4.11, constata-se níveis de significância inferiores a 0,05 para todos os índices relativos à apresentação (IAT1, IAT2 e IAT), em linha com os indícios obtidos a partir da análise às medidas descritivas previamente efetuada.

**Tabela 4.11:** Teste de Mann-Whitney U (Significância Bilateral) para o fator explicativo Big4.

Variável	IAT1	IAT2	IAT	IDT1	IDT2	IDT
<b>Big4</b>	0,03	0,00	0,00	0,40	0,68	0,31

As medidas descritivas para o SET encontram-se expressas na Tabela 4.12. Não se identificam, a partir da referida tabela, diferenças expressivas entre os subgrupos em análise (“0” para as empresas classificadas em setores não industriais; “1” em caso contrário) no contexto dos distintos índices em avaliação e para as medidas descritivas em análise, salvaguardando uma ligeira exceção para os valores médios do IAT2.

**Tabela 4.12:** Medidas descritivas para o fator explicativo setor de atividade.

Subgrupo	IAT1		IAT2		IAT	
	0	1	0	1	0	1
<b>N. Observações</b>	57	61	57	61	57	61
<b>Média</b>	,183	,165	,250	,282	,212	,217
<b>Mediana</b>	,167	,167	,200	,200	,200	,214
<b>Desvio Padrão</b>	,1742	,1168	,1742	,1767	,1204	,1147
Subgrupo	IDT1		IDT2		IDT	
	0	1	0	1	0	1
<b>N. Observações</b>	57	61	57	61	57	61
<b>Média</b>	0,967	,960	,294	,302	,658	,665
<b>Mediana</b>	1,000	1,000	,400	,400	,700	,714
<b>Desvio Padrão</b>	,0756	,1044	,1828	,2087	,1072	,1315

A Tabela 4.13 identifica os níveis de significância obtidos a partir do teste estatístico de Mann-Whitney U para o fator explicativo anteriormente analisado, não se constatando diferenças significativas entre os subgrupos em análise para os IA e ID.

**Tabela 4.13:** Teste de Mann-Whitney U (Significância Bilateral) para o fator explicativo setor de atividade.

Variável	IAT1	IAT2	IAT	IDT1	IDT2	IDT
SET	0,60	0,35	0,97	0,93	0,80	0,42

A Tabela 4.14 compila os resultados para as medidas descritivas associadas aos índices em função do REN, à semelhança do anteriormente efetuado para os DIM e END. Recorde-se que, para o efeito, duas variáveis foram selecionados como *proxies* daquele fator: a RA e a RV.

**Tabela 4.14:** Medidas descritivas para o fator explicativo rendibilidade.

Variável RA						
	IAT1		IAT2		IAT	
Subgrupo	0	1	0	1	0	1
N. Observações	58	60	58	60	58	60
Média	,147	,200	,228	,304	,183	,246
Mediana	,167	,167	,200	,400	,182	,250
Desvio Padrão	,1171	,1680	,1753	,1687	,1160	,1104
	IDT1		IDT2		IDT	
Subgrupo	0	1	0	1	0	1
N. Observações	58	60	58	60	58	60
Média	0,960	,967	,293	,303	,653	,670
Mediana	1,000	1,000	,400	,400	,700	,700
Desvio Padrão	,0861	,0968	,2006	,1926	,1283	,1118
Variável RV						
	IAT1		IAT2		IAT	
Subgrupo	0	1	0	1	0	1
N. Observações	58	60	58	60	58	60
Média	,142	,204	,229	,303	,184	,244
Mediana	,167	,167	,200	,400	,182	,250
Desvio Padrão	,1211	,1637	,1740	,1705	,1159	,1111
	IDT1		IDT2		IDT	
Subgrupo	0	1	0	1	0	1
N. Observações	58	60	58	60	58	60
Média	0,958	,969	,301	,295	,654	,669
Mediana	1,000	1,000	,400	,400	,700	,700
Desvio Padrão	,0864	,0963	,1956	,1976	,1250	,1154

Iniciando pela análise da média entre os subgrupos analisados, constata-se que são as variáveis associadas aos IA que apresentam diferenças mais expressivas (IAT1, IAT2 e, consequentemente, IAT). Para as duas últimas variáveis dependentes referidas, as diferenças em torno da mediana da distribuição demonstram-se relevantes. De notar-se, ainda, que são as entidades com rendibilidades mais elevadas as que apresentam maiores níveis de apresentação.

Por fim, e na comparação entre as duas variáveis independentes (RA e RV), de destacar os valores relativamente similares que se constata para os índices no contexto de cada um dos grupos, demonstrando a mesma adequação ao fator explicativo em análise (REN).

A Tabela 4.15, por seu turno, identifica para o mesmo fator explicativo os níveis de significância obtidos a partir do teste estatístico de Mann-Whitney U. Confirmando em grande parte as evidências anteriores, é no contexto dos IA que se verificam diferenças significativas entre os subgrupos analisados.

De notar-se que tal se identifica particularmente para as variáveis dependentes IAT2 e IAT, visto que para a variável IAT1 tal evidência não se observa, a um nível de 5%, para os subgrupos segregados em função da RA (ainda que se situe em torno de 10%).

**Tabela 4.15:** Teste de Mann-Whitney U (Significância Bilateral) para o fator explicativo rentabilidade.

Variável	IAT1	IAT2	IAT	IDT1	IDT2	IDT
RA	0,11	0,01	0,00	0,32	0,71	0,65
RV	0,05	0,01	0,00	0,16	0,93	0,57

Seguidamente, a Tabela 4.16 apresenta as medidas de tendência central e de dispersão para o NC, que procura identificar as diferenças entre subgrupos em função do normativo contabilístico utilizado pela empresa-mãe nas suas contas individuais (“0” se não utilizarem as IAS/IFRS; “1” se adotarem o referido normativo).

**Tabela 4.16:** Medidas descritivas para o fator explicativo normalização contabilística.

Subgrupo	IAT1		IAT2		IAT	
	0	1	0	1	0	1
N. Observações	52	66	52	66	52	66
Média	,150	,192	,223	,301	,184	,239
Mediana	,143	,167	,200	,400	,174	,231
Desvio Padrão	,1626	,1319	,1750	,1695	,1134	,1147
Subgrupo	IDT1		IDT2		IDT	
	0	1	0	1	0	1
N. Observações	52	66	52	66	52	66
Média	0,941	,981	,287	,307	,644	,675
Mediana	1,000	1,000	,400	,400	,679	,700
Desvio Padrão	,1221	,0508	,2081	,1867	,1346	,1061

Com base em tais dados, verifica-se que as variáveis dependentes associadas ao nível de apresentação (IAT1, IAT2 e IAT) exibem, quer para os valores médios, quer para as medianas, diferenças mais expressivas entre os subgrupos.

Relativamente às variáveis dependentes identificadas com o nível de divulgação, apenas as variáveis IDT1 e IDT - esta última por consequência da primeira - apresentam diferenças relevantes, sobretudo para os valores médios (para a mediana, apenas para a variável IDT, e de forma menos expressiva do que a verificada para o IAT). Em todos os casos, os valores mais elevados são passíveis de identificação no subgrupo “1”, associados às empresas que adotam as IAS/IFRS também nas contas individuais da empresa-mãe.

Na sequência das medidas descritivas anteriormente apresentadas, a Tabela 4.17 lista, por seu turno, os níveis de significância obtidos a partir do teste estatístico de Mann-Whitney U relativamente ao mesmo fator explicativo. Os resultados da referida tabela encontram-se, linhas gerais, consistentes com a informação obtida em termos das medidas descritivas, sobressaindo, portanto, os níveis de significância inferiores a 5% para as variáveis relacionadas com o nível de apresentação (IAT1, IAT2 e IAT), identificativos de diferenças entre os subgrupos analisados. De mencionar-se, ainda, para um nível de significância inferior a 10%, resultados similares obtidos exclusivamente o IDT1, no que diz respeito às variáveis associadas ao nível de divulgação.

**Tabela 4.17:** Teste de Mann-Whitney U (Significância Bilateral) para o fator explicativo normativo contabilístico.

Variável	IAT1	IAT2	IAT	IDT1	IDT2	IDT
NC	0,03	0,02	0,01	0,07	0,73	0,30

O fator explicativo seguinte, relativo à temporalidade (TEMP), pretende avaliar as diferenças em torno da população em função dos distintos períodos de recolha da informação.

Identifica-se igualmente, em certo sentido, com diferenças em torno do enquadramento normativo em vigor, uma vez que no ano de 2005 vigorava o POC, tendo sido introduzidas obrigações de reporte das contas consolidadas em IAS/IFRS, ao passo que em 2010 aquele normativo foi revogado, passando a vigorar em sua substituição o SNC.

A Tabela 4.18 apresenta as medidas de tendência central e de dispersão para o referido fator. Com recurso à referida informação, identificam-se para os IA diferenças mais expressivas, quer para os valores médios, quer para a mediana, entre os anos de 2005 (com os valores mais elevados) e os anos de 2010 e 2015, sendo o IAT1 uma exceção nesse contexto. Relativamente aos ID, as diferenças mais relevantes identificam-se para o ano de 2010 (também com os valores mais elevados) na comparação com os restantes anos (2005 e 2015), excetuando-se o IDT1. As referidas diferenças verificam-se ainda para as duas medidas descritivas atrás referidas, salvaguardando a inexistência de diferenças no que respeita à mediana para o indicador IDT2 entre 2010 e 2015.

**Tabela 4.18:** Medidas descritivas para o fator explicativo temporalidade.

Subgrupo	IAT1			IAT2			IAT		
	2005	2010	2015	2005	2010	2015	2005	2010	2015
<b>N. Observações</b>	42	39	37	42	39	37	42	39	37
<b>Média</b>	,181	,170	,170	,169	,327	,314	,173	,242	,234
<b>Mediana</b>	,167	,167	,143	,200	,333	,400	,167	,214	,250
<b>Desvio Padrão</b>	,1593	,1110	,1680	,1756	,1443	,1601	,1174	,0865	,1330
Subgrupo	IDT1			IDT2			IDT		
	2005	2010	2015	2005	2010	2015	2005	2010	2015
<b>N. Observações</b>	42	39	37	42	39	37	42	39	37
<b>Média</b>	,937	,973	,983	,231	,404	,262	,622	,715	,650
<b>Mediana</b>	1,000	1,000	1,000	,200	,400	,400	,636	,727	,625
<b>Desvio Padrão</b>	,1231	,0655	,0632	,1991	,1373	,2019	,1408	,0889	,1041

Os níveis de significância estatística obtidos a partir do teste de Mann-Whitney U, tendo presente o fator explicativo anterior, encontram-se vertidos na Tabela 4.19.

Os valores que se apresentam no quadro validam, na generalidade, os resultados já identificados na análise às medidas descritivas, nomeadamente: diferenças estatisticamente significativas, tendo por base um nível de significância inferior a 5%, para os índices de apresentação IAT2 e IAT entre os anos de 2005 e os restantes (2010 e 2015), bem como para os índices de divulgação IDT2 e IDT entre os anos de 2010 e os restantes (2005 e 2015).

**Tabela 4.19:** Teste de Mann-Whitney U (Significância Bilateral) para o fator explicativo temporalidade.

Variável	IAT1	IAT2	IAT	IDT1	IDT2	IDT
<b>TEMP_2005-2010</b>	0,66	0,00	0,00	0,20	0,00	0,00
<b>TEMP_2005-2015</b>	0,62	0,00	0,02	0,03	0,52	0,55
<b>TEMP_2010-2015</b>	0,50	0,96	0,95	0,34	0,00	0,01

A Tabela 4.20 apresenta, por fim, as medidas descritivas relacionadas com o RF. O referido fator pretende identificar se as entidades reportam o resultado financeiro quer na demonstração dos resultados através da RF\_DR, quer nas notas às contas através da RF\_N. Nesse sentido, as entidades incluídas no subgrupo “0” identificam-se com aquelas que não reportam tal informação em cada caso; ao passo que as que o fazem encontram-se incluídas no subgrupo “1”.

**Tabela 4.20:** Medidas descritivas para o fator explicativo resultado financeiro.

<b>Variável RF_DR</b>						
	<b>IAT1</b>		<b>IAT2</b>		<b>IAT</b>	
<b>Subgrupo</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>N. Observações</b>	68	50	68	50	68	50
<b>Média</b>	,180	,165	,325	,187	,243	,176
<b>Mediana</b>	,167	,167	,400	,200	,250	,182
<b>Desvio Padrão</b>	,1205	,1778	,1425	,1857	,0899	,0899
	<b>IDT1</b>		<b>IDT2</b>		<b>IDT</b>	
<b>Subgrupo</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>N. Observações</b>	68	50	68	50	68	50
<b>Média</b>	0,978	,944	,293	,305	,677	,641
<b>Mediana</b>	1,000	1,000	,400	,400	,700	,696
<b>Desvio Padrão</b>	,0771	,1055	,1909	,2040	,1026	,1386
<b>Variável RF_N</b>						
	<b>IAT1</b>		<b>IAT2</b>		<b>IAT</b>	
<b>Subgrupo</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>N. Observações</b>	40	78	40	78	40	78
<b>Média</b>	,221	,150	,287	,256	,250	,197
<b>Mediana</b>	,183	,155	,200	,200	,261	,200
<b>Desvio Padrão</b>	,1857	,1168	,1611	,1826	,1059	,1190
	<b>IDT1</b>		<b>IDT2</b>		<b>IDT</b>	
<b>Subgrupo</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>N. Observações</b>	40	78	40	78	40	78
<b>Média</b>	0,958	,967	,297	,299	,651	,667
<b>Mediana</b>	1,000	1,000	,400	,400	,652	,714
<b>Desvio Padrão</b>	,1071	,0827	,1961	,1969	,1219	,1194

A informação constante do mesmo quadro identifica ainda 50 observações de reportes dessa componente na demonstração dos resultados (menos de metade), face às 78 nas notas às contas (dois terços do total).

Em ambos os casos, as diferenças mais relevantes entre os subgrupos destacam-se no contexto de índices relacionadas com a apresentação. Assim, e tendo presente a primeira

RF\_DR, as diferenças mais expressivas entre os subgrupos situam-se ao nível dos índices de apresentação IAT2 e IAT, com valores médios e medianas mais reduzidos para as entidades que reportam o resultado financeiro (subgrupo “1”). Relativamente à segunda RF\_N, as diferenças mais expressivas localizam-se entre os subgrupos identificados nas variáveis de apresentação IAT1 e IAT. De referir que os valores mais elevados são passíveis de observação no subgrupo “0”, associado às entidades que não apresentam (na demonstração dos resultados) ou não divulgam (nas notas às contas) os resultados financeiros.

A Tabela 4.21 apresenta os níveis de significância obtidos a partir do teste estatístico de Mann-Whitney U relativamente ao mesmo fator explicativo. Os resultados ali identificados apresentam-se alinhados com as conclusões anteriores, na medida em que as diferenças estatisticamente significativas (nível de significância inferior a 5%) são encontradas nos índices IAT2 e IAT, para a RF\_DR, e IAT1 e IAT, para a RF\_N. Adicionalmente, identifica-se também para um ID (o IDT1) um nível de significância inferior a 5%, exclusivamente no contexto da primeira variável dependente em análise (RF\_DR).

**Tabela 4.21:** Teste de Mann-Whitney U (Significância Bilateral) para o fator explicativo resultado financeiro.

Variável	IAT1	IAT2	IAT	IDT1	IDT2	IDT
RF_DR	0,28	0,00	0,00	0,02	0,68	0,27
RF_N	0,01	0,44	0,01	0,86	0,80	0,38

As tabelas seguintes destinam-se a sumarizar os principais resultados obtidos relativamente às estatísticas descritivas e aos resultados do teste estatístico de Mann-Whitney U para os vários índices considerados (variáveis dependentes), tendo em conta os distintos fatores explicativos analisados neste estudo.

A Tabela 4.22 apresenta os valores médios para os índices relativos à apresentação em função dos fatores explicativos e respetivas variáveis. Assim, e com recurso aos dados da tabela, verificam-se um número reduzido de situações em que o nível de apresentação dos itens de gastos e rendimentos atinge valores superiores a 30%.

É possível observar, ainda, que os resultados apontam para valores ligeiramente mais expressivos para o IAT2, particularmente no contexto dos DIM (sobretudo para a CB),

Big4, REN, NC e TEMP. Em todos os casos, é no subgrupo “1” que os valores apresentam-se mais elevados, exceção feita à TEMP “2010-2015”. De referir ainda a RF\_DR, integrante do RF, para a qual também se observa um valor mais elevado para o IAT2 no subgrupo “0”.

**Tabela 4.22:** Valores médios para os IAT.

Fator	H	Variável	IAT1	IAT1	IAT2	IAT2	IAT	IAT
		Subgrupo	0	1	0	1	0	1
<b>DIM</b>	H1.1	AT	0,145	0,202	0,264	0,269	0,202	0,227
		VN	0,144	0,203	0,261	0,273	0,200	0,229
		CB	0,152	0,195	0,236	0,296	0,192	0,237
<b>PSI-20</b>	H1.2	PSI-20	0,160	0,193	0,261	0,274	0,207	0,225
<b>END</b>	H1.3	ENDIV	0,171	0,176	0,275	0,259	0,217	0,213
		SOLV	0,176	0,172	0,261	0,272	0,213	0,216
<b>Big4</b>	H1.4	Big4	0,120	0,195	0,179	0,301	0,146	0,241
<b>SET</b>	H1.5	SET	0,183	0,165	0,250	0,282	0,212	0,217
<b>REN</b>	H1.6	RA	0,147	0,200	0,228	0,304	0,183	0,246
		RV	0,142	0,204	0,229	0,303	0,184	0,244
<b>NC</b>	H1.7	NC	0,150	0,192	0,223	0,301	0,184	0,239
<b>TEMP</b>	H1.8	TEMP 2005-2010	0,181	0,170	0,169	0,327	0,173	0,242
		TEMP 2005-2015	0,181	0,170	0,169	0,327	0,173	0,234
		TEMP 2010-2015	0,170	0,170	0,327	0,314	0,242	0,234
<b>RF</b>	H1.9	RF_DR	0,180	0,165	0,325	0,187	0,243	0,176
		RF_N	0,221	0,150	0,287	0,256	0,250	0,197

Para o índice IAT1, e ao que pese os valores mais reduzidos e entre os IA, identificam-se fundamentalmente alguns dos mesmos fatores explicativos, também para o subgrupo “1”, a responder pelos valores mais elevados, a saber: DIM, Big4, REN e NC. Embora não relevante em IAT2, também o PSI-20 apresenta diferenças entre os subgrupos dignas de relevo. Adicionalmente, e para o RF, a situação inverte-se uma vez mais, sendo o subgrupo “0” a apresentar um valor mais elevado o IAT1, comparativamente ao valor médio identificado para o subgrupo “1”.

De referir, por fim, e como esperado, a variável resultante da incorporação de todos os IA avaliados (o índice IAT) apresenta um comportamento que acompanha, grosso modo, o observado para os índices IAT1 e IAT2.

A Tabela 4.23 identifica igualmente os valores médios em função dos fatores explicativos e respetivas variáveis, no entanto, para os índices relativos à divulgação. Através dos referidos dados, é possível observar que o índice IDT1 apresenta os valores médios mais elevados, e muito perto da unidade para a generalidade dos casos. Tratando-se de valores mais elevados, as diferenças entre os grupos são mais subtis que as anteriormente identificadas para os IA. No entanto, identificam-se maiores discrepâncias entre os subgrupos no contexto do NC, do TEMP (particularmente a TEMP 2005\_2015) e do RF (para a RF\_DR). Apenas no último caso é o subgrupo “0” que apresenta o valor médio mais elevado.

**Tabela 4.23:** Valores médios para os IDT.

Fator	H	Variável	IDT1	IDT1	IDT2	IDT2	IDT	IDT
		Subgrupo	0	1	0	1	0	1
<b>DIM</b>	H1.1	AT	0,965	0,962	0,314	0,283	0,651	0,671
		VN	0,968	0,960	0,321	0,276	0,655	0,668
		CB	0,959	0,968	0,321	0,276	0,654	0,669
<b>PSI-20</b>	H1.2	PSI-20	0,961	0,967	0,304	0,290	0,653	0,673
<b>END</b>	H1.3	ENDIV	0,968	0,960	0,280	0,316	0,654	0,669
		SOLV	0,958	0,969	0,313	0,284	0,665	0,658
<b>Big4</b>	H1.4	Big4	0,953	0,968	0,279	0,305	0,635	0,672
<b>SET</b>	H1.5	SET	0,967	0,960	0,294	0,302	0,658	0,665
<b>REN</b>	H1.6	RA	0,960	0,967	0,293	0,303	0,653	0,670
		RV	0,958	0,969	0,301	0,295	0,654	0,669
<b>NC</b>	H1.7	NC	0,941	0,981	0,287	0,307	0,644	0,675
<b>TEMP</b>	H1.8	TEMP 2005-2010	0,937	0,937	0,231	0,404	0,622	0,715
		TEMP 2005-2015	0,937	0,983	0,231	0,262	0,622	0,650
		TEMP 2010-2015	0,973	0,983	0,404	0,262	0,715	0,650
<b>RF</b>	H1.9	RF_DR	0,978	0,944	0,293	0,305	0,677	0,641
		RF_N	0,958	0,967	0,297	0,299	0,651	0,667

No que diz respeito ao IDT2, com valores expressivamente inferiores ao primeiro (IDT1), situando-se em torno de 30% ou menos, apenas o TEMP apresenta diferenças dignas de menção, uma vez que ultrapassam em alguns grupos os 40%. Mais especificamente, em tais casos sobressai o ano de 2010, destacando-se por esta via os subgrupos “1” e “0” para a TEMP 2005-2010 e para a TEMP 2010-2015, respetivamente, identificativos do referido ano.

De notar-se, por fim, que os valores mais elevados para o IDT observam-se precisamente em variáveis associadas ao TEMP, particularmente nas situações em que tais variáveis

apresentam valores mais distintos entre os subgrupos (TEMP 2005\_2010 e TEMP 2010\_2015). Nos casos em apreço, o nível de divulgação total dos itens de gastos e rendimentos, expresso pelo IDT, atingem valores superiores a 70%.

A Tabela 4.24, por fim, apresenta os resultados estatísticos (níveis de significância) do teste de Mann-Whitney U para os diferentes índices, tendo em conta os fatores explicativos e respectivas variáveis em análise.

De um modo geral, os resultados corroboram as evidências obtidas anteriormente, à luz da análise dos valores médios, apesar de algumas ligeiras falhas para variáveis em que os níveis de significância não se mantiveram iguais ou inferiores a 5%. De mencionar-se, nesse contexto, que o PSI-20, o DIM e o REN para o IAT1: no segundo caso, apenas a CB se apresenta significativa, e mesmo assim a um nível de 10%; no último, a RA não se apresenta significativa, demonstrando um nível de significância superior ao limiar antes mencionado.

**Tabela 4.24:** Teste de Mann-Whitney U (Significância Bilateral): Síntese .

Fator	H	Variável	IAT1	IAT2	IAT	IDT1	IDT2	IDT
<b>DIM</b>	H1.1	AT	0,22	0,64	0,15	0,89	0,42	0,34
		VN	0,19	0,47	0,11	0,73	0,21	0,59
		CB	0,09	0,04	0,01	0,50	0,18	0,94
<b>PSI-20</b>	H1.2	PSI-20	0,12	0,51	0,18	0,45	0,64	0,57
<b>END</b>	H1.3	ENDIV	0,88	0,66	0,63	0,93	0,21	0,23
		SOLV	0,79	0,79	0,69	0,80	0,29	0,42
<b>Big4</b>	H1.4	Big4	0,03	0,00	0,00	0,40	0,68	0,31
<b>SET</b>	H1.5	SET	0,60	0,35	0,97	0,93	0,80	0,42
<b>REN</b>	H1.6	RA	0,11	0,01	0,00	0,32	0,71	0,65
		RV	0,05	0,01	0,00	0,16	0,93	0,57
<b>NC</b>	H1.7	NC	0,03	0,02	0,01	0,07	0,73	0,30
<b>TEMP</b>	H1.8	TEMP 2005-2010	0,66	0,00	0,00	0,20	0,00	0,00
		TEMP 2005-2015	0,62	0,00	0,02	0,03	0,52	0,55
		TEMP 2010-2015	0,50	0,96	0,95	0,34	0,00	0,01
<b>RF</b>	H1.9	RF_DR	0,28	0,00	0,00	0,02	0,68	0,27
		RF_N	0,01	0,44	0,01	0,86	0,80	0,38

O capítulo seguinte destina-se, por fim, à apresentação das principais conclusões, limitações e sugestões para a condução de futuros estudos nesta linha de investigação.

## 5. CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E PERSPETIVAS FUTURAS

O presente capítulo encontra-se dividido em três subcapítulos, destinando-se à apresentação, por essa ordem, das conclusões, das limitações identificadas e das sugestões para futuros estudos relacionados com a linha de investigação seguida nesta dissertação.

### 5.1 Conclusões do Estudo

No presente subcapítulo são enunciadas as conclusões obtidas no estudo considerando a hipótese geral e operacionais anteriormente formuladas, tendo presente as linhas metodológicas para o efeito definidas.

As questões de investigação propostas neste estudo encontram-se transcritas nas linhas seguintes:

1. Encontram-se detalhadamente apresentados **na demonstração dos resultados**, sendo mais facilmente comparáveis, os itens de gastos e rendimentos financeiros entre as distintas entidades adotantes das NIC? Existem fatores que respondem pelo maior nível de detalhe na apresentação de tais elementos pelas distintas entidades?
2. Será possível aos utilizadores identificar adequadamente os conceitos subjacentes aos referidos itens, tendo por base exclusivamente a informação constante **nas notas às contas**? Existem fatores que respondem pelo maior nível de divulgação de tais elementos pelas distintas entidades?

Relativamente à primeira questão, foi possível identificar a existência de níveis de apresentação relativamente baixos para os itens de gastos e rendimentos financeiros na demonstração dos resultados, com valores médios de 22%. Tais itens apresentam-se, dessa forma, maioritariamente agregados na referida demonstração dos resultados.

No que diz respeito aos itens das notas às contas, os resultados apontam para um nível de divulgação total três vezes superior ao nível de apresentação, com um valor médio em torno dos 66%. Tais resultados apresentam-se significativamente mais elevados quando em causa está a avaliação de distintos itens de uma forma mais desagregada (superando os 90%).

O IA mais frequentemente divulgado pelas entidades relaciona-se com os ganhos/perdas em empresas associadas ou entidades conjuntamente controladas, com valores médios em torno dos 93%. Deve-se também salientar o facto de que apenas 42% das entidades reportaram os resultados financeiros na demonstração dos resultados.

No anexo, os itens de gastos e rendimentos apresentam-se de forma mais detalhada, o que se constata pelos valores médios mais reduzidos do índice que compila os itens que agregam mais informação. Por outro lado, identifica-se que as entidades tendem a segregar os itens que apresentam maior complexidade, como os ganhos/perdas relativos aos instrumentos financeiros.

Na sequência, o Quadro 5.1. sintetiza os resultados obtidos a partir do teste não-paramétrico de Mann-Whitney U, tendo por referência as hipóteses operacionais e respetivos fatores explicativos relacionados com o nível de apresentação e de divulgação dos itens de gastos e rendimentos financeiros na demonstração dos resultados e anexo, respetivamente.

Assim, e em síntese, um conjunto mais expressivo de fatores, onde se incluem o DIM (parcialmente), o Big4, o REN, o NC, o TEMP (parcialmente) e o RF (parcialmente), encontra-se por trás das diferenças em torno do nível de apresentação dos gastos e rendimentos financeiros na demonstração dos resultados. Assim, para os o PSI-20, o END e o SET, não foram identificadas diferenças significativas entre os subgrupos em análise para cada caso, contrariando a literatura sobre o tema.

Por outro lado, para o nível de divulgação dos mesmos itens nas notas às contas não foram identificados resultados expressivos, excetuando o TEMP (parcialmente).

Como *proxy* do **DIM**, a CB, em exclusivo, evidencia diferenças expressivas entre os subgrupos (mais fortalecidos para os índices IAT2 e IAT), pelo que não se mostra robusta a hipótese definida para o referido fator, comparativamente aos resultados obtidos, designadamente, por Ereira, (2007) e Silva (2015).

Relativamente ao **Big4**, o presente estudo encontra-se alinhado com as evidências obtidas por Gaio e Mateus (2014), Gonçalves (2013) e Lemos *et al.* (2009). Assim, os resultados identificam que são as entidades auditadas pelas Big4 que apresentam uma demonstração dos resultados mais detalhada no que diz respeito aos itens de gastos e rendimentos financeiros.

**Quadro 5.1:** Síntese dos resultados identificados no presente estudo.

<b>Síntese dos resultados identificados</b>				
<b>Hipótese operacional</b>	<b>Fator explicativo</b>	<b>Sinal esperado</b>	<b>Nível de apresentação</b>	<b>Nível de divulgação</b>
<b>H1.1</b>	DIM	+ elevado	<b>Significativo</b> apenas para a variável CB (ao nível de 10% para IAT1), em linha com a hipótese definida. Hipótese parcialmente confirmada.	Não significativo. Hipótese não confirmada.
<b>H1.2</b>	PSI-20	+ elevado	Não significativo. Hipótese não confirmada.	Não significativo. Hipótese não confirmada.
<b>H1.3</b>	END	+ elevado	Não significativo. Hipótese não confirmada.	Não significativo. Hipótese não confirmada.
<b>H1.4</b>	Big4	+ elevado	<b>Significativo.</b> Hipótese confirmada.	Não significativo. Hipótese não confirmada.
<b>H1.5</b>	SET	Indeterminado	Não significativo. Hipótese não confirmada.	Não significativo. Hipótese não confirmada.
<b>H1.6</b>	REN	Indeterminado	<b>Significativo.</b> Hipótese confirmada.	Não significativo. Hipótese não confirmada.
<b>H1.7</b>	NC	Indeterminado	<b>Significativo.</b> Hipótese confirmada.	Não significativo. Hipótese não confirmada.
<b>H1.8</b>	TEMP	Indeterminado	<b>Significativo</b> para IAT2 e IAT, em 2005_2010 e 2005_2015. Hipótese parcialmente confirmada.	<b>Significativo</b> para IDT2 e IDT, em 2005_2010 e 2010_2015, IDT1 em 2005_2015. Hipótese parcialmente confirmada.
<b>H1.9</b>	RF	+ elevado	<b>Significativo.</b> Hipótese parcialmente confirmada.	Não significativo. Hipótese não confirmada.

Os resultados para o **REN** segue em termos gerais o entendimento de que a teoria da agência legítima, com as entidades com rácios de rendibilidade mais elevados a divulgarem mais informação nas DF, como forma de evidenciar um desempenho mais favorável (Dantas *et al.*, 2010; Silva, 2015). De referir que a RV demonstrou resultados mais consistentes, por comparação com a RA.

O **NC** identifica uma maior propensão para as entidades que utilizam o normativo IAS/IFRS para a divulgação dos itens financeiros na demonstração dos resultados, comparativamente às entidades que utilizam normativos nacionais, e apesar da maior desagregação em POC de tais componentes. Uma possível justificação poderá relacionar-se precisamente com este facto, visto que desde 2005 aquele normativo já era utilizado

por tais entidades, de modo que o modelo previsto pelo anterior normativo (em contas individuais) pode ter servido de referência a tais entidades (nas suas contas consolidadas).

Pode-se observar para o **TEMP** diferenças expressivas nos valores médios dos IA, entre o ano de 2005 e os restantes anos, o mesmo se verificando para os ID entre o ano de 2010 e os remanescentes. De referir, no entanto, que os resultados não se mostraram consistentes para todos os índices propostos no estudo, com níveis de significância superiores a 5%, em particular, para os índices que identificam um maior nível de desagregação para os itens de gastos e rendimentos financeiros na demonstração dos resultados e nas notas às contas.

O **RF** apresenta diferenças significativas para alguns dos IA e ID propostos. Contudo, tais resultados não se apresentam consistentes. Na primeira variável, RF\_DR, é possível verificar diferenças estatísticas significativas entre os subgrupos na componente relativa aos itens apresentados de forma mais agregada. A análise dos valores médios por subgrupos indica que as entidades que reportam o conceito de resultado financeiro tendencialmente agregam menos os itens relacionados com tais resultados. Por outro lado, o ID indica que são as mesmas entidades que, de forma estatisticamente significativa, divulgam menos informação acerca dos mesmos itens nas notas às contas. A segunda variável, RF\_N, adicionalmente, apresenta um comportamento igualmente díspar em relação ao resultado obtido para o IA, com diferenças estatisticamente significativas entre os subgrupos para a componente que identifica a informação mais desagregada, com o subgrupo “0” a apresentar valores médios superiores.

O próximo subcapítulo destina-se à apresentação de algumas das limitações identificadas no decorrer do estudo.

## **5.2 Limitações**

Este trabalho apresenta algumas limitações. Uma das principais limitações recaiu sobre a falta de estudos académicos que abordassem a problemática específica do nível de apresentação dos modelos das DF, e mais concretamente sobre os itens de gastos e rendimentos financeiros. Os principais estudos identificados foram os de Ding *et al.* (2005), sobre formas alternativas de apresentação das DF, e o de Albuquerque *et al.* (2015), onde foram analisadas os itens de gastos e rendimentos que contribuíam para o

conceito de EBITDA. Contudo, não foram suficientes para suportar algumas das opções tomadas no presente trabalho, tendo havido a necessidade de assimilar algumas das opções às evidências obtidas em estudos sobre a divulgação da informação.

Por fim, uma limitação implícita a todos os estudos dessa natureza, nomeadamente sobre ID, diz respeito à subjetividade da recolha e codificação da informação. Associado a este fator, de referir, em particular, a dificuldade sentida ao longo deste processo, mesmo considerando os pressupostos inicialmente definidos, na identificação do enquadramento de um item na demonstração dos resultados e nas notas às contas quando o mesmo não é apresentado ou divulgado, respetivamente.

O próximo subcapítulo apresenta, por fim, propostas de condução de futuros estudos relacionados com o tema desta investigação, bem como alguns dos seus possíveis contributos.

### **5.3 Perspetivas futuras**

Como sugestão para investigações futuras, sugere-se o alargamento do estudo aos restantes itens apresentados na demonstração dos resultados, de modo a corroborar, ou não, algumas das evidências estatísticas identificadas neste estudo.

Outra temática que poderia ser introduzida em estudos futuros, no contexto nacional, relaciona-se com o impacto das limitações fiscais impostas pelo artigo 67.º do CIRC, concernente à dedutibilidade de gastos de financiamento e as circunstâncias que podem condicionar a apresentação e divulgação dos itens financeiros, à luz da teoria da fiscalidade.

Paralelamente, seria relevante para a literatura nesta área, e na continuidade do estudo de Ding *et al.* (2005), introduzir o fator explicativo país e analisar a estrutura de apresentação e divulgação dos itens financeiros para entidades de vários países, identificando, designadamente, diferenças em torno dos valores culturais.

Esta investigação contribui para a discussão em torno da dificuldade de comparabilidade e compreensibilidade das DF, devido à não imposição de modelos padronizados, com benefícios, entre outros, para os organismos normalizadores nessa matéria.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Fábio H. F. de – **El conservadurismo, el secreto y las opciones de financiación de las pyme portuguesas** [Em linha]. Badajoz: Universidad de Extremadura. 2013. [Consult. 3 jul. 2015]. Disponível em: [http://dehesa.unex.es:8080/xmlui/bitstream/handle/10662/891/TDUEX\\_2013\\_Albuquerque\\_FH.pdf?sequence=1](http://dehesa.unex.es:8080/xmlui/bitstream/handle/10662/891/TDUEX_2013_Albuquerque_FH.pdf?sequence=1). Tese doutoramento.
- ALBUQUERQUE, Fábio H. F. de; ALMEIDA, M. Do C. - **A cultura, o julgamento profissional e as características qualitativas contidas no projecto da framework FASB-IASB** [Em linha]. (2009). [Consult. 20 mar. 2015]. Disponível em: [http://www.aeca1.org/pub/on\\_line/comunicaciones\\_xvcongresoaeaca/cd/49a.pdf](http://www.aeca1.org/pub/on_line/comunicaciones_xvcongresoaeaca/cd/49a.pdf).
- ALBUQUERQUE, Fábio H. F. de; MARCELINO, M. - **A importância do julgamento profissional na perceção dos preparadores da informação: o caso português** [Em linha]. (2009). [Consult. 31 jul. 2015]. Disponível em: <http://www.otoc.pt/news/comcontabaudit/pdf/53.pdf>.
- ALBUQUERQUE, Fábio H. F. de; MARCELINO, M.; CARIANO, A. - A comparabilidade do ebitda reportado pelas entidades cotadas em Portugal. **Em Congresso dos TOC** [Em linha]. Lisboa: 2015. Disponível em: <http://www.occ.pt/news/trabalhoscongv/pdf/72.pdf>.
- ALBUQUERQUE, Fábio H. F. de; MARCELINO, M.; QUIRÓS, J. T. - A influência do SNC na alteração da estrutura do balanço das entidades que adoptam as normas do IASB: uma análise do balanço/demonstração da posição financeira. **Jornal de contabilidade**. ISSN 0870-8789. XXXIX:443 (2015).
- ALBUQUERQUE, Fábio H. F. de; RODRIGUES, N. M. B. - As características qualitativas da informação financeira: Uma análise ao relato das entidades cotadas nas principais bolsas europeias. **Em Congresso dos TOC** [Em linha]. Lisboa: 2015. Disponível em: <http://www.occ.pt/news/trabalhoscongv/pdf/73.pdf>.
- ALMEIDA, J. B. De - Teorias Utilizadas para Explicar as Divulgações Voluntárias do Capital Intelectual. **Em Encontro da ANPAD - EnANPAD**, 38 [Em

linha].(2014). [Consult. 14 set. 2016]. Disponível em:  
[http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014\\_EnANPAD\\_CON1034.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_CON1034.pdf).

AVELINO, B. C.; COLAUTO, R. D.; CUNHA, J. V. A. Da - Evidenciação, Teoria Da Legitimidade E Hipótese Dos Custos Políticos: Estudo no Governo Estadual E Municípios De Minas Gerais. **Em Congresso Controladoria e Contabilidade USP** [Em linha].(2013). [Consult. 2 out. 2016]. Disponível em:  
[www.anpad.org.br/admin/pdf/2014\\_EnANPAD\\_CON1034.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_CON1034.pdf).

AVISO n.º 8256/2015. **D.R. II Série.** 146 (2015-07-29) 20749-20845.

AVISO n.º 15652/2009. **D.R. II Série.** 173 (2009-09-07) 36227-36234.

AVISO n.º 15654/2009. **D.R. II Série.** 173 (2009-09-07) 36227-36260.

BANCO DE PORTUGAL (BP) - **Aviso n.º 1/2005**, Diário da República, I Série-B (28-2-2005).

BRANCO, L. P. S.; GÓIS, C. G. - **Relato financeiro – A importância e os determinantes da divulgação voluntária. A análise da divulgação voluntária nas empresas em Portugal** [Em linha].(2012). [Consult. 5 abr. 2015]. Disponível em: <http://www.otoc.pt/news/comcontabaudit/pdf/75.pdf>.

CABRITA, P. M. A. - **A relevância da informação financeira antes e após a adopção das IAS/IFRS** [Em linha]. [S.l.]: ISCTE Instituto Universitário de Lisboa, 2008 [Consult. 31 jul. 2015]. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1298/1/Tese.pdf>. Dissertação de mestrado.

CALADO, S. Dos S.; FERREIRA, S. C. R. - **Análise de documentos: Método de recolha e análise de dados** [Em linha].(2005). [Consult. 20 jul. 2014]. Disponível em: <http://docplayer.com.br/12123665-Analise-de-documentos-metodo-de-recolha-e-analise-de-dados.html>.

CARDEIRA, J. M. R. - **Manipulação de resultados e a divulgação de resultados non GAAP** [Em linha]. Lisboa : ISCTE Business School, 2012 [Consult. 26 abr. 2015]. Disponível em WWW:URL:<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/6122>. Dissertação mestrado.

- CARIANO, A. J. R. de A. - **Os planos de pensões de benefícios definidos e os factores explicativos da sua evolução na esfera dos associados: Evidência empírica das entidades incluídas no PSI-20 no período de 2005 a 2009.** [Em linha]. Lisboa : Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2012 [Consult. 1 jan. 2016]. Disponível em WWW:URL:[http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/3439/1/Dissert\\_Cari.pdf](http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/3439/1/Dissert_Cari.pdf). Dissertação de mestrado.
- CARVALHO, Á. - **A NCRF 15 – Investimentos em Subsidiárias e Consolidação e Implicações Fiscais e de Auditoria.** Porto : Instituto superior de contabilidade e administração do Porto, 2011. Dissertação mestrado.
- CAZZARI, R. B. - **A compreensibilidade das informações contábeis e sua relação com os custos de transação sob a óptica dos profissionais de investimento** [Em linha]. São Paulo : Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, 2012 [Consult. 28 jul. 2016]. Disponível em : <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-25032013-153458/publico/RobertoBomgiovaniCazzariVC.pdf>. Dissertação Mestrado.
- CHENG, M.; Green, W.; Conradie, P.; Konishi, N.; Romi, A - The international integrated reporting framework: Key issues and future research opportunities. **Journal of International Financial Management & Accounting.** ISSN 09541314. 25:1 (2014) 90–119. doi: 10.1111/jifm.12015.
- COMISSÃO DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA (CNC) - **Perguntas frequentes sobre o SNC Nota Pergunta 26** [Em linha]. 2016. [Consult. 22 abr. 2016]. Disponível em: [http://www.cnc.min-financas.pt/\\_siteantigo/0\\_new\\_site/FAQs/sitecnc\\_faqs.htm#P26](http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/0_new_site/FAQs/sitecnc_faqs.htm#P26).
- CORDEIRO, H. - SWAPS : Algumas notas sobre a contabilidade e a auditoria. **Revista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas** [Em linha]. (2014). [Consult. 27 set. 2014]. Disponível em: <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/65/Auditoria.pdf>.
- COSTA, F. J. F. - **A divulgação dos Ativos Fixos Tangíveis segundo a IAS 16 e o seu grau de cumprimento : uma análise ao anexo.** Braga: Universidade do Minho, 2015. Dissertação de mestrado.

- COSTA, J. I. P. Da - **O Impacto da Adopção das IAS/IFRS nas Demonstrações Financeiras das Empresas Cotadas na Euronext Lisboa** [Em linha]. Porto : Universidade do Porto, 2009. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/20600>. Dissertação de Mestrado.
- DECRETO-LEI n.º 47/77. **D.R. I Série.** 31 (1977-02-07) 200(6)-200(53).
- DECRETO-LEI N.º 410/89. **D.R. I Série.** 268 (1989-11-21) 5112(2)-5112(32).
- DECRETO-LEI N.º 238/91. **D.R. I Série.** 149 (1991-07-02) 3364-3389.
- DECRETO-LEI N.º 88/2004. **D.R. I Série.** 93 (2004-04-20) 2374-2377.
- DECRETO-LEI n.º 35/2005. **D.R. I Série-A.** 34 (2005-02-17) 1186-1200.
- DECRETO-LEI N.º 158/2009. **D.R. I Série.** 133 (2009-07-13) 4375-4384.
- DECRETO-LEI n.º 36-A/2011. **D.R. I Série.** 48 (2011-03-09) 1344(2)-1344(11).
- DECRETO-LEI N.º 98/2015. **D.R. I Série.** 106 (2015-06-02) 3470-3493.
- DANTAS, J. A.; RODRIGUES, F. F.; RODRIGUES, J. M.; CAPELLETTO, L. - Determinantes do grau de evidenciação de risco de crédito pelos bancos brasileiros. **Revista Contabilidade & Finanças.** . ISSN 1808-057X. 21:52 (2010). doi: 10.1590/S1519-70772010000100002.
- DING, Y.; JEANJEAN, T.; STOLOWY, H. - Why Do Firms Opt for Alternative-Format Financial Statements? Some Evidence from France. **SSRN Electronic Journal.** ISSN 1556-5068. 2005). doi: 10.2139/ssrn.657082.
- DING, Y.; STOLOWY, H.; TENENHAUS, M. - The Internationalization of Financial Statements Presentation: an **Empirical Study of French Groups. Presentation at the 24th Annual Congress of the EUROPEAN ACCOUNTING ASSOCIATION** [Em linha]. (2001). [Consult. 20 nov. 2016]. Disponível em WWW:URL:<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.199.8480&rep=rep1&type=pdf>.
- DIRETIVA n.º 78/660/CEE. **Jornal Oficial da União Europeia.** L 222 (1978-08-14) 55-73.
- DIRETIVA n.º 83/349/CEE. **Jornal Oficial da União Europeia.** L 193 (1983-07-18) 1119-135.

DIRETIVA n.º 2001/65/CE. **Jornal Oficial da União Europeia**. L 283 (2001-10-27) 28-32.

DIRETIVA n.º 2003/51/CE. **Jornal Oficial da União Europeia**. L 178 (2003-07-07) 16-22.

DIRETIVA n.º 2006/43/CE. **Jornal Oficial da União Europeia**. L 157 (2006-06-09) 87-107.

DIRECTIVA 2009/49/CE . **Jornal Oficial da União Europeia**. L 164 (2009-06-26) 42-44.

DIRETIVA n.º 2013/34/UE. **Jornal Oficial da União Europeia**. L 182 (2013-06-29) 19-76.

DIRETIVA n.º 2014/95/UE. **Jornal Oficial da União Europeia**. L 330 (2014-11-15) 1-9.

DOMINGOS, A. M. C. R. - **Importância das medidas da perspectiva de aprendizagem e crescimento do** [Em linha]. Lisboa: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2010 [Consult. 20 jul. 2014]. Disponível em: <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/562>. Dissertação de mestrado.

DOMINGUES, R. R. - Limitação à Dedução Fiscal de Gastos de Financiamento. **Revista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas [Em linha]**. (2014). [Consult. 8 out. 2015]. Disponível em: <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/60/Fiscalidade.pdf>.

EPSTEIN, M.J.; PAVA, M.L. (1993), **The Shareholder's Use of Annual Corporate Reports**, JAI Press Inc., London.

EREIRA, Sabrina – **O relato do risco - Uma análise no contexto das empresas cotadas na Euronext Lisbon**. Mestrado em contabilidade e Finanças. Instituto politécnico de Leiria, Escola superior de tecnologia e Gestão. 2007. Dissertação de mestrado.

FERNÁNDEZ, C. M.; MORENO, D.; OLMEDA, I. - **Determinantes de la revelación de información sobre derivados financieros en el mercado español** [Em linha]. Madrid: 2006. Disponível em WWW:URL:<http://e-archivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/501/db060504.pdf?sequence=1>.

- FREITAS, G. - **O sistema de normalização contabilística preparação das demonstrações financeiras** [Em linha]. Lisboa: 2009. [Consult. 9 ago. 2016]. Disponível em: [http://www.occ.pt/fotos/editor2/Sebenta\\_DIS3109.pdf](http://www.occ.pt/fotos/editor2/Sebenta_DIS3109.pdf).
- FRIAS, P. A. G. - **Divulgação de informação sobre os requisitos previstos nas IAS 38: estudo das empresas cotadas na Euronext 100**. Lisboa : ISCTE Business School, 2012. Dissertação de Mestrado.
- IFRS [INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS] FOUNDATION - **A Estrutura Conceitual para Demonstrações Financeiras 2011** [Em linha].(2011). [Consult. 24 jul. 2015]. Disponível em: [http://www.ifrs.org/IFRSs/Documents/Estrutura\\_Conceitual.pdf](http://www.ifrs.org/IFRSs/Documents/Estrutura_Conceitual.pdf).
- GAGO, F.; SILVA, O. - **Estatística Não Paramétrica** [Em linha] [Consult. 28 jan. 2017]. Disponível em [WWW:URL:http://www.amendes.uac.pt/monograf/monograf01estatNparamt.pdf](http://www.amendes.uac.pt/monograf/monograf01estatNparamt.pdf).
- GAIO, Cristina; MATEUS, Maria da C. - **Relato financeiro das empresas cotadas em Portugal – Grau de conformidade com os requisitos de divulgação da IAS 1. Contabilidade & Gestão: Portuguese Journal of Accounting and Management**. ISSN 1646-2750. 15 (2014) 39-73.
- GERON, C. M. S. - **Incentivos para a adoção e a utilização da linguagem xbrl pelas companhias em sua comunicação com o mercado** [Em linha]. SÃO PAULO : FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 2016 Disponível em [WWW:URL:http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-08072016-155634/pt-br.php](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-08072016-155634/pt-br.php). Dissertação de Mestrado.
- GONÇALVES, M. E. B. - **Contabilidade de Instrumentos Financeiros Derivados: Estudo empírico dos determinantes do nível de divulgação na Euronext Lisbon para o ano de 2010** [Em linha]. Lisboa : ISCTE Business School, 2013. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/9075>. Dissertação de Mestrado.
- GUILLAMON-SAORIN, E.; HELENA, I.; MARQUES, A. - **Impression Management and Non-GAAP Disclosure in Earnings Announcements. 2014**. [Em linha]

[Consult. 15 mar. 2015]. Disponível em  
WWW:URL:[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2011889](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2011889).

HASSAN, M. S.; PERCY, M.; STEWART, J. - **The Transparency of Derivative Disclosures by Australian Firms in the Extractive Industries**. ISSN 1098-6596. 53:9 (2006) 1689–1699.

IASB [International Accounting Standards Board]. (2008a). **International Accounting Standard 1 (IAS 1) revised in 2007**, published in the Official Journal of the European Union, L 339/4, de 18.12.2008.

IASB [International Accounting Standards Board] - **International Accounting Standard 1 (IAS1). Presentation of Financial Statements** [Em linha]. (2005). Disponível em  
WWW:URL:[http://ec.europa.eu/internal\\_market/accounting/docs/consolidated/ias1\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/consolidated/ias1_en.pdf).

IFRS [International Financial Reporting Standards] Foundation - **Conceptual Framework for financial reporting 2010**. Londres: IFRS Foundation Publications Department, 2010a. ISBN 978-1-907026-69-0.

ISIDRO, H.; MARQUES, A. - The effect of managers' compensation and board quality on non-GAAP reporting decisions. Em **CAAA Annual Conference 2011** [Em linha]. Lisboa : 2010. [Consult. 15 mar. 2015]. Disponível em:  
[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1730163](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1730163).

JACINTO, J. M. Q. - **A importância do relatório de gestão na divulgação dos indicadores de desempenho: o caso dos institutos politécnicos portugueses** [Em linha]. Leiria : Instituto Politécnico de Leiria, 2012 [Consult. 20 jun. 2014]. Disponível em: [https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/705/1/MCG\\_Jacinta Jacinto.pdf](https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/705/1/MCG_Jacinta%20Jacinto.pdf). Dissertação de mestrado.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. - Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**. ISSN 0304405X. 3:4 (1976) 305–360. doi: 10.1016/0304-405X(76)90026-X.

- KABIR, M. H. - Positive accounting theory and science. **Journal of Centrum Cathedra** [Em linha].(2010). 1968 136–149. [Consult. 14 set. 2016]. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1806038>.
- JANEIRO, R. De; PESSOA, J. - ANÁLISE DA RELEVÂNCIA DO EBITDA VERSUS FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL NO MERCADO BRASILEIRO DE CAPITAIS. [Em linha] Disponível em WWW:URL:<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ASAA/article/viewFile/1846/1702>.
- LAUREANO, R. - **Testes de Hipóteses com o SPSS**. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa : SILABO; 2 edition (1 Jan. 2013), 2013. ISBN 9789726187356.
- LEI n. ° 35/2010. **D.R. I Série**. 171 (02-09-2010) 3857.
- LEMOS, K. M. - **Contabilidade de instrumentos derivados - Estudo da informação divulgada pelas empresas portuguesas**. Santiago de Compostela : UNIVERSIDAD DE SANTIAGO DE COMPOSTELA FACULTAD DE CIENCIAS ECONÓMICAS Y EMPRESARIALES, 2011. Tese doutoramento.
- LEMOS, K. M.; RODRIGUES, L. L.; ARIZA, L. R. - Determinantes do nível de divulgação de informação sobre instrumentos derivados. Evidência empírica no mercado de capitais português. **Revista de Estudos Politécnicos**. . ISSN 1645-9911. VII:12 (2009) 145–175.
- LOPES, I. C. R. - **Divulgação de informação voluntária : Análise empírica às empresas do psi-20** [Em linha]. Lisboa : Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2015 [Consult. 30 jul. 2015]. Disponível em: [http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/4552/1/Dissertação Definitiva - Isabel Lopes.pdf](http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/4552/1/Dissertação%20Definitiva%20-%20Isabel%20Lopes.pdf). Dissertação de mestrado.
- LOURENÇO, I.; MORAIS, A. - **IFRS Demonstrações Financeiras**. Coimbra : Editções Almedina, 2013. ISBN 9789724050508.
- MACEDO, M. A. da S.; Machado, M. R.; Murcia, F. D.; Machado, M. A. V. - Análise da relevância do EBITDA versus fluxo de caixa operacional no mercado brasileiro de capitais. **Advances in Scientific and Applied Accounting**. . ISSN 1983-8611. 2011 (2012) 99–130.

- MAGRO, N. - **A comparabilidade das demonstrações financeiras na Europa**. Lisboa : ISCTE Business School, 2014 .Tese de doutoramento.
- MARQUES, A. - Disclosure strategies among S&P 500 firms: Evidence on the disclosure of non-GAAP financial measures and financial statements in earnings press releases. **British Accounting Review**. 2010. ISSN 08908389. 119–131. doi: 10.1016/j.bar.2010.02.004.
- MARSHALL, A. P.; WEETMAN, P. - Information asymmetry in disclosure of foreign exchange risk management: can regulation be effective? **Journal of Economics and Business**. . ISSN 01486195. 54:2002 (2002) 31–53. doi: 10.1016/S0148-6195(01)00058-3.
- MARTINS, C. - **TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE(S) NA PRESTAÇÃO DE CONTAS** [Em linha]. Lisboa : Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2013 [Consult. 10 mar. 2015]. Disponível em: <http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/3490/1/Dissertação.pdf>. Dissertação de mestrado.
- NUNES, S. I. P. - **A divulgação sobre instrumentos derivados: Evidência empírica do setor da indústria português** [Em linha]. Lisboa : Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2014 [Consult. 26 nov. 2015]. Disponível em: [http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/4603/1/DISSERTAÇÃO A DIVULGAÇÃO SOBRE INSTRUMENTOS DERIVADOS.pdf](http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/4603/1/DISSERTAÇÃO_A_DIVULGAÇÃO SOBRE INSTRUMENTOS DERIVADOS.pdf). Dissertação de mestrado.
- OLIVEIRA E SÁ, F. - A determinação contingente do preço de aquisição de uma empresa através de cláusulas earn-out. In CÂMARA, P. - **Aquisição de Empresas**. Coimbra: Coimbra, 2011. ISBN 9789723219098. pp. 401-415.
- PEDROZA, J. K. B. R.; ARAÚJO, J. G. R. De; MACHADO, M. R. - A adoção das IFRSs na perspectiva da subjetividade: uma investigação quanto a evidências de gerenciamento de resultado. **Revista Uniabeu**. ISSN 2179-5037. 6:13 (2013) 123–138.

PEREIRA, A.; PATRÍCIO, T. - **SPSS – Guia Prático de Utilização**. 8.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Edições Silabo, 2013. ISBN 9789726187363.

PEREIRA, E. J. Dos R. - **O reconhecimento e a divulgação dos impostos diferidos em Portugal: Análise às entidades cotadas no PSI geral durante os anos de 2009 a 2011** [Em linha]. [S.l.] : Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2013 [Consult. 12 nov. 2016]. Disponível em WWW:URL:[http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/3494/1/Dissertação - Versão Final \(Protegido\).pdf](http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/3494/1/Dissertação - Versão Final (Protegido).pdf). Dissertação de mestrado.

PEREIRA, E. M. M. - **O regime de normalização para as microentidades** [Em linha]. Aveiro : Instituto Superior de Contabilidade e Administração, 2012 Disponível em WWW:URL:<https://ria.ua.pt/bitstream/10773/10983/1/dissertação.pdf>. Dissertação de mestrado.

PINTO, M. - **Imparidades em Inventários : a evolução do seu reconhecimento nas empresas portuguesas** **Imparidades em Inventários : a evolução do seu reconhecimento nas empresas portuguesas Ana Rita Moreira Pinto** [Em linha]. Porto : Instituto superior de contabilidade e administração do Porto, 2015 Disponível em WWW:URL:[http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/7895/1/Ana\\_Pinto\\_MCF\\_2015.pdf](http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/7895/1/Ana_Pinto_MCF_2015.pdf). Dissertação de mestrado.

PIRES, A. M. M.; RODRIGUES, F. J. P. A. - CONTABILIDADE - Da evolução contabilística na UE ao Decreto-Lei n.º 35/2005. **Revista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas**. [Em linha]. (2005). 31. [Consult. 15 dez. 2015]. Disponível em: [http://www.oroc.pt/revista/detalhe\\_artigo.php?id=52](http://www.oroc.pt/revista/detalhe_artigo.php?id=52).

PORTARIA n.º 986/2009. **D.R. I Série**. 173 (2009-09-07) 6006-6029.

PORTARIA n.º 104/2011. **D.R. I Série**. 51 (2011-03-14) 1422-1425.

PORTARIA n.º 105/2011. **D.R. I Série**. 51 (2011-03-14) 1425-1430.

PORTARIA n.º 220/2015. **D.R. I Série**. 142 (2015-07-24) 4984-5018.

PRICEWATERHOUSECOOPERS - **IFRS disclosure checklist 2011** [Em linha]. London: [s.n.]. [Consult. 26 abr. 2016]. Disponível em:

[http://www.pwc.com/en\\_IL/il/consulting/IFRS-checklist2010.pdf](http://www.pwc.com/en_IL/il/consulting/IFRS-checklist2010.pdf). ISBN 978-1-84798-356-5.

REIS, S. A. V. Dos - **Divulgação voluntária de informações pelas empresas cotadas na Euronext Lisboa: uma comparação face à proposta do FASB** [Em linha]. Lisboa: ISCTE Business School, 1 maio. 2012 [Consult. 4 abr. 2015]. Disponível em: <http://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/5470>. Dissertação de mestrado.

REGULAMENTO n.º 1606/2002/CE da Comissão, de 19 de julho. Bruxelas: **Jornal Oficial da União Europeia**. L 243 (2002-09-11) 1-4.

REGULAMENTO n.º 1725/2003/CE da Comissão, de 21 de setembro. Bruxelas: **Jornal Oficial da União Europeia**. L 261 (2003-10-13).

REGULAMENTO n.º 1126/2008/CE da Comissão, de 3 de novembro. Bruxelas: **Jornal Oficial da União Europeia**. L 320 (2008-08-29).

REGULAMENTO n.º 1274/2008/CE da Comissão, de 17 de dezembro. Bruxelas: **Jornal Oficial da União Europeia**. L 339 (2008-12-18).

REGULAMENTO n.º 475/2012/CE da Comissão, de 6 de junho. Bruxelas: **Jornal Oficial da União Europeia**. L 146 (2012-06-06).

REGULAMENTO n.º 2406/2015/CE da Comissão, de 18 de dezembro. Bruxelas: **Jornal Oficial da União Europeia**. L 333 (2015-12-19).

RIBEIRO, A. M. - **Poder discricionário do gestor e comparabilidade dos relatórios financeiros : Uma análise dos efeitos da convergência do Brasil às IFRS** [Em linha]. [S.l.] : Universidade de São Paulo, 2014 [Consult. 9 nov. 2016]. Disponível em [WWW:URL:https://www.google.com/url?q=http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-10062014-171046/publico/AlexMussoiRibeiroVC.pdf&sa=U&ved=0ahUKEwjEmvDe4pzQAhWoDMAKHf3ZBt0QFggEMAA&client=internal-uds-cse&usg=AFQjCNEuzYHnVv9o0bRe2loZ\\_0mC3f\\_YCA](http://WWW:URL:https://www.google.com/url?q=http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-10062014-171046/publico/AlexMussoiRibeiroVC.pdf&sa=U&ved=0ahUKEwjEmvDe4pzQAhWoDMAKHf3ZBt0QFggEMAA&client=internal-uds-cse&usg=AFQjCNEuzYHnVv9o0bRe2loZ_0mC3f_YCA). Dissertação mestrado.

RODRIGUES, M. A.; MORAIS, A. I.; CUNHA, J. V. Da - Integrated Reporting < IR > : O novo paradigma em Corporate Reporting. **Revista da Ordem dos Revisores**

- Oficiais de Contas** [Em linha]. (2016). [Consult. 27 jul. 2016]. Disponível em: <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/72/Contabilidade.pdf>.
- ROSS, S. A. - The Determination of Financial Structure: The Incentive Signalling Approach. **Bell Journal of Economics**. ISSN 0361915X. 8:1 (1977) 23–40. doi: 10.2307/3003485.
- SANTOS, I. - **A divulgação de informação financeira no relato intercalar: Uma análise às entidades cotadas no PSI Geral** [Em linha]. Lisboa: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2013 [Consult. 5 fev. 2015]. Disponível em: [http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/3900/1/A divulgação de IF no relato intercalar\\_uma análise às entidades cotadas no PSI geral\\_versão final %28Definitiva%29.pdf](http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/3900/1/A%20divulga%C3%A7%C3%A3o%20de%20IF%20no%20relato%20intercalar_uma%20an%C3%A1lise%20%C3%A0s%20entidades%20cotadas%20no%20PSI%20geral_vers%C3%A3o%20final%20Definitiva%29.pdf). Dissertação de mestrado.
- SANTOS, M. S. L. S. - **Norma Contabilística e de Relato Financeiro 10 – Custos de Empréstimos Obtidos** [Em linha]. Porto : Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, 2012 Disponível em: [http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/1133/1/DM\\_Marta\\_Santos\\_2012.pdf](http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/1133/1/DM_Marta_Santos_2012.pdf). Dissertação de mestrado.
- SARDÃO, A. P. S. - **Dedutibilidade de Juros em Sede de IRC: Algumas Questões** [Em linha]. Porto: Universidade Católica Porto, 2014 [Consult. 8 out. 2015]. Disponível em: [http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/16418/1/Dedutibilidade de Juros.pdf](http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/16418/1/Dedutibilidade%20de%20Juros.pdf). Dissertação de mestrado.
- SEMEDO, I. G. - **Departamento de Mestrado de Gestão Financeira TEORIAS DA ESTRUTURA DE CAPITAL DAS EMPRESAS: Uma aplicação às empresas Portuguesas cotadas na Euronext Lisboa** [Em linha]. Lisboa: Instituto Superior de Gestão, 2015 [Consult. 20 ago. 2016]. Disponível em: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11108/1/Isidro Semedo - tese.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11108/1/Isidro%20Semedo%20-%20tese.pdf). Dissertação de mestrado.
- SETYORINI, C. T.; ISHAK, Z. - Corporate social and environmental disclosure: A positive accounting theory view point. **International Journal of Business and Social Science**. [Em linha] 3:9 (2012) 152–164. [Consult. 14 set. 2016]. Disponível em: [http://ijbssnet.com/journals/Vol\\_3\\_No\\_9\\_May\\_2012/17.pdf](http://ijbssnet.com/journals/Vol_3_No_9_May_2012/17.pdf).

- SHEHATA, N. F. - **Theories and Determinants of Voluntary Disclosure. Accounting and Finance Research**. ISSN 1927-5994. 3:1 (2014) 18–26. doi: 10.5430/afr.v3n1p18.
- SILVA, E. S. - **As Novas Demonstrações Financeiras**. Porto : Vida Económica, 2012. ISBN 9789727884230.
- SILVA, E. S. - **A Nova Diretiva de Contabilidade**. Porto : Vida Económica, 2014. ISBN 9789727889020.
- SILVA, M. - **A divulgação do risco nas demonstrações financeiras: Uma análise ao anexo das sociedades não financeiras portuguesas**. Lisboa : Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2015. Dissertação de mestrado.
- SOARES, H. - **EBITDA , um estudo exploratório – as cotadas PSI-20 e IBEX-35** [Em linha]. Porto : Universidade do Porto, 2012 Disponível em WWW:URL:<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/75860/2/15762.pdf>. Dissertação mestrado.
- SOUZA, F. E. A. De - **A comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de propriedades para investimento**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. Dissertação de mestrado.
- SOUZA, F. E. A. de; Botinha, R. A.; Silva, P. R.; Lemes, S. - Comparability of Accounting Choices in Future Valuation of Investment Properties: An Analysis of Brazilian and Portuguese Listed Companies. **Revista Contabilidade & Finanças**. ISSN 1808-057X. 26:68 (2015) 154–166. doi: 10.1590/1808-057x201500580.
- STAUBUS, G. J. - **The theory of the firm, costly contracting, and accounting** [Em linha] 1:April 1994 (1994). [Consult. 14 set. 2016]. Disponível em WWW:URL:<http://ssrn.com/abstract=1733239> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1733239>. ISSN 1098-6596.
- STOLOWY, H.; LEBAS, M. J.; DING, Y. - **Financial accounting and reporting. A global perspective**. Third ed. Hampshire: Cengage Learning EMEA, 2013. ISBN 9781408021132.

- TAPLIN, R. H. - **The Measurement of Comparability in Accounting Research**.  
Abacus. ISSN 00013072. 47:3 (2011) 383–409. doi: 10.1111/j.1467-6281.2011.00345.x.
- TEIXEIRA, J. M. E. S.; BARROS, C. M. D. - Contabilidade Criativa: O caso dos Custos dos Empréstimos Obtidos para Financiamento de Activos Qualificáveis. Em **X Congresso Contabilidade** [Em linha] [Consult. 10 out. 2015]. Disponível em: [http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/1681/1/Contabilidade Criativa.pdf](http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/1681/1/Contabilidade%20Criativa.pdf).
- TSALAVOUTAS, I. - **The adoption of IFRS by Greek listed companies : financial statement effects , level of compliance and value relevance** [Em linha].  
Edinburgh: The University of Edinburgh, 2009. [Consult. 14 set. 2016].  
Disponível em: <https://www.era.lib.ed.ac.uk/handle/1842/4060>. Tese de doutoramento.
- WAMUGO, M. L. - **The adequacy of the preferred presentation format of the income** [Em linha]. Nairobi: University of Nairobi, 2009 [Consult. 20 nov. 2016].  
Disponível em [WWW:URL:http://erepository.uonbi.ac.ke/bitstream/handle/11295/12241/Mwangi Lucy W\\_The Adequacy of the Preferred Presentation Format of the Income Statement in Providing Information to Investors.pdf?sequence=4&isAllowed=y](http://erepository.uonbi.ac.ke/bitstream/handle/11295/12241/Mwangi%20Lucy%20W_The%20Adequacy%20of%20the%20Preferred%20Presentation%20Format%20of%20the%20Income%20Statement%20in%20Providing%20Information%20to%20Investors.pdf?sequence=4&isAllowed=y).
- WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. - Towards a Positive Theory of Determination of Accounting Standards. **The Accounting Review**. ISSN 0001-4826. 53:1 (1978) 112–134. doi: 10.2307/245729.
- ZEFF, S. A. - A Evolução do IASC para o IASB e os Desafios Enfrentados. **Revista contabilidade e finanças**. 25: A Evolução do IASC para o IASB e os Desafios Enfrentados (2014) 300–320. doi: 10.1590/1808-057x201400040.